

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
MAIO · JUNHO · JULHO 1993 Nº 29. CR\$ 170.000,00

PRINCÍPIOS



DINO ALVES

REVISÃO AMPLA: GOLPE NA CONSTITUIÇÃO

*Realizado o plebiscito, coloca-se uma nova questão:
quais são os limites da revisão constitucional?
A direita tenta conseguir, agora,
o que não teve forças para obter em 1988*



Editora Anita Ltda.

CULTURA E RACISMO
Marilena Chauí

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luis Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Maria Beatriz de Melo
Clodoaldo da Silva

Diagramação
Adélia Cukauskas

Administração, Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 251-1571

**Publicação da
Editora Anita Ltda.**
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 35-8150

Artigos, resenhas, notas e
cartas devem ser enviadas ao
editor, no endereço da
Editora Anita Ltda.

APARENTE PARADOXO	3
O GOLPE DA REVISÃO CONSTITUCIONAL AMPLA Aldo Arantes	4
A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA MARXISTA Renato Rabelo	13
CAPITALISMO DE ESTADO NA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO João Amazonas	21
CUBA, UMA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA SOB CERCO Hiran Marquetti	26
"SOU INOCENTE. ESTE É UM PROCESSO POLÍTICO!" Nexhmije Hoxha	31
A BATALHA DE STALINGRADO E A DERROTA DO NAZISMO Paulo G. Fagundes Vizentini	34
DIFUSÃO E CRESCIMENTO DO MARXISMO NO BRASIL Carlos Pompe	39
MARX, 110 ANOS: CLÁSSICO E... DRAMATICAMENTE ATUAL Dermeval Saviani	44
APONTAMENTOS PARA UMA ESTÉTICA MARXISTA Ichi Terukina	47
MARXISTAS E CRISTÃOS: ONTEM E HOJE Muniz Ferreira e Eugênio Almeida	52
CULTURA E RACISMO Marilena Chauí	60
A BUSCA INFRUTÍFERA DO GENE DE CAIM Veronica M. Bercht e José Carlos Ruy	67
ORIENTE MÉDIO: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL Lejeune Mato Grosso de Carvalho	70
RESENHAS	79

Aparente paradoxo

O país acaba de vivenciar um aparente paradoxo. Atravessa grave crise e realiza plebiscito, onde a população majoritariamente decide pela simples manutenção das instituições políticas vigentes. O paradoxo é aparente. A real alternativa de mudança - a instituição do sistema parlamentarista - foi apresentada em uma campanha que oscilou entre dois pólos: a falsidade de apresentar este sistema como panacéia para todos os males da sociedade brasileira e o conservadorismo de ver neste sistema um atalho para restringir a nossa recente democracia, pugnando por um parlamentarismo sem eleição direta para presidente e associado ao voto distrital e redução do espectro político dos partidos existentes.

O eleitor optou pela manutenção do já conhecido, desconfiado da embalagem da mudança apregoada. O projeto de um parlamentarismo democrático, como aquele veiculado nas páginas da PRINCÍPIOS, não adquiriu visibilidade para o eleitor. As reais ameaças à democracia perduram e têm origem nas elites dominantes. No próprio dia do plebiscito, Marco Maciel, presidencialista, e Paulo Maluf, parlamentarista, irmanaram-se para defender voto distrital e redução do número de partidos. O alvo imediato destes setores concentra-se na revisão constitucional, enfocada nesta edição no artigo assinado por Aldo Arantes.



Precipita-se a disputa presidencial. Mas o calen-

dário constitucional prevê eleição para dentro de dezoito meses. Contudo, a crise caminha mais rápido que o calendário. Nesta crise, Itamar, e seu governo, vivem dilema que se decide em prazo mais curto. Ou resiste e denuncia os responsáveis pela crise, apoiando-se nas forças democráticas e patrióticas, ou se compromete irremediavelmente com os inimigos do povo e da pátria.



PRINCÍPIOS esgotou a tiragem de sua última edição. Aos poucos a revista vai consolidando seu espaço como veículo político, teórico e de informação. Diversificam-se os colaboradores, crescem os assina-

nantes e a revista demonstra ousadia ao abordar os temas mais relevantes para a atualidade da perspectiva transformadora socialista.

Naturalmente, nem todos os artigos assinados refletem opiniões compartilhadas por todo seu conselho editorial. A defesa e, especialmente, o esforço de desenvolvimento do marxismo implica em processo desigual de investigação e tomada de posição. Para desempenhar com maior eficácia o seu papel, todos aqueles que, em distintos níveis, apóiam o projeto da revista precisam realizar um duplo movimento. Elevar, ainda mais, o padrão de qualidade dos materiais publicados e contribuir para colocar a revista em um novo patamar no campo editorial brasileiro. Mãos à obra!



O golpe da revisão constitucional ampla

ALDO ARANTES

Juristas dividem-se em três correntes quanto à extensão da revisão constitucional a se realizar em outubro. Neoliberais retomam ofensiva pregando ampla revisão da Constituição de 88.

Realizado o plebiscito, coloca-se agora uma nova questão: quais os limites da Revisão Constitucional? Tal problema tem uma dimensão jurídica e política.

A Ordem dos Advogados do Brasil realizou entre os dias 25 e 26 de Junho de 1992 um Simpósio sobre Revisão Constitucional e Plebiscito. Ali ficaram caracterizadas três correntes no tratamento deste assunto.

A primeira corrente defende o ponto de vista de que a revisão constitucional deve ser ampla, sem qualquer limitação. Dela participam os juristas Ives Gandra da Silva Martins e José Afonso da Silva.

A segunda considera que a revisão constitucional está limitada somente pelas "cláusulas pétreas", e evidentemente, pelo resultado do plebiscito. Dela fazem parte os juristas Rosah Russomano, Fábio Comparato, Arx Tourinho e o Deputado Nelson Jobim.

A terceira considera que a revisão constitucional deverá ser realizada para adaptar a Constituição ao resultado do plebiscito, devendo se limitar à questão da forma e sistema de governo. Defendem essa posição os juristas Geraldo Ataliba, Carmem Lúcia Antunes Rocha, Paulo Bonavides, Marcelo Cerqueira e o Deputado Hélio Bicudo.

Para ajudar no clareamento do debate é bom lembrar que a Constituição de 1988 define em seu artigo 60 as condições para que ela seja emendada, ao afirmar que: "(...) a proposta será discutida em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, três quintos dos votos dos respectivos membros". Consta no seu parágrafo quarto as chamadas "cláusulas pétreas" que estabelecem a proibição para emenda que vise abolir a forma federativa do Estado, o voto direto,

secreto, universal e o periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é fixada a data do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo e da revisão constitucional. Diz o artigo 2º: "No dia sete de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que deve vigorar no País". Diz o artigo 3º: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral".

Ives Gandra sintetiza bem a posição dos que defendem a revisão constitucional ampla. Afirmar ele que o artigo 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não tem qualquer ligação com o artigo 3º, cuja inspiração está no Direito Português. Tal inspiração, no entanto, só se deu quanto ao número de anos necessários para a revisão constitucional e não quanto às regras para que tal alteração seja feita.

Diz Ives Gandra: "(...) o artigo 3º, faz clara referência a uma revisão ampla da Constituição". O termo revisão ampla é uma interpretação do jurista e não a expressão do Texto Constitucional que fala tão somente em revisão, conforme o texto acima citado do artigo terceiro. Ives Gandra considera que mesmo as chamadas "cláusulas pétreas" estão incluídas na revisão constitucional, já que o parágrafo quarto do artigo 60 diz: "(...) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (...)". Como a limitação imposta pelo artigo 60 se refere expressamente a emenda, Ives Gandra considera que ela não se aplica no caso da revisão constitucional.



A motivação política da formulação de Ives Gandra fica evidente quando ele afirma: "A solução portuguesa - albergada pelos constitucionalistas brasileiros - partiu do princípio de que a revolução ocorrida em 25 de abril de 1974, que terminou com a alteração profunda do sistema de governo português e na reintrodução da democracia naquele País, após a substituição de vetusto regime de exceção, de índole não marxista, por um outro sistema de exceção marxista, deveria ter solução natural na busca de um texto mais consolidado e mais autêntico, após cinco anos de experiência com o direito anterior. De certa forma, o fenômeno brasileiro trilhou estrada semelhante".

Sinal de igualdade entre Congresso de 1969, Assembléia Constituinte e Revisão Constitucional



Fábio Comparato exprime bem o ponto de vista da segunda corrente. Ele questiona a visão de Ives Gandra afirmando: "É incongruente interpretar-se a revisão constitucional, prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Transitórias, como uma reforma total da Constituição de 1988, pois o procedimento revisório é bem menos complexo e exigente que o das emendas, que são reformas meramente parciais".

Diz Comparato: "A impressão que se tem é de que o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias procurou incorporar, deformadamente, o estatuído no art. 286, alínea primeira da Constituição Portuguesa. Continua Comparato afirmando: "(...)a idéia subjacente parece ter sido a de se submeter o novo

sistema constitucional a um ensaio probatório, de curta duração, a fim de se identificar os pontos mais fracos do conjunto, suscetíveis de correção por um procedimento menos exigente".

A Constituição Portuguesa em seu art. 286, inciso I afirma: "A Assembléia da República pode rever a constituição decorridos cinco anos sobre a data da publicação de qualquer lei de revisão". Tal dispositivo está no texto permanente da Constituição e, diferentemente da Constituinte cujo quorum é de maioria absoluta, aqui necessita-se de dois terços dos votos para aprovar qualquer revisão. Com quatro quintos pode-se fazer revisão constitucional a qualquer momento.

Nelson Jobim coloca a questão de forma mais explícita ao equiparar o processo de revisão constitucional com o processo Constituinte. Afirma ele: "(...) quando se votou a revisão constitucional e esta é notícia histórica, não notícia para interpretação, se votou tendo em vista que nós precisávamos não encerrar o processo Constituinte ali, e que esse processo Constituinte se prorrogaria por mais cinco anos". Esta idéia de revisão leva a colocar, no mesmo patamar, a Assembléia Constituinte com o Congresso ordinário. Isto não tem sustentação, nem do ponto de vista constitucional, nem político. Do ponto de vista constitucional a Assembléia Nacional Constituinte foi convocada com o objetivo precípuo de elaborar uma nova Constituição, colocando fim a um regime de arbítrio e introduzindo o Estado de Direito.

Afirma Nelson Jobim: "Não me impressiona o problema da diferença do discurso de poder constituído e do poder constituinte originário". Diz mais o Deputado: "O fato de que a Assembléia, ou Congresso

Constituinte, foi convocada pelos membros do Congresso Nacional eleitos sob a Constituição de 1969; e que eles atribuíram aos eleitos pelo sistema de 1969, nas eleições de 1986, que se reunissem soberanamente, fora do Congresso Nacional e votassem em sessão unicameral, em dois turnos, por maioria absoluta, uma nova Constituição(...) e foram esses mesmos que se sentaram, que disseram que os deputados e senadores que seriam eleitos nas eleições de 1990, teriam também a função revisional. Então não vejo uma disparidade, ou formalmente uma diferença de grau entre os que elaboraram a Constituição e os que vão fazer a revisão”.

Nelson Jobim não leva em conta que mesmo a convocação da Constituinte tendo sido aprovada pelo Congresso eleito dentro do sistema de 1969, evidentemente ela representou uma ruptura com o sistema ditatorial então vigente e foi o caminho da institucionalização do Estado de Direito no País. Por outro lado, os deputados eleitos em 1986, o foram com o objetivo de elaborar uma nova Constituição, fato que não ocorreu com os deputados eleitos em 1990.

Sobre a amplitude da reforma, Jobim afirma estar “(...) com a fórmula intermediária (...)”, ou seja, ela esbarra nas “cláusulas pétreas”.

Quanto a questão política, Jobim afirma não crer que: “(...) os direitos e garantias individuais e que os direitos dos trabalhadores vão sofrer restrições”. E quem garante? A ala dos conservadores não pretende alterar somente esta parte, mas também a questão relacionada com o monopólio do petróleo, o papel do Estado na economia, a questão do capital estrangeiro.

Igualar parlamentar federal a deputado constituinte é desconhecer direito constitucional



Geraldo Ataliba exprime o pensamento da terceira corrente ao afirmar: “É equivocado pensar que os parlamentares federais agora eleitos são como constituintes. O desconhecimento da ciência do direito constitucional é que permite tal equívoco”.

Mais adiante afirma o jurista “(...) ser impossível interpretar o art. 3º das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, sem relacioná-lo com o sistema como um todo (se refere ao sistema Constitucional)”.

Afirma Geraldo Ataliba: “(...) das emendas à Constituição cuida o art. 60. Sua aprovação dá-se por 3/5, em cada Casa do Congresso, não podendo ter por objeto certos princípios”. Quanto ao quorum para a revisão constitucional de maioria absoluta de seus membros e não por três quintos como previsto para as emendas, afirma o jurista “(...) tal redução de quorum, por absolutamente excepcional quanto à matéria e

quanto à ocasião (uma única e exauriente oportunidade) deve, é óbvio, é evidente - ser interpretada estritamente. Só se aplica a esse momento (designado também singularmente de revisão constitucional) e a essa matéria: forma e sistema de governo(...)”.

Geraldo Ataliba afirma que: “interpretar diversamente, data vênica, é afirmar a quase inocuidade da Constituinte de 1987/88. É predicar à Constituição o caráter de norma integralmente provisória, precária, sem superioridade. É abalar todos os direitos, todas as normas, é enfraquecer as instituições(...)” É dizer que “(...) ela foi inteirinha feita para valer só por cinco anos”.

Pelos argumentos suscitados, considero que a terceira corrente é aquela que jurídica e politicamente responde melhor aos problemas colocados para a revisão constitucional.



Neoliberais tentam retomar seu projeto pela via da Revisão Constitucional ampla

Em primeiro lugar, há de se constatar que não pode o Congresso ordinário deliberar sobre alterações na Constituição com o quorum de maioria absoluta, reservada para a Assembléia Constituinte. Tal procedimento significaria igualar a Constituinte ao Congresso ordinário. Ora, a primeira foi convocada com o fim primordial de elaborar uma nova Constituição. Não tem cabimento a idéia de que uma revisão constitucional possa produzir uma nova Constituição.

Argumenta-se que tal dispositivo estaria calcado no art. 286, inciso I da Constituição Portuguesa. Na verdade, a revisão de tal Constituição é realizada “decorridos cinco anos da data da sua publicação”. No entanto, diferentemente da Constituinte, que delibera por maioria absoluta de votos, esta revisão constitucional se faz por dois terços de votos. A emenda Constitucional que se pode fazer a qualquer momento, se realiza com quatro quintos de votos.

A lição é muito clara. O poder Constituinte originário decide por maioria absoluta de votos, porque recebeu do povo a atribuição de elaborar uma nova Constituição. O poder constituinte derivado decide com um quorum maior, o que dificulta as manobras oportunistas de se pretender a alteração da Constituição em decorrência de uma mudança da correlação de forças.

Pretender que a revisão constitucional seja ampla, com o quorum de uma constituinte, é um golpe na própria Constituição. A Constituição Brasileira é regida por normas rigorosas para sua alteração. Não há como interpretar o artigo 3º do ADCT sem estar relacionado com o art. 2º. O absurdo de pretender a revisão ampla fica caracterizada até pelo fato de que esta revisão se faria por um mecanismo mais fácil do que na própria Constituinte, já que o art. 3º fala de votação em turno único, enquanto

na Constituinte a votação é realizada em dois turnos.

A explicação para o fato de que o art. 3º estabelece que a revisão constitucional se fará com o quórum de maioria absoluta, decorre do fato de que esta revisão dar-se-á após o plebiscito, depois da manifestação da vontade popular sobre forma e sistema de governo.

Se do ponto de vista Constitucional está evidente que a revisão ampla não tem cabimento, qual o interesse político determinante para a defesa desta tese?

O Deputado Hélio Bicudo aponta, com clareza, as razões do interesse da amplitude da revisão ao afirmar que: "Para os chamados neoliberais, a Constituição precisaria ser modificada para permitir a chamada internacionalização de nossa economia, como primeiro passo no sentido da diminuição do tamanho do Estado; a privatização das grandes empresas estatais e um novo enfoque sobre o que se deva considerar, no domínio econômico, o que sejam interesses nacionais".

A elaboração da Constituição se deu na onda crescente de democratização do País, com um amplo processo de mobilização e pressão sobre a Constituinte. Foram apresentadas 122 emendas populares subscritas por 12.277.433 brasileiros num processo sem precedentes na história brasileira (1).

Apesar da formação do chamado Centrão, os constituintes conservadores não tiveram forças para impor o que queriam. O movimento popular denunciou à opinião pública as manobras deste grupo direitista, contribuindo para dificultar a amplitude de sua ação. Agora, os grandes empresários e defensores do pensamento neoliberal consideram que a atual Constituição está em desacordo com os "novos tempos", com a necessidade de abrir a economia ao capital estrangeiro e privatizar nossas empresas. Por isto pretendem, através de manobras, conseguir com uma revisão constitucional ampla o que não obtiveram na Constituinte.

Apesar de toda articulação da direita, das pressões e ameaças, a Constituição de 1988 incorporou importantes conquistas ao seu texto.

**Reacionarismo das
classes
dominantes não admite
sequer esta
conquista limitada**



De acordo com o informe apresentado por Haroldo Lima ao 7º Congresso do PCdoB, o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais incorporou importantes conquistas, tais como: a condenação do racismo como crime inafiançável, a liberdade de expressão de pensamento, com o fim da censura, o mandado de segurança coletivo, o habeas-data, a ação popular proposta por qualquer cidadão, a definição da tortura como crime inafiançável, imprescritível e não passível de anistia e o instituto do mandado de injunção para garantir o cumprimento dos direitos e liberdades constitucionais.

Em relação aos Direitos Sociais, não se obteve impor-

tantes reivindicações dos trabalhadores, tais como: as quarenta horas de trabalho semanal e a estabilidade no emprego. Mesmo assim, conquistas foram obtidas: a proteção contra a despedida arbitrária, 44 horas de trabalho semanais, jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, a remuneração das horas extras com 50% a mais, o pagamento de férias com 1/3 a mais, a licença remunerada de 120 dias para as gestantes, o prazo de cinco anos para a prescrição dos direitos trabalhistas, a extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos, a liberdade e unicidade sindical, direito de greve e de sindicalização aos servidores públicos.

Em relação aos Direitos Políticos, a Constituição incorporou o direito de voto aos maiores de 16 anos, a liberdade de organização partidária e a manutenção do sistema proporcional de votação.

No capítulo da Ordem Econômica estabeleceu-se a diferenciação entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, reservando para esta última certas vantagens, tais como: o tratamento preferencial na aquisição, pelo poder público, de bens e serviços. Por outro lado, manteve-se o monopólio estatal do petróleo e sobre os minerais nucleares e seus derivados. Também se incorporou ao texto a nacionalização da exploração mineral. Tal capítulo foi objeto de luta ferrenha e as formulações iniciais defendidas pelos setores nacionalistas terminaram tendo que ser abrandadas. Por exemplo, na proposta formulada pelo ex-senador Severo Gomes se diferenciava a empresa nacional da empresa estrangeira. Fruto das pressões dos setores conservadores formulou-se o conceito de empresa brasileira, para caracterizar a empresa estrangeira implantada no País, e empresa brasileira de capital nacional.

No capítulo sobre a reforma agrária, a UDR conseguiu incorporar o conceito de propriedade produtiva como sendo não passível de realização da reforma agrária. Agora, na regulamentação deste princípio, se conseguiu avançar estabelecendo regras na definição de propriedade produtiva e criando condições legais para a realização da democratização da propriedade da terra.

Esta Constituição está longe de representar os interesses da grande maioria do povo brasileiro. Ela é a expressão do Estado burguês-latifundiário existente no País. Nas questões essenciais, manteve a estrutura autoritária e elitista do Estado brasileiro e o sistema econômico dependente e concentrador de rendas.

Garantiu-se os poderes imperiais do Presidente da República, com a manutenção do sistema presidencialista. Acabou-se com o decreto-lei, instrumento da ditadura que permitia que o ditador legislasse, mas criou-se em seu lugar as chamadas Medidas Provisórias.

As Forças Armadas continuaram com poderes de interferir na segurança interna do País para a manutenção da "lei e a ordem". Na Constituinte os setores

progressistas defenderam que as Forças Armadas deveriam se voltar, exclusivamente, para a segurança externa do País.

O Poder Legislativo continua como expressão da minoria dominante, dos grandes capitalistas e proprietários de terras.

O Poder Judiciário além de ter dificuldades para enxergar os crimes praticados pelos poderosos, não sofre qualquer tipo de controle externo. Os demais poderes, bem ou mal, estão submetidos ao controle externo. Para impedir que este controle fosse realizado, o Judiciário movimentou suas forças para pressionar a Constituinte.

A Ordem Econômica mantém os pilares do sistema capitalista, da economia de mercado e da propriedade privada.

Mesmo assim, conseguiu-se alguns avanços, já vistos anteriormente, na Constituição de 1988. O reacionarismo das classes dominantes brasileiras não admite sequer estas limitadas conquistas.

**Campanha pela revisão
ampla começou
com a posse e emenda
do presidente
Fernando Collor**



Em decorrência disto, as manobras dos setores neoliberais contra a Constituição começaram logo após sua promulgação. O ex-Presidente Collor afirmou: "(...) a revisão da Carta começou a ser discutida na semana seguinte à sua promulgação" (3). O monarquista e aqui reacionário ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirmou: "(...) o único artigo inteligente da Constituição de 1988 é o que permitiu sua revisão agora em 1993" (4).

O chamado "emenda" de Collor, que contou com o apoio entusiástico dos empresários, particularmente dos presidentes da FIESP e da FEBRABAN, tinha por objetivo amoldar a Constituição ao receituário neoliberal da "modernização da economia", com a abertura para o exterior e o favorecimento ao capital estrangeiro. Comentando tais propostas, a *Gazeta Mercantil* disse que elas representavam "uma ampla abertura ao capital estrangeiro" (5).

O "emenda" de Collor, se constituía de 33 propostas de emendas à Constituição e terminou não sendo submetido ao Congresso. Tinha como pontos principais:

Abertura ao capital estrangeiro - Com o fim da diferença estabelecida pela constituição entre a empresa brasileira e a empresa brasileira de capital nacional, retirando desta algumas vantagens. O "emenda" propunha, também, a supressão do artigo que determina a existência de lei disciplinadora dos investimentos estrangeiros no País e a regulamentação da remessa de lucros.

Exploração mineral por estrangeiros - A Consti-

tuição brasileira definiu que a exploração mineral somente poderia ser realizada por brasileiros ou empresas de capital nacional. A alteração proposta abriria a exploração mineral aos capitais estrangeiros.

Monopólio estatal do petróleo - Fim do monopólio estatal sobre o refino e a importação e exportação do petróleo e derivados.

Fim da estabilidade para os funcionários públicos.

Supressão do princípio constitucional da irredutibilidade dos salários.

Aposentadoria - O "emenda" extingue a aposentadoria integral por tempo de serviço.

Autonomia Universitária - A proposta de emenda constitucional de Collor previa uma "autonomia da Universidade" que na realidade representaria uma retirada de recursos desta área e a supressão da gratuidade do ensino nas Universidades públicas.

Juros - Queda do limite Constitucional de 12% da taxa de juros reais ao ano, aliás, princípio nunca aplicado.

Os empresários e setores conservadores da sociedade articulam-se para realizar uma revisão constitucional ampla, com o objetivo de golpear os avanços democráticos obtidos na Assembléia Nacional Constituinte.

Em matéria sobre o assunto, o Jornal *O Estado de S. Paulo* estampa o título "Começa articulação para reforma ampla", falando da participação da FIESP, da Federação das Associações de Bancos - FEBRABAN e da Federação do Comércio de São Paulo, nesta articulação (6).

O Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL), afirmou que a revisão é urgente porque "a Constituição ficou caduca muito depressa", e que são necessárias mudanças principalmente na Ordem Econômica (7).



**Alvo fundamental do
capital
estrangeiro e setores
do empresariado
é Ordem Econômica**

Além da discussão da amplitude da revisão constitucional, as diversas forças políticas discutem, também, a questão do momento mais oportuno para sua realização. Já há uma articulação no Congresso Nacional para o adiamento da revisão constitucional para 1995 e o presidente nacional do PMDB, Orestes Quéricia, já se manifestou favorável a esse adiamento.

A questão decisiva, todavia, não está na data da revisão constitucional e sim na sua amplitude. É inaceitável a tentativa dos setores conservadores de fazer uma nova Constituição com o objetivo de amoldá-la ao receituário neoliberal. De qualquer forma, se a vida demonstrar que a limitação da

Itamar vai liderar revisão da Constituição

Presidente reconhece que resultado do plebiscito lhe favorece, promete não ser impedido

Congresso inicia preparativos para revisão

Ministério de dez políticos

Cresce pressão para adiar revisão para 95

Executiva do PT defende adiamento, ACM e Paulo Maluf também não querem

Lucena quer

CONSTITUIÇÃO

Presidencialistas não querem revisão já

Para o presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, antecipação da revisão constitucional pode comprometer as emendas

OAB discute limites da revisão da Carta

Cinco correntes de especialistas divergem sobre o alcance da reforma constitucional marcada para outubro

ANA BONDCHRISTIANO



Mudança tem votação única

De 1988

Para o projeto de revisão da Constituição, o Congresso Nacional terá a votação única em 1995. Se a proposta for aprovada, o texto da Constituição será alterado em 1995.

Revisão Constitucional não está garantida é preferível que haja um adiamento da revisão, para que essa discussão continue e a sociedade perceba a gravidade da manobra que está em curso contra as conquistas da Constituinte de 1988.

O objetivo de golpear a Constituição não é um fantasma levantado pelas forças progressistas, mas uma realidade presente na vida do País.

A *Folha de S. Paulo* estampa manchete, onde afirma: "Empresários querem cortar direitos sociais". Diz ainda o texto da matéria que pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, junto a noventa entidades patronais, apontam para o supressão de garantias trabalhistas aprovadas na Constituição de 1988 (9). As entidades patronais indicam como prioridade da revisão constitucional a mudança dos artigos que tratam da garantia de emprego, piso salarial, licença paternidade, aposentadoria, aviso prévio proporcional e outros direitos sociais.

Tais direitos foram obtidos em decorrência de uma ampla luta desenvolvida pelos trabalhadores brasileiros. É inaceitável que um Congresso em final de mandato vá colocar abaixo tais conquistas.

A insensibilidade dos setores conservadores e empresariais com a situação social do País é estarrecedora. O IBGE acaba de divulgar o Anuário Estatístico de 1992 onde mostra que 52,9% da população brasileira ganha até dois salários mínimos. Que 24% da população ganha até um salário mínimo e que 8,4% da população não tem remuneração de qualquer espécie. E mais, o IBGE constata que tem havido uma queda progressiva na qualidade de vida da população brasileira. Esta situação decorre de uma política econômica de brutal concentração de rendas e de uma

política de desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Este quadro não é suficiente para sensibilizar os empresários sempre ávidos de maiores lucros. Por isto, voltam-se contra as pálidas conquistas sociais obtidas na Constituinte.

Porém, o alvo fundamental dos setores empresariais e do capital estrangeiro, na revisão constitucional, é o capítulo da Ordem Econômica. Ele está longe de expressar os interesses nacionais. De qualquer forma ali foram introduzidos alguns conceitos que se voltam contra o projeto neoliberal. Daí o bombardeio dos setores empresariais.



Setores intelectuais aderem ao surrado discurso da redução do papel do Estado

A crítica deste capítulo da Constituição vem, também, de uma forte corrente de intelectuais que defende o projeto neoliberal para o País. Dentro desta linha se situa o texto-base em torno do qual o IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo discute o seu projeto relacionado com a revisão constitucional, particularmente no que diz respeito ao referido capítulo.

A vida tem demonstrado a falência do projeto neoliberal na Inglaterra e nos Estados Unidos. O próprio governo Clinton passa a defender a participação do Estado na reativação da economia norte americana. No entanto, uma parcela ponderável de nossos intelectuais continua com o discurso neoliberal e propõe alterações radicais no texto da Constituição.

Uma questão chave nesta discussão envolve o papel do Estado na economia. A cantilena neoliberal fala em “menos Estado e mais mercado”. Na verdade o chamado livre mercado é uma ficção na fase monopolista do capital. E a história tem demonstrado que nos países de desenvolvimento retardado o papel do Estado é decisivo para garantir o desenvolvimento e para assegurar um projeto que resguarde os interesses nacionais.

A Constituição de 1988 define o papel do Estado, com muitas limitações, afirmando no artigo 173 “Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta da atividade econômica do Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”. Apesar das limitações, o Texto Constitucional assegura a exploração direta da atividade econômica por parte do Estado. A equipe que estudou a Ordem Econômica dentro do Projeto da Revisão Constitucional da USP propõe uma mudança no artigo 173 retirando a participação do Estado na atividade econômica prevista na Constituição e deixando apenas aqueles decorrentes de imperativos de segurança nacional ou de relevantes interesses coletivos.

Isso significa limitar ao máximo a participação do Estado na atividade econômica. Dando sequência a essa política de favorecimento dos grandes grupos econômicos, sobretudo multinacionais, propôs-se a supressão do artigo 177 que define o monopólio da União sobre o petróleo e sobre os minerais nucleares.

Esta redefinição do papel do Estado na Economia tem como consequência a privatização das empresas estatais. É evidente que ninguém de bom senso vai defender a participação do Estado em atividades econômicas secundárias. Por isso mesmo não é aí que reside a divergência. O problema de fundo está relacionado com a participação do Estado em atividades econômicas estratégicas como nos setores de energia, telecomunicações, química fina e biotecnologia.

Nas eleições presidenciais de 1989 a Frente Brasil Popular defendia a desprivatização do Estado e das empresas estatais. Isto equivale a dizer que as empresas estatais deveriam cumprir as suas funções de interesse coletivo e não serem instrumentos de repasse de benefícios para as empresas particulares, sobretudo as multinacionais.

**Primeiras estatais
privatizadas
são rentáveis e com
tecnologia
de primeira linha**



Critica-se muito o empreguismo e a ineficiência de algumas empresas estatais, o que é verdadeiro. No entanto, não se identifica que além desses males

existe um mal maior, são os altos subsídios que o setor siderúrgico concede à indústria automobilística ao vender chapas de aço a baixo preço. O mesmo ocorre com a Eletrobrás que vende energia elétrica para a Alcan e a Alcoa, também, por preços aviltados e a Petrobrás, que vende os derivados de petróleo para a indústria petroquímica, nas mesmas condições. Como essa política favorece os interesses das multinacionais, os meios de comunicação não afloram essa grave distorção.

Falam que as empresas estatais são deficitárias. É uma inverdade generalizar tal avaliação. A primeira empresa privatizada foi a Usiminas, empresa altamente rentável e com uma tecnologia avançadíssima. E o alvo principal das privatizações se volta contra a Petrobrás, umas das maiores empresas de petróleo do mundo, com alto padrão tecnológico, tendo inclusive desenvolvido tecnologia própria de prospecção do petróleo em águas profundas. O esforço de privatização dessa empresa desvenda o problema ao deixar claro que a questão da ineficácia, rentabilidade, empreguismo são utilizados para acobertar o objetivo de privatizar empresas estatais eficazes, rentáveis e, sobretudo, estratégicas para o desenvolvimento do País.

O crime contra o patrimônio nacional torna-se maior quando o processo de privatização está sendo feito através da venda das empresas estatais por preço irrisório.

Outra questão que se coloca, relaciona-se com a definição de empresa nacional e estrangeira. Na Assembleia Nacional Constituinte, os setores nacionalistas procuraram incorporar tais conceitos à Constituição, assegurando certas vantagens à empresa nacional. No entanto, isto se tornou impraticável e a Constituição incorporou em seu artigo 171 o conceito de empresa brasileira e de empresa brasileira de capital nacional, garantindo a estas algumas vantagens, entre as quais, tratamento preferencial pelo poder público na aquisição de bens e serviços.

A proposta do grupo da USP, que estudou o capítulo da Ordem Econômica, simplesmente retira do Texto Constitucional o tratamento diferenciado dado à empresa brasileira e à empresa brasileira de capital nacional. Isto significa uma grande abertura do País às empresas multinacionais e uma facilidade a mais no processo de monopolização da economia brasileira.

O objetivo de abrir espaços para o capital estrangeiro fica evidente com a proposta de supressão do artigo 172 que diz o seguinte: “A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos do capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros”. Aí está a expressão de mais uma das vertentes do pensamento neoliberal: abertura da economia para o capital estrangeiro.

Todavia, a política brasileira de abertura crescente ao capital estrangeiro não atende, mesmo assim, aos



ORDEN ECONÔMICA

INTEGRANTES DO GRUPO

André Franco Rotta Filho
Alberto Maranhão Filho
Carlos Roberto Lages
Claudio Pádua
Eduardo Lacerda
Geraldo Ataliba
Hilberto Siqueira
Hélio Mesquita da Cruz
João Sayad
José Carlos de Magalhães
Julio Rorato
Luiz Diogo Batista
Waldemar Scobie
Tarciso Aires
Rita Hartina Altenfelder Silva
Tarciso Mariani

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa 2, 274 - 05508 - Cidade Universitária - 05508 - São Paulo - SP - Brasil
Tel. 212 9471, 413 2222, 1 2518 e 2130 - Telex 0711 8002 - Fax 0711 515 4072

TEXTO PROPOSTO

TÍTULO VII
DA ORDEN ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA
ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 178. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência e livre iniciativa;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - justiça e bem estar social.

interesses das potências imperialistas. A Lei das Patentes, ora em votação no Congresso Nacional, está sendo objeto de grande pressão dos Estados Unidos sobre o Brasil. A *Folha de S. Paulo* informa que aquele País incluiu o Brasil na lista das retaliações comerciais em consequência da inexistência de proteção legal para a propriedade intelectual (lei das patentes) (10). Não satisfeitos com a Lei de Patentes em tramitação no Congresso brasileiro, os Estados Unidos consideram que a legislação proposta "contém grandes imperfeições".

**Grupo de Revisão
Constitucional
da USP simplesmente
elimina capítulo
da política urbana**



A tradução de tudo isso é muito clara: as potências imperialistas podem e defendem suas economias, mas os países dependentes devem se submeter aos ditames das grandes empresas multinacionais.

Na Assembléia Nacional Constituinte garantiu-se

que a exploração mineral deva ser feita por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional. No entanto, a proposta apresentada pelo grupo da USP abre a possibilidade da exploração mineral por capitais estrangeiros.

A Constituição de 1988 incorporou um capítulo sobre a Política Urbana, onde se define o adequado aproveitamento do solo com a adoção de medidas sucessivas que vão do parcelamento ou edificação compulsória, imposto territorial urbano e desapropriação com pagamento de títulos da dívida ativa. O grupo de revisão constitucional da USP, em sua proposta, simplesmente elimina este capítulo.

Por incrível que pareça, tal grupo consegue fazer uma proposição que piora o capítulo sobre a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, ao excluir deste capítulo, o artigo que submete à apreciação do Congresso Nacional a alienação ou concessão de terras públicas, com áreas superiores a dois mil e quinhentos hectares. Suprime também o artigo 190 que estabelece a necessidade de uma lei para a regulamentação da aquisição ou arrendamento de propriedade rural para pessoa física ou jurídica estrangeira. E mais, suprime o artigo 191 que garante a propriedade da terra para aquele que "não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terras, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela a sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade". Trata-se do usucapião especial, que favorece os pequenos proprietários que moram e produzem em uma terra por mais de cinco anos.

Outro objetivo das forças conservadoras com a revisão constitucional é desferir um golpe na democracia com a alteração do sistema eleitoral vigente no País. Pretendem alterar o sistema proporcional, adotando o voto distrital misto. Esta é a posição da FIESP, de Paulo Maluf, da *Folha de S. Paulo*, dos setores conservadores de vários partidos e até do PSDB.

No Brasil o voto distrital foi adotado por cerca de setenta anos durante o Império e a República Velha. A Revolução de 1930, representando um avanço democrático, implantou o sistema proporcional no Brasil. Durante o Estado Novo foi restabelecido o voto distrital. Novamente o voto proporcional retornou com a Constituição de 1946. No final da ditadura militar, no Governo Figueiredo, tentaram implantar o voto distrital misto. O fato é que o voto distrital, puro ou misto, praticamente liquida o voto de opinião, ou seja, o voto dado em decorrência do posicionamento político do candidato.

Os defensores do voto distrital misto afirmam que esta modalidade de voto assegura as vantagens do sistema distrital e proporcional ao mesmo tempo. Na verdade o voto distrital misto institucionaliza o curral eleitoral e facilita a ação do poder econômico no distrito, impedindo aí que as minorias se expressem.

Isto porque a metade das cadeiras será disputada pelo distrito, permitindo que as oligarquias locais façam predominar o seu poderio. A outra metade, que será disputada pelo sistema proporcional também impõe dificuldades para eleição de candidatos populares. Isto porque, reduzindo o número de vagas pela metade dobra o quociente eleitoral. E mais, o voto não será dado ao candidato e sim à lista de candidatos apresentada pelo partido. Isso equivale a dizer que as cúpulas partidárias estabelecerão a ordem dos candidatos que deverão ser eleitos.

É evidente que tal mecanismo eleitoral distorce a vontade popular e, praticamente, inviabiliza as coligações, já que tornará extremamente difícil o entendimento para a elaboração de listas eleitorais.

**Elitizar ainda mais
o poder
político do país é
objetivo da
modernização política**



O objetivo claramente anunciado dos setores conservadores é restringir drasticamente o número de partidos políticos, para dar estabilidade ao regime. Há que se perguntar se as causas da instabilidade no Brasil decorrem da democracia, do número de partidos ou da injusta distribuição da renda no País e de um poder político incompetente, corrupto e defensor dos interesses das elites conservadoras.

• 12 •

Ao lado do voto distrital misto, tais setores pretendem uma reforma partidária introduzindo a chamada "cláusula de barreira". A reforma partidária na verdade não faz parte da revisão constitucional e já está em curso no Congresso Nacional.

Pela "cláusula de barreira" o partido político que não atingir um determinado percentual de votos em nível nacional, mesmo que tenha conseguido eleger deputados, perderá essa representação.

A chamada "modernização política" constitui-se na criação de uma série de mecanismos tendentes a elitizar mais ainda o poder político do País.

Pretender uma estrutura partidária nos moldes da Europa, para o Brasil, é querer colocar uma camisa de força sobre o País. O Brasil é um país continental, extremamente complexo, cheio de contradições sociais e regionais, cuja estrutura política, para conseguir exprimir essa diversidade, necessariamente terá que contar com um número maior de partidos que numa sociedade já estratificada.

A modernização das estruturas políticas do País passa pela ampliação da democracia e não pelo seu cerceamento. Se relaciona com o aperfeiçoamento do sistema proporcional de votação, através da retirada dos votos brancos para a definição do quociente eleitoral, expediente casuístico para fortalecer os partidos conservadores. Com a adoção de medidas no sentido de coibir a influência do poder econômico no processo

eleitoral. Assim como, para assegurar uma mais justa representação das unidades da Federação na Câmara dos Deputados.

Além dessas, existem inúmeras outras questões que estão sendo objeto de debate com vistas à revisão constitucional, entre as quais medidas tendentes a abolir a gratuidade do ensino na Universidade pública brasileira.

A Constituição de 1988 está longe de ser a expressão verdadeira dos interesses da maioria da Nação Brasileira. No entanto, ela incorporou algumas conquistas sociais e alguns pressupostos econômicos que colidem com o projeto neoliberal. Daí a fúria dos setores conservadores contra a Constituição. Falam que ela torna o País ingovernável e que já está caduca. Tudo com um objetivo muito claro: aproveitar a revisão constitucional para elaborar uma nova Constituição. Isto é inaceitável para as forças democráticas e populares. Se os conservadores querem elaborar uma nova Constituição que consigam a maioria de três quintos e façam as emendas que julgarem oportunas. O que é inaceitável é pretender utilizar a porta aberta pela revisão constitucional, com quorum de maioria absoluta para, desrespeitando a vontade popular, elaborar uma nova Constituição.

ALDO ARANTES - É advogado e ex-deputado federal constituinte de 1988, Membro do Comitê Central do PCdoB e atual Vereador por Goiânia.

NOTAS

- 1) Informe de Haroldo Lima "A Propósito da Experiência dos Comunistas na Constituinte Brasileira de 87/88", prestado ao 7º Congresso do PCdoB.
- 2) Idem.
- 3) O Estado de S. Paulo - 05/06/91.
- 4) Gazeta Mercantil - 21/05/92.
- 5) Gazeta Mercantil - 20/09/91.
- 6) O Estado de S. Paulo - 15/03/93.
- 7) Folha de São Paulo - 24/03/93.
- 8) Gazeta Mercantil - 03/04/93.
- 9) Folha de São Paulo - 01/04/93.
- 10) Folha de São Paulo - 01/04/93.

BIBLIOGRAFIA

- OAB, Conselho Federal. *I Simpósio Sobre Revisão Constitucional e Plebiscito*, Brasília, Ed. Ideal, 1992.
- LIMA, Haroldo. *A Propósito da Experiência dos Comunistas na Constituinte Brasileira 87/88*, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1989.
- USP-IEA, Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Avançados. *Projeto em discussão sobre Revisão Constitucional*, São Paulo, fevereiro/março de 1993.
- COELHO, João Gilberto Lucas. *A Nova Constituição*, coordenação Instituto de Estudos Sócio- Econômicos - INESC, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 1989.
- MICHELES, Carlos e outros. *Cidadão Constituinte: a Saga das Emendas Populares*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989.
- Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras*, Vol. II: Textos. Secretaria e Edições Técnicas, Senado Federal, 1987.

A evolução da estratégia revolucionária marxista

RENATO RABELO

*Desde as primeiras lutas contra a exploração capitalista,
a classe operária forja sua linha estratégica.
Parte de uma concepção idealista, alcança visão científica
até o aprofundamento dos problemas
atuais da transição do capitalismo ao socialismo.*

Nos seus primórdios, a classe operária nasce defendendo reivindicações econômicas por sua sobrevivência. O desenvolvimento do capitalismo leva ao crescimento do proletariado e ao recrudescimento das suas lutas, favorecendo a elevação da sua consciência política e permitindo o surgimento dos primeiros programas que definiam seus objetivos políticos e seus interesses de conjunto contra a burguesia. De início, aparecem traços de uma estratégia política ainda sem perspectiva revolucionária.

A partir de 1760, modificam-se as próprias bases técnicas da nascente produção capitalista. Os artesãos são substituídos por proletários em proporções cada vez maiores. Em lugar da antiga classe operária - que se desenvolvera nos séculos XVI e XVII e que na segunda metade do século XVIII representava apenas uma pequena parte da população - surge na Inglaterra ao terminar o século XVIII e começar o século XIX, uma classe operária industrial considerável impondo suas características a todas as relações sociais.

As primeiras manifestações operárias de massas se constituíram de sublevações contra o emprego de máquinas e os aperfeiçoamentos técnicos da produção, ficando conhecidas na Inglaterra como o movimento dos "luddistas" (1), demonstrando o nível incipiente da formação da classe operária. Uma fase mais avançada dessas lutas vai se impor com a repercussão da revolução burguesa na França e, principalmente, após o período de dois anos de auge da sublevação popular (1792 e 1793), onde o poder cai em mãos da pequena-burguesia revolucionária e dos operários parisienses. Esses episódios vão marcar o movimento operário inglês e europeu. Após a nova explosão de massas em 1830 na França, o movimento operário

adquire maior impulso, lutando por conquistas políticas, enquanto na Inglaterra ganha amplitude a campanha pelo sufrágio universal. A burguesia industrial inglesa consegue o direito de voto no início do século XIX, mas a classe operária fica de fora.

Em 1835 os trabalhadores organizam sociedades independentes em campanha pela extensão do direito de voto. Mas somente em 1837, Lowett (2) e seus companheiros formulam pela primeira vez as reivindicações políticas fundamentais da classe operária em um partido especial, com seu programa político, que se resumia em seis pontos (3), e ficou conhecido pelo nome de *Carta ao Povo* e seu movimento de *cartista*, angariando grande prestígio entre as massas de operários industriais. Era um partido que, junto aos outros, participava da luta política nos marcos das condições burguesas como partido operário. Não era ainda um partido de classe, crítico e adversário de todos os outros partidos das classes dominantes. Na França, depois dos levantes de 1831 e 1834, aparecem as primeiras "Sociedades Revolucionárias" no movimento parisiense, sob a influência do blanquismo (4), que propugnava a tomada do poder político através de ações audaciosas e golpistas.

ESTRATÉGIA IDEALISTA E TEMERÁRIA

Os operários das primeiras décadas do século XIX provinham dos meios camponeses ou artesanais, imbuídos de tradições pequeno-burguesas. Por isso, a idéia do corporativismo no âmbito do regime burguês, como instrumento de superação do capitalismo, era bastante popular entre os operários europeus du-

rante muitos anos. Também, forte era a compreensão de que se alterariam as difíceis condições da classe operária e a ganância das classes dominantes apenas com a conquista do direito de voto pelos trabalhadores. A burguesia inglesa resistiu por longo tempo em ampliar o direito de voto, porque via no sufrágio universal a entrega do poder político nas mãos das massas dos não-proprietários. Este tipo de restrição coincidia com a de todos os movimentos políticos que sacudiam a Europa nesse período. Na França, onde a luta de classes chegou ao nível mais avançado, a burguesia - que em suas ações revolucionárias contra o feudalismo e o absolutismo utilizava o apoio e a força motriz da classe operária nascente - objetivamente fertilizou o terreno para que os operários adquirissem experiência revolucionária. Entretanto, como classe neófito, prevaleciam entre os proletários concepções que não levavam em conta a correlação de forças entre as classes, desconhecendo as leis objetivas do desenvolvimento do capitalismo e de como vencê-lo. Desse modo, o movimento apresentava limitações em fixar estratégias concretas e táticas viáveis para cada situação. Nos programas defendidos pelos operários predominava ainda uma visão idealista e temerária. Careciam de plano geral que vislumbrasse objetivos além do capitalismo.

NOVA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

• 14 •

Na passagem do século XVIII ao século XIX aumenta o interesse da opinião pública pela realidade social. O desenvolvimento das novas formas de economia e de vida fazia com que crescesse progressivamente o anseio de libertar a humanidade dos males do capitalismo. Muitas críticas filosóficas contra a propriedade privada apregoavam um socialismo acima de qualquer política, sem consequência organizativa ou partidária. Até o novo auge revolucionário de 1848/49 as palavras "socialismo" e "comunismo" tinham sentido completamente inofensivo na compreensão das pessoas. Foram Marx e Engels, que tirando proveito de toda a ciência e da filosofia mais avançada de seu tempo, elaboraram um ponto de vista completamente novo na história do pensamento social e político do século XIX. Marx revoluciona a filosofia, que era puramente teórica, contemplativa com a introdução de um elemento novo: a ação concreta, fundamentada na crítica da sociedade. Essa "filosofia da ação" vai exigir a política prática: a elaboração de uma estratégia de luta, de um programa e de sua aplicação. Desde 1844 Marx formula a tese fundamental do papel e da missão histórico-universal da classe proletária como a única capaz de transformar o capitalismo, forjar o socialismo e emancipar todos os trabalhadores.

Consequentes com sua filosofia, Marx e Engels não eram teóricos puros. Ligaram-se ao movimento político do início do século XIX, convictos de que a

transformação radical do regime vigente só era possível baseando-se nos operários enquanto classe. Nesse sentido, a estratégia marxista é a estratégia da classe operária e se realiza na superação revolucionária do capitalismo pelo socialismo, até sua fase superior - o comunismo. A intervenção marxista no movimento operário se fez através da elaboração e do desenvolvimento do rumo estratégico e programático da revolução proletária. A partir de uma profunda compreensão das leis objetivas do capitalismo e da visão dialética da história, o programa marxista para a classe operária se distinguiu, desde então, porque superava a idéia do socialismo fundado exclusivamente na boa vontade e no amor aos pobres, reflexo da ideologia das classes dominantes. O marxismo estabelece, assim, uma estratégia consoante com a tendência da evolução capitalista e as condições dos trabalhadores. Essa mudança radical armou o proletariado de um plano de conjunto, com objetivo alcançável, cientificamente fundamentado para superar o capitalismo. A luta teórica e política, para fazer vingar a linha revolucionária marxista, enfrentou tendências contrárias proudhonistas (5), blanquistas (6), bakuninistas (7) e lassalianas (8), conquistando prestígio na maior parte do movimento operário no final do século XIX.

PODER POLÍTICO DO PROLETARIADO

As etapas mais importantes dessa evolução estratégica e programática marxista, desenrolam-se desde a metade da década de 1840. Pode-se dizer que a primeira etapa se inicia com o I Congresso da Liga dos Comunistas, realizado em 1847 em Londres, com a presença de Engels. Neste congresso se adotou um Estatuto cujo primeiro parágrafo exprime a idéia essencial do socialismo revolucionário: "A Liga persegue a derrocada da burguesia e o domínio do proletariado, a superação da velha sociedade burguesa, baseada no antagonismo de classe e a instauração de uma nova sociedade sem classes nem propriedade privada" (9). Até então, no movimento operário, a plataforma mais radical do ponto de vista político era a "Declaração dos Direitos de 1793" ou "de Robespierre" (10), que era o programa dos revolucionários franceses a partir de 1830. O primeiro programa escrito por Marx - o célebre *Manifesto do Partido Comunista* (11), levou em conta as sugestões de Engels contidas nos "Princípios Básicos do Comunismo" (1847) (12) e aparece em fevereiro de 1848, às vésperas do novo auge revolucionário desse período. Foi encomendado como programa da Liga dos Comunistas, e se destinava não a um país separadamente, mas ao mundo burguês em seu conjunto. É uma síntese brilhante do que é a sociedade burguesa capitalista e do desenvolvimento da classe operária; responde às objeções dos ideólogos burgueses ao socialismo e desmasca-

SUBSTITUIÇÃO DO PODER BURGUEÊS

Uma segunda etapa do desenvolvimento estratégico e programático vai aparecer com a trajetória revolucionária de 1848 a 1851 e seus desdobramentos até a Comuna de Paris, em 1871. Fiéis à teoria do desenvolvimento social - o materialismo histórico - Marx e Engels aprofundaram a observação científica da experiência revolucionária concreta, determinando com maior precisão os objetivos fundamentais da luta do proletariado. Marx dizia do período que começa em 1848: "(...) proclamava barulhenta e confusamente a emancipação do proletariado, isto é, o segredo do século XIX, da revolução deste século". Na obra "O Estado e a Revolução", escrita em 1917, diante da aproximação da etapa socialista, Lênin localiza um marco divisor na compreensão de Marx sobre o Estado e conseqüentemente para a estratégia revolucionária (14). No balanço das lutas operárias desse meado de século, em seu artigo, "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" (1852), Marx chega à conclusão que: "Todas as revoluções aperfeiçoaram esta máquina (O Estado Burgueês) em vez de destruí-la". Isso, obrigava a revolução "a concentrar todas as forças de demolição" contra o poder capitalista e estabelecer objetivos de não aperfeiçoá-lo, mas de "destrói-lo e destruí-lo". Este era um "enorme passo adiante", na avaliação de Lênin, em comparação com o *Manifesto Comunista* que deixava a questão em termos gerais. A nova conclusão conduz à seguinte indagação: "Com que se substituirá o aparato do Estado que havia de ser destruído?" (15). Marx responde a esta pergunta, mais tarde, em 1871, referenciado na experiência da Comuna de Paris, que revelou em 72 dias de poder, diversas formas políticas para suplantarmos o Estado burgueês. Em conclusiva observação sobre os acontecimentos na França, ele dizia sobre a Comuna: "Seu verdadeiro segredo é este: foi essencialmente um governo da classe operária, resultado das lutas da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, *enfim descoberta*, sob a qual podia realizar-se a emancipação econômica do trabalho" (16). A Comuna foi a primeira "forma política", a experiência ainda rudimentar da demolição do aparato estatal burgueês.

CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO

Pode-se considerar uma terceira etapa da evolução do pensamento estratégico e programático do marxismo, a culminância do desenvolvimento teórico sobre o Estado na formulação do conceito de ditadura do proletariado, melhor sistematizado após a rica experiência da trajetória revolucionária que vai até 1871. Na discussão que Marx e Engels empreenderam a partir de 1874 - em meio às iniciativas de formação dos primeiros partidos socialistas marxistas (social-democratas)

ADDRESS

AND

PROVISIONAL RULES

OF THE

WORKING MEN'S INTERNATIONAL ASSOCIATION,

ESTABLISHED SEPTEMBER 28, 1864,

AT A PUBLIC MEETING HELD AT ST. MARTIN'S
HALL, LONG ACRE, LONDON.

PRICE ONE PENNY.

PRINTED AT THE "BEE-HIVE" NEWSPAPER OFFICE,
10, BOLT COURT, FLEET STREET.

1864.

ra as tendências contrárias ao novo comunismo crítico proletário; explicita a estratégia dos comunistas durante a revolução, que consiste em derrotar a burguesia, conquistar o poder político, constituindo o Estado do "proletariado organizado como classe dominante" (13); destaca a necessidade da elaboração de táticas adequadas às condições particulares de cada país.

O segundo programa elaborado por Marx, 17 anos depois do *Manifesto*, vai ao encontro de um movimento operário que já crescera consideravelmente com o capitalismo, em uma situação de maior complexidade ideológica e política. Ele surge em 28 de Setembro de 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O seu manifesto inaugural e seus princípios estatutários foram escritos por Marx. Este extrai da situação efetiva da classe operária, todas as conclusões fundamentais expostas no *Manifesto Comunista*, redigindo o novo documento num estilo destinado a círculos mais extensos. Indica as razões da derrota operária de 1848, formula as tarefas gerais do movimento operário nos diferentes países e reafirma a tese de que, para atingir os objetivos propostos, é decisiva a conquista do poder político pelo proletariado.

na Alemanha, França e Áustria, contra uma visão oportunista e por um programa marxista revolucionário - eles tiveram que defender, precisar e sistematizar melhor os conceitos essenciais. No debate de Marx sobre o Programa de Gotha em 1875 (17), na elaboração do Programa do Partido Francês em 1880 (18) e mais tarde na crítica de Engels ao Programa de Erfurt em 1891 (19), as questões fundamentais relativas ao poder político, à revolução socialista e ao período de transição do capitalismo ao comunismo exigiram tratamento mais profundo. Marx já tinha situado em termos gerais a idéia da ditadura do proletariado no *Manifesto Comunista*. E, em 1852, afirma que “a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado” (20). Entretanto, é, em 1875, na *Crítica ao Programa de Gotha*, que Marx explicita de forma fundamentada essa importante questão, quando afirma: “Entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período de transformação revolucionária de uma na outra, ao qual corresponde, também, um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado.” (21)

CONCLUSÕES DA ESTRATÉGIA DO SÉCULO XIX

Todo esse trabalho de Marx e Engels em revelar com maestria e ardor a linha revolucionária extraída da experiência das grandes lutas operárias foi sendo abandonada e posta de lado pelos partidos social-democratas, que se reuniram mundialmente desde 1889, com a fundação da Internacional Socialista em Paris. Quais as conclusões mais importantes do marxismo no século passado e que vão se tornar o norte da estratégia revolucionária?

1) A síntese feita por Marx acerca do movimento operário do século XIX, segundo Lênin, expressa “(...) nessa lição - econômica e política - histórica mundial, em sua fórmula breve, aguda, concisa e eloquente: ditadura do proletariado” (22).

2) Na “última palavra” de Engels, em 1891, sobre o resumo da experiência das revoluções, quando diz: “Após cada revolução ganha pelos operários surgia uma nova luta que acabava em derrota dos operários” (23). Porque, na França, os operários conseguiam se armar no processo revolucionário e a “burguesia imediatamente buscava desarmá-los e derrotá-los”.

3) Por fim, na conclusão de Marx de que: a república democrática é o que mais se aproxima da ditadura do proletariado.

Essas lições fundamentais, calcadas nos grandes acontecimentos políticos do século passado, vão ser comprovadas pelas revoluções operárias e populares do século XX. Várias foram as tendências no movimento operário na época de Marx e Engels, que atuaram no sentido de desviar ou impedir esse rumo estratégico revolucionário proletário. Suas matrizes de idéias se projetam até nossos dias. Os utopistas se

preocupavam em “descobrir” as formas políticas futuras com base na imaginação e não no desenvolvimento objetivo da realidade histórica. Os anarquistas negavam completamente o problema das formas política. Os revolucionários pequeno-burgueses terminavam conciliando e se rendendo às formas políticas burguesas. E a social-democracia acabava aceitando as “formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar como um *limite* do qual não se podia ultrapassar” (24). Todas essas correntes se limitavam a uma estratégia que não podia ultrapassar as fronteiras do Estado burguês, nem prever qualquer possibilidade da classe operária se tornar força política dominante.

TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA ESTRATÉGIA DO SÉCULO XX

O século passado presenciou o apogeu e o esgotamento das revoluções burguesas, ao mesmo tempo que assistiu o crescimento da luta revolucionária pela emancipação do proletariado. O século atual levou a cabo a evolução do capitalismo em imperialismo e colocou na ordem do dia a revolução proletária. Nesta nova realidade, coube à corrente bolchevique, com Lênin à frente, fundada em 1903 na Rússia, retomar e desenvolver o fio condutor revolucionário, tecido por Marx e Engels, travando uma prolongada luta contra os oportunistas da II Internacional. A tendência apontada por Marx - de reforçamento do aparato burocrático militar burguês - se intensificou com o imperialismo, mesmo nos países “mais democráticos”. Foi sendo montada uma poderosa engrenagem estatal de dissuasão, repressão e coerção contra os povos e a classe operária. Assim, diante das mudanças provocadas pelo desenvolvimento econômico e social do início deste século, cresceram as exigências e os desafios para tornar realidade o triunfo da revolução proletária. Era necessário uma compreensão profunda dos critérios marxistas para superação do unilateralismo e do dogmatismo na solução dos problemas teóricos, estratégicos e táticos. Do ponto de vista da estratégia se impunham três questões fundamentais: a primeira se refere à relação entre revolução democrática e revolução socialista nas condições históricas existentes; a segunda, centra-se na possibilidade ou não da vitória do socialismo em um só país; e, finalmente, a terceira, se preocupa com as formas políticas e econômicas que a ditadura do proletariado poderia assumir na transição do capitalismo ao socialismo.

ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA ATINGE UM NÍVEL SUPERIOR

A resposta a esses problemas estratégicos começou a ser dada na teoria e na prática com a experiência rica e veloz, concentrada na trajetória do processo revolucionário russo de 1905, fevereiro e outubro de 1917. As

conclusões de Lênin, com base nesse período e no quadro mundial do sistema capitalista-imperialista, forneceram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento da estratégia e tática revolucionárias deste século. Os debates de 1903/1905 sobre a estratégia da revolução permitia a Lênin ter convicção de que a nova realidade histórica oferecia agora ao proletariado russo "(...) a tarefa de realizar a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista" (25), sendo necessário e inevitável a vitória da primeira para se alcançar a segunda. O Programa do Partido Operário Social-Democrata Russo, de 1903, expressava esse entendimento quando definia um "Programa mínimo" -democrático-burguês -, subordinado à parte do "Programa máximo" -socialista -, o qual dava a marca do conjunto programático. Comprovando esse rumo, a revolução de fevereiro 1917 levou ao poder a classe capitalista. A revolução de Outubro desse ano transferiu o poder ao proletariado e ao campesinato. A vitória da Revolução Socialista, a sistematização de Lênin sobre a fase imperialista do capitalismo e a sua constatação desde 1915 "de que a vitória do socialismo é possível primeiro em uns poucos países capitalistas e inclusive em um só país, de forma isolada" (26), elevaram a compreensão da revolução proletária e de sua estratégia a um nível superior. Por uma parte, confirmou-se neste século as conclusões fundamentais de Marx: concentração de grandes forças revolucionárias que destruiu o poder burguês; em seu lugar se impôs um novo poder - os soviets - permitindo a "organização da classe operária como classe dominante" (27). Por outra parte, o conceito da revolução proletária passou a ser definido como "o resultado da ruptura da cadeia da frente mundial imperialista por seu elo mais fraco" (28). A idéia que prevalecia em Marx e Engels, era a da possibilidade da vitória simultânea da revolução proletária apenas nos países capitalistas avançados, justa para o período pré-monopolista. Engels dizia em 1847: "A revolução comunista não será uma revolução simplesmente nacional, será uma revolução que se realizará ao mesmo tempo em todos os países civilizados, isto é, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha". (29) A lei descoberta por Lênin do "desenvolvimento econômico e político desigual do capitalismo" (30) na época do imperialismo é que conduzia à nova conclusão. Na fase imperialista, a economia se integrou em toda parte, englobando em único sistema países desenvolvidos imperialistas e países subdesenvolvidos dependentes. Assim, a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista passaram a compor os elos de uma mesma cadeia, formando conjuntamente em nível mundial a revolução proletária.

VITÓRIA DO SOCIALISMO EM UM SÓ PAÍS

Com a conquista da ditadura do proletariado na

Rússia, dentro das condições históricas particulares em que foi realizada, um problema estratégico instigante ganhou vulto: é possível o socialismo tornar-se vitorioso em um país atrasado economicamente, não contando com o triunfo da revolução nos países europeus avançados, cercado pelas potências capitalistas? A oposição que surgiu na época se orientava pela idéia de que "a edificação socialista dentro do marco nacional de um Estado é impossível" (31). Lênin e depois Stálin responderam teórica e politicamente o questionamento. Em seu estudo "Sobre a Cooperativização" (1923), Lênin chegava à conclusão que na situação do poder proletário na Rússia se reunia "todo o imprescindível e o suficiente (...) para edificar a sociedade socialista completa". Desse modo, foi respondido uma parte do problema. A outra, também descrita, era se existia "(...) garantia completa contra a restauração do regime burguês". Aqui, a resposta era negativa. Sem uma vitória da revolução nos países burgueses mais avançados ou ainda com o predomínio do capitalismo no mundo, essa garantia não podia existir. Daí a compreensão de Lênin em 1921 da especificidade da revolução russa: "um caminho extraordinariamente difícil e novo", marcado por formas "abruptas" de desenvolvimento. A prática confirmou essas conclusões fundamentais sobre o rumo da revolução na Rússia.

NOVAS FORMAS DE DITADURA DO PROLETARIADO

A experiência socialista avançou consolidando o poder dos soviets como nova forma política estatal, distinta da burguesia. A Internacional Comunista (fundada em 1919) se expandiu, organizando os Partidos Comunistas em todos os continentes e contribuindo para o processo revolucionário em alguns países. A revolução proletária não triunfou em nenhum país capitalista desenvolvido da Europa, mas, ao contrário, cresceu aí a fascistização do Estado burguês.

A partir de meados da década de 30, aparecem novos problemas sobre a estratégia e o programa da revolução socialista. As condições históricas marcadas pelo desenvolvimento do socialismo na URSS, a vitória do nazismo na Alemanha e a preparação e deflagração da guerra-imperialista mundial, levaram à ampliação da base social da revolução, aproximando as tarefas democráticas em geral das socialistas. Essa situação permitiu a apresentação, no seio do movimento operário e comunista, de formas novas de ditadura do proletariado. Já, em 1937, no último Congresso da Internacional Comunista, o Informe de Dimítrov introduz outros elementos novos na compreensão do fascismo - forma terrorista da ditadura burguesa - e fundamenta a importância da constituição de larga frente antifascista e da

possibilidade de participação da classe operária em governos de coalizão de amplas forças, em uma situação de crise. Isso abriu caminho, no pós-guerra, para as Democracias Populares - governos classistas sob direção da classe operária -, como nova composição política de ditadura do proletariado. Na China, em 1949, Mao Tsetung em sua obra "Sobre a Nova Democracia", concluía que após a I Guerra Mundial, a vitória da Revolução de Outubro e a fundação do Partido Comunista, em 1921, a revolução democrática-burguesa em desenvolvimento na China "passou a pertencer a uma nova categoria (...) formar parte da revolução socialista mundial". Assim, "não se destinava a estabelecer um Estado de ditadura burguesa", mas passava a ser "uma revolução de novo tipo, dirigida pelo proletariado e destinada a estabelecer, numa primeira etapa, uma sociedade de nova democracia e um Estado de ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias", sendo este, "precisamente um caminho ainda mais amplo ao desenvolvimento do socialismo". As formas estatais de "ditadura conjunta" sob a direção da classe operária surgiam como alternativas aos países dependentes do imperialismo, cujo desenvolvimento capitalista era atrasado e por conseguinte restavam realizar ou completar as tarefas democráticas e nacionais. Lênin já previa, desde 1923, que nos "países do oriente", a revolução teria "traços muito mais peculiares", em função de "uma maior diversidade de condições sociais" (32). Encontra-se aí uma estrutura feudal própria desses países, que dava sustentação a setores sociais atrasados. A revolução assumiu caráter essencialmente antifeudal e antiimperialista. Disso decorria o formato de duas etapas demarcadas de um mesmo processo revolucionário dirigido pelo Partido Comunista. Destacam-se nesse tipo de experiência, as revoluções chinesa, vietnamita e coreana. Por exemplo, comparando com a realidade do Brasil, vamos encontrar uma situação bem distinta. Hoje, nosso país não tem nada de pré-capitalista na sua economia. Reflexo dessa situação, o poder dominante é totalmente burguês. A constatação desta realidade nega qualquer possibilidade de duas etapas da revolução no caso brasileiro.

A vitória da Revolução proletária em países do sudeste e centro da Europa e na Ásia, depois da guerra, propiciou a existência do primeiro campo socialista. A experiência dessas revoluções do século XX aconteceu em países atrasados economicamente, em alguns ainda com sobrevivências feudais acentuadas. Nos da Europa, no início, se procurou organizar um poder de Democracia Popular, resultante da correlação de forças do pós-guerra e produto de ampla aliança de forças que o proletariado, em torno do Partido Comunista, conseguiu reunir, conforme especificidade de cada país. Logo depois, porém, a construção da nova sociedade seguiu uma

imitação do modelo do socialismo na União Soviética. Diferentemente, ocorreu nos países da Ásia, que tiveram caminhos revolucionários próprios, e procuraram levar em conta as particularidades de suas sociedades após a vitória da revolução. O campo socialista se desagregou com a derrocada histórica da revolução, em meados da década de 50, na URSS, com a perda do poder político pelo proletariado, originando um processo de volta ao capitalismo com todas as suas consequências até nossos dias.

A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PARA O SOCIALISMO

Todos esses acontecimentos remetem o movimento operário e comunista à problemática da transição do capitalismo ao socialismo, levando em conta a experiência anterior e recente. Atualmente esse é o tema básico que vai informar a elaboração dos objetivos estratégicos e da formulação programática. Torna-se claro que questões novas, imprescindíveis a uma retomada revolucionária, advêm da compreensão teórica dessa fase de transição e do domínio das particularidades da etapa atual de desenvolvimento do sistema capitalista-imperialista e das peculiaridades de cada país.

Marx considera todo o período histórico da existência da ditadura do proletariado - que denominamos de socialismo - como a "primeira" fase ou fase inferior da sociedade comunista. Ele se refere à "fase superior" dessa sociedade o que designamos de comunismo, ou seja, quando se alcançaria gigantesco desenvolvimento das forças produtivas e da consciência social, transformando a base econômica a um nível tal que permitisse a completa extinção do Estado. Portanto, Marx situa, ainda, em termos gerais, todo o transcurso do socialismo ao comunismo. Mas, as características das revoluções deste século e as lições mais recentes da trajetória socialista permitiram um conhecimento mais explicitado do período histórico de transição. A evolução dos acontecimentos admite determinar, no longo período de transformação revolucionária do capitalismo ao comunismo, um primeiro marco que se destaca pela transição do capitalismo ao socialismo, hoje vivenciado na experiência deste século; um segundo marco surge com o alcance das condições de construção plena do socialismo, cuja demonstração foi apenas iniciada na URSS até meados da década de 50; e um terceiro marco pode-se prever com o despontar da transição superior, ou transição do socialismo ao comunismo. Na evolução da estratégia revolucionária consideramos o primeiro marco, cujo horizonte histórico é mais visível. Na concepção marxista a essência da transição do capitalismo ao socialismo está no estabelecimento da ditadura do proletariado em substituição à ditadura burguesa. Mas, essa transição, já observada por Lênin desde 1916, terá caminhos e

formas distintas: “Todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável, porém não será da mesma maneira, cada uma contribuirá com algo próprio, com tal ou qual forma de democracia, com tal ou qual variedade de ditadura do proletariado, com tal ou qual variação no ritmo das transformações socialistas nos diversos aspectos da vida social. Não tem nada mais primitivo, a partir do ponto de vista da teoria ou mais ridículo a partir da prática, que pintar em nome do ‘materialismo histórico’ este aspecto do futuro de um cinza monótono”. (33) Essa profunda compreensão tem sido uma constante em toda obra de Lênin. Sua visão, fiel ao marxismo, é que a essência dos conceitos e fenômenos tomam formas variadas e diversificadas conforme as peculiaridades do desenvolvimento histórico e as condições da luta de classes. Esse entendimento é a chave para justa elaboração da estratégia revolucionária.

PROBLEMA BÁSICO DA ESTRATÉGIA ATUAL

De onde vem o socialismo? É preciso voltar à fonte do pensamento marxista. Dizem Marx e Engels na “A Ideologia Alemã”: “O comunismo não é para nós um estado de coisas que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade terá de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da premissa atualmente existente”. Qual a premissa? Marx na “Crítica ao Programa de Gotha”, afirma, se referindo ao programa do partido operário: “Do que aqui se trata não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, senão, pelo contrário, tal como surge da sociedade capitalista, e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, econômico, moral e intelectual, as marcas da velha sociedade de cujas entranhas procede”. E para completar, Lênin, em o “Estado e a Revolução” (1917), seguindo essa trilha, diz: “o socialismo se desenvolve historicamente do capitalismo”, como “resultado de uma força social engendrada pelo capitalismo”. Assim, a fase de transição do capitalismo ao socialismo surge de determinadas premissas existentes na primeira sociedade, plantadas em raízes estruturais profundas. O desenvolvimento da transição é fomentado pela luta de classes em andamento, a qual vai forjar a força social revolucionária, precursora e construtora da segunda sociedade. Tudo nasce da tendência objetiva da realidade determinada e não das vontades. Por outro lado, de modo distinto do capitalismo, o socialismo necessita do fator consciente, social e político, para fazer vingar o novo sistema. Na sociedade burguesa, como diz Lênin: “A principal força organizadora da sociedade capitalista, construída de uma maneira anárquica, a constitui o mercado nacional e internacional, que cresce e se estende espontaneamente”. (34) Diferentemente, o socialismo depende do trabalho positivo

da classe operária e seus aliados (a maioria da sociedade), conforme o nível de desenvolvimento encontrado. É uma tarefa de “significação histórica e mundial, uma luta entre a consciência socialista e a espontaneidade burguesa - anárquica”. (35) O proletariado luta por organizar um sistema novo, “extremamente complexo”, com certo planejamento, que inicialmente relacione elementos econômico-sociais da velha sociedade com os elementos que vão sendo edificados para a nova sociedade poder superar a anterior. E, com o desenvolvimento desigual do capitalismo e sua formação histórica própria, cada sociedade tem sua especificidade e peculiaridades. Daí, porque, é impossível existir modelo único de socialismo ou mesmo admitir a possibilidade de um “socialismo atual” para todos os países. Portanto, é carente de qualquer lógica objetiva a elaboração de uma estratégia única de transição do capitalismo ao socialismo para os diversos países.

TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO NOS PAÍSES DEPENDENTES

Nas sociedades atrasadas economicamente ou de desenvolvimento relativo, em que o período de transição do capitalismo ao socialismo se faz sob cerco do imperialismo, a sua duração é provavelmente maior. Porque no plano nacional, objetivamente, o capitalismo ainda não se esgotou e internacionalmente predominam o mercado capitalista e as forças contrárias ao socialismo. As questões estratégicas e programáticas a serem resolvidas partem dessa realidade concreta, tendo em vista o objetivo principal de quem vai dirigir a transição. A resposta está na questão essencial assinalada desde Marx, no estabelecimento do novo poder político. Mais precisamente, um Estado como república de uma nova democracia, expressão da forma política dos interesses independentes do proletariado e de todos os trabalhadores. Não pode ser, por isso mesmo, um Estado como república ou monarquia parlamentar, “tipo ocidental”, liberal burguês e de seus dependentes - setores sociais intermediários da sociedade capitalista. Hoje, os regimes populares que ainda resistem, em defesa do progresso socialista, são atacados de modo concentrado exatamente em um ponto fundamental: o poder político. São pressionados por todos os meios a substituir as instituições políticas, frutos da revolução democrática e popular, por instituições de conteúdo burguês, revertendo a tendência para o socialismo. Precisamente a burguesia visa demolir o poder estatal da transição para o socialismo e implantar outro, à sua imagem, para servir aos seus objetivos.

No primeiro momento da fase de transição do capitalismo ao socialismo a economia ainda pode não ser socialista, porque resulta da sociedade herdada. O poder político das forças socialistas vai conviver durante determinado tempo com uma economia hetero-

gênea, integrada por vários componentes, capitalistas e socialistas, de variadas expressões, conforme o nível de desenvolvimento adquirido. O capitalismo ainda necessário é dirigido pela classe operária, por meio da organização do capitalismo de Estado e por outras formas de controle. O Partido Comunista do Brasil ainda não tinha essa compreensão, quando insistia na inevitabilidade de uma etapa anterior ao socialismo para realizar as tarefas nacional e democrática, capitalistas, ainda necessárias. É evidente que essas tarefas compõem a própria etapa de transição do capitalismo ao socialismo, sob a hegemonia da classe operária em aliança com as forças populares. No período inicial da transição como acentua Lênin nas "Teses de Abril" (1917), "A questão vital não é o confisco da propriedade capitalista, mas o controle universal, global sobre os capitalistas". A assunção do controle sobre certas posições econômicas fundamentais tem como "objetivo consolidar o Estado democrático-popular". Isto é preciso, a fim de se atingir a fase plena de construção do socialismo. Mas, ao mesmo tempo, essa consolidação do poder está sujeita ao desenvolvimento da formação econômica-social da transição, estruturada com os meios existentes, que não crie obstáculos ao processo material, mas, inversamente, libere o mais amplamente possível as forças produtivas estancadas e eleve a produtividade do trabalho. Os elementos do capitalismo ainda utilizados são vistos dentro dessa ótica. Tal constatação ocupa maior expressão na atualidade porque a situação da correlação de forças das classes é adverso à revolução no âmbito mundial e nacional, onde prevalece a ofensiva contra-revolucionária capitalista. Esse quadro deve ser considerado pela estratégia da revolução socialista em todos os domínios.

RENATO RABELO - Vice-presidente nacional do PCdoB

NOTAS

- (1) Luddistas - movimento operário que surgiu a partir das revoltas que irromperam na Inglaterra, de 1811 a 1817. O nome se originou de Ned Ludlam, o Ludd, jovem aprendiz de tecelão, que indignado com seu mestre, destruiu com um martelo os teares da fábrica em que trabalhava.
- (2) LOWETT, William. (1800-1877) - Inglês, um dos fundadores do movimento cartista.
- (3) Os seis pontos da CARTA DO POVO (1838) são: 1. Sufrágio universal; 2. Voto secreto; 3. Fim da qualificação por propriedade para se candidatar a membro do Parlamento; 4. Imunidade parlamentar para os deputados e direito a um salário, permitindo assim, a qualquer pessoa se colocar a serviço de seus eleitores em tempo integral; 5. Divisão do país em circunscrições eleitorais iguais; 6. Eleições parlamentares anuais.
- (4) *Blanquismo* - Tendência política estruturada em função do pensamento de Louis Auguste Blanqui (1805-1881), revolucionário francês, comunista utópico.
- (5) *Proudhonistas* - Tendência baseada nas idéias de Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), publicista, economista e

- sociólogo francês, um dos fundadores do anarquismo.
- (6) Idem nota 4.
- (7) *Bakunistas* - Tendência criada a partir da atividade teórica e política de Mikhail Alexándrovitch Bakunine (1814-1876). Atuou na I Internacional como inimigo do marxismo.
- (8) *Lassalianos* - Tendência inspirada por Ferdinand Lassale (1825-1864). Foi um dos fundadores da União Geral dos Operários Alemães (1863).
- (9) Estatutos apresentados no I Congresso da Liga dos Comunistas realizado em Londres, em 1847, ao qual Marx não pôde comparecer.
- (10) Para se opor a força das massas revolucionárias à força dos senhores ou reis, Robespierre e Marat lançaram as palavras-de-ordem "guerra aos palácios, paz nos casebres" e inscreveram em sua bandeira o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".
- (11) "Manifesto do Partido Comunista", de F. Engels, in Obras Escolhidas, Edições Avante, 1982, Portugal.
- (12) "Princípios Básicos do Comunismo", de F. Engels, in Obras Escolhidas, Edições Avante, 1982, Portugal.
- (13) Idem nota 11.
- (14) "O Estado e a Revolução" - V.I. Lênin, in Obras Escolhidas, Edições Avante, 1982, Portugal.
- (15) Idem nota 14.
- (16) "A Guerra Civil na França" - K. Marx (1872), in Obras Escolhidas, Edições Avante, 1982, Portugal.
- (17) "Crítica ao Programa de Gotha", K. Marx, in Obras Escolhidas, Edições Avante, 1982, Portugal.
- (18) "Programa do Partido Comunista Francês", K. Marx (1880).
- (19) "Crítica ao Programa de Erfurt" (1891), F. Engels.
- (20) "Carta de Marx a Weydemeyer", 5 de março de 1852.
- (21) "Correspondência de K. Marx e F. Engels", Edições Cartago, 1957, Buenos Aires.
- (22) "As tarefas Imediatas do Poder Soviético", Lênin, 1918.
- (23) Prefácio à 3ª Edição de "A Guerra Civil na França", Engels, 1891.
- (24) "O Estado e a Revolução", V.I. Lênin, 1917.
- (25) "A Ditadura Revolucionária Democrática do Proletariado e o Campesinato", V.I. Lênin, 1905.
- (26) "Palavra de Ordem sobre os Estados Unidos da Europa", V.I. Lênin, 1915.
- (27) "Manifesto do Partido Comunista", K. Marx e F. Engels, 1848.
- (28) "Os Fundamentos do Leninismo", J. Stálin, 1924.
- (29) "Princípios Fundamentais do Comunismo", F. Engels, 1847.
- (30) "Palavras de Ordem sobre os Estados Unidos da Europa", V.I. Lênin, 1915.
- (31) "Epílogo ao Programa da Paz", L. Trotsky, 1922.
- (32) "Nossa Revolução", V.I. Lênin, 1923.
- (33) "Uma caricatura do marxismo e o economicismo imperialista", V.I. Lênin, 1916.
- (34) "As Tarefas Imediatas do Poder Soviético", V.I. Lênin, 1918.
- (35) Idem nota 34.

BIBLIOGRAFIA

- LÊNIN, Wladimir Ilitch. *Obras Completas*, Espanha, Akal Editor, 1976.
- MARX, Engels. *Obras Escolhidas*, Lisboa, Edições Avante, 1985.
- LÊNIN, Wladimir Ilitch. *Entre dos Revoluciones*, Editorial Progreso, Moscú, 1981.
- STÁLIN, Josef Vissirianovich. *Obras Escolhidas*, Tirana, Casa Editora "8 Nentori", 1981

Capitalismo de Estado na transição ao socialismo

(Notável contribuição de Lênin à teoria revolucionária do progresso social)

JOÃO AMAZONAS

Pouco destaque tem-se dado à contribuição de Lênin em questões relativas ao período de transição para o socialismo. Ressalta nestas idéias a utilização do capitalismo de Estado.

A obra de Vladimir Ilitch Lênin no campo teórico e da política prática representa grandioso manancial de conhecimentos científicos sobre a revolução social e a construção da nova sociedade.

Em "Os Fundamentos do Leninismo", Stálin sintetizou elementos essenciais do legado de Lênin à luta de classe do proletariado em seus distintos aspectos. Esse livro educou gerações de comunistas numa elevada compreensão do pensamento fecundo e revolucionário do continuador de Marx e Engels que dirigiu com sucesso a primeira grande revolução socialista da História.

Pouco destaque, entretanto, tem-se dado à contribuição de Lênin em questões relativas ao período da transição para o socialismo. Ele viveu somente seis anos após a vitória de 1917. Um período muito difícil e singular. Teoricamente, estavam já resolvidos os problemas da derrocada do capitalismo e da conquista do poder pela classe operária e seus aliados. Contudo, nada havia sido elaborado quanto à construção do regime que se implantara. Conheciam-se indicações genéricas dos clássicos, prudentes, e com razão, em avançar soluções de sentido abstrato. Ademais, a revolução ocorrera num país atrasado, onde predominavam diferentes tipos de economia, notadamente a produção de caráter pequeno-burguês.

Lênin elaborou toda uma teoria sobre a transição em seus primeiros passos, de valor universal, para a edificação da sociedade do futuro. Essa transição obedece a leis objetivas que se não forem compreendidas e respeitadas podem provocar o fracasso da revolução. Chegar ao poder, em certas circunstâncias, não é tão difícil. Difícil mesmo - a experiência o tem demonstrado - é construir o novo regime, identificar e

agarrar um por um os elos de uma infinita cadeia de complicados problemas econômicos e sociais nos quais muitas vezes o novo aparece mesclado com o velho.

A teoria leninista da transição envolve questões de tempo, de métodos, de lugar, de dinâmica revolucionária. Além do posicionamento e ordenamento político, ressalta o aspecto econômico, onde toma forma marcante a reconstrução da economia baseada na indústria pesada, em mãos do proletariado, bem como a utilização do capitalismo de Estado.

Neste artigo, se focaliza em particular o tema relativo ao capitalismo de Estado, e, relacionado com ele, se faz observações sobre o significado das etapas na construção do socialismo.

Lênin, ao reconhecer que nem tudo o que se havia feito nos primeiros anos pós-revolução poder-se-ia considerar correto, afirmou categoricamente: "Nós, a vanguarda, o destacamento avançado do proletariado, estamos passando diretamente ao socialismo; porém, o destacamento avançado é só uma pequena parte de todo o proletariado, que, por sua vez, é somente uma diminuta parcela de toda a população. E para que nós possamos resolver com êxito o problema do passo imediato ao socialismo, devemos compreender que caminhos, métodos, recursos e instrumentos *intermediários* são necessários para a passagem das relações *pré-capitalistas* ao socialismo."

Reflexão profunda como essa, firmada na dialética materialista, levou-o à formulação de uma concepção original referente ao capitalismo de Estado nas condições de um país atrasado onde o proletariado chegara ao poder.

Pronunciou-se mais de trinta vezes, a partir de

setembro de 1917, através de artigos, intervenções, informes, teses, discursos, cartas, a respeito do assunto, a última em 4 de janeiro de 1923, quando começava a cessar a sua atividade intelectual devido ao agravamento da enfermidade que o acometera. Polemizou com Bukárin e Márto, Shliapnikov e Preobrazhenski, Sokolov e o anarquista Gue, com os “comunistas de esquerda” e a “oposição obreira”, também com mencheviques e esserristas. Materialista convicto, insistiu sempre na opinião de que a busca do progresso exige, de certo modo, adaptação às condições existentes, como meio de avançar seguramente.

**A Rússia deparava-se,
porém, com
séria defasagem no
nível das
forças produtivas**



A idéia do capitalismo de estado surgiu como necessidade imperiosa para vencer o atraso nas relações econômicas. Nos primeiros anos da revolução, a Rússia Soviética encontrava-se arruinada, o nível de suas forças produtivas era muito baixo. Não havia recursos destinados a desenvolver a economia. A desorganização do aparelho administrativo chegava às raias do absurdo. Os setores sociais que assumiram o poder não tinham experiência suficiente para fazer funcionar a contento a máquina produtiva, os meios de transporte e, menos ainda, o complicado sistema monetário. E se tornava premente introduzir o método de registro e controle de todos os materiais, imprescindível ao bom funcionamento das empresas socializadas.

O socialismo é um sistema mais avançado que o capitalismo. A Rússia deparava-se, porém, com séria defasagem no nível de suas forças produtivas em relação às dos países capitalistas mais desenvolvidos. A revolução havia assegurado o poder ao proletariado, mas não deu, nem podia ter dado, de imediato, os recursos, a experiência, a técnica indispensáveis ao crescimento econômico. Impunha-se criar condições favoráveis ao fortalecimento da base industrial socialista e fazer progredir o país.

Examinando a situação, Lênin concluiu que “o capitalismo de Estado *economicamente* é incomparavelmente superior ao nosso sistema econômico atual.” “A realidade nos ensina” - disse ainda - “que o capitalismo de Estado seria para nós um passo adiante.”

Precisou, então, a idéia, com a qual já vinha trabalhando desde 1917, da utilização adequada do capitalismo na primeira fase da construção do socialismo num país empobrecido. O essencial era a manutenção e a consolidação do poder proletário, sem o qual a expansão do capitalismo tinha sentido reformista burguês, antioperário.

Em diferentes pronunciamentos delineou um programa de *concessões* que permitia variados tipos de

investimento de capital estrangeiro aos quais se poderia “arrendar determinadas minas, áreas florestais, explorações petrolíferas, etc.”, bem como admitir sociedades mistas e a instalação de empresas capitalistas de grande porte. O pagamento aos concessionários far-se-ia com a parte substancial dos produtos obtidos. Era, sem dúvida, pesado tributo que o Estado proletário pagava à burguesia mundial. Lênin não ocultava esse fato. “Devemos compreender claramente que nos convém desembolsar esse tributo para acelerar a restauração da nossa grande indústria e melhorar essencialmente a situação dos operários e dos camponeses.” Nada tinha de perigoso - declarou - entregar a concessionários certo número de fábricas, desde que a maior parte ficasse nas mãos do Estado socialista. “Absurdo seria entregar a maioria das propriedades. Isso já não era concessão, mas um retorno ao capitalismo.” E proclamava: “Que a pequena indústria privada se desenvolva até certo grau, e que se desenvolva o capitalismo de Estado - o poder soviético não deve isso temer”.

Mas o capitalismo, num país onde triunfara a revolução, não podia operar sem nenhuma espécie de freio e, ainda menos, em concorrência desbragada com a economia de caráter social. Lênin estabeleceu condições: “Não tememos o capitalismo de Estado porque depende de nós determinar a medida (dimensão) em que as concessões serão outorgadas.” Não há razão para temê-lo, “se tivermos o controle das fábricas, dos transportes e do comércio exterior.” E aduzia: “O Estado proletário pode, sem mudar sua natureza, admitir o livre comércio e o desenvolvimento do capitalismo somente em determinada medida e somente na condição de que o Estado regule (vigie, controle, determine as formas e os métodos) o comércio e o capitalismo privado.” A condição primordial era, incontestavelmente, a existência do poder nas mãos do proletariado.



**A política leninista
das concessões
não pôde ser colocada
amplamente
em prática na URSS**

Precisamente a incompreensão do novo que surgira - o advento do Estado socialista - determinava a posição errônea de alguns revolucionários. Estes apegavam-se a fórmulas livrescas que correspondiam à época anterior à revolução. “O capitalismo de Estado é capitalismo” - diziam - para contestar as idéias leninistas. Equivocavam-se. Afinal, que espécie de capitalismo defendia Lênin? Suas indicações a respeito revelavam aspectos importantes de uma nova teoria econômica. “Capitalismo de Estado numa sociedade na qual o poder pertence ao capital e capitalismo de Estado num Estado proletário são dois conceitos diferentes”, assinalava Lênin. “No Estado capitalista, o capitalismo de Estado serve à burguesia; no

Estado socialista, ao contrário, ajuda a classe operária a se erguer frente à burguesia ainda poderosa e a lutar contra ela”. Evidentemente, a existência do poder proletário dava novo conteúdo aos fenômenos sociais, inclusive à luta de classes. Desconhecer a mudança radical operada no caráter do Estado levava ao dogmatismo.

Assim opinava Lênin sobre as concessões na forma de capitalismo de Estado.

Do contexto leninista acerca da utilização do capital, ressaltam certas normas que se interligam e formam um todo único:

- é vantajoso e necessário nos países atrasados, onde o poder está em mãos do proletariado, utilizar o capitalismo, sempre que possível, a fim de incrementar as forças produtivas e acelerar o desenvolvimento do país;

- o aproveitamento do capitalismo de estado tem de ser regulado (vigiado) pelo poder socialista. Deve-se permitir seu crescimento, demarcando-se, porém, as áreas de sua atuação a fim de evitar que extrapole os limites admissíveis;

- impõe-se garantir e fortalecer a economia de cunho socialista, base insubstituível do novo regime. Os principais meios de produção devem pertencer à classe operária. O capitalismo de Estado é acessório. Se não se tem em conta a prioridade e o constante fortalecimento da base socialista, a expansão desregrada do capitalismo resultará na formação de uma economia capitalista, em detrimento do socialismo;

- a vigência das concessões tem prazos determinados, ainda que elásticos, dependendo do ritmo da transição. As concessões deixam de ser necessárias, quando a economia socialista tiver adquirido capacidade suficiente para impulsionar, sem ajuda exterior, o efetivo progresso econômico;

- a luta de classes continua, sob formas distintas. Onde houver capitalismo, de qualquer natureza, haverá luta de classes. O capitalismo tentará sempre, de uma ou outra maneira, liquidar o socialismo.

As indicações de Lênin ajudam a prevenir tanto os equívocos de esquerda (refutar a utilização do capitalismo que facilita o avanço das forças produtivas), quanto os erros de direita (dar livre curso à difusão do capitalismo, descuidando a criação e o reforçamento da economia socialista).

Na Rússia, entretanto, não foi possível pôr amplamente em prática a política leninista das concessões, devido a fatores conjunturais desfavoráveis. Isso não nega, porém, sua importância e validade.

**Para vencer, em 1921,
a dramática
crise de alimentos
foi decisiva
a política da NEP**



A teoria de Lênin sobre o capitalismo de Estado não se limita às concessões. Ganha força e significado histórico com sua aplicação nas áreas rurais.

Depois da revolução, a Rússia vivia um duro período

em que faltavam, literalmente, os alimentos indispensáveis ao povo, o que impedia o próprio funcionamento da indústria e do comércio. A fome estendia-se por todo o país. Tentando enfrentar a situação, aplicou-se a política de “comunismo de guerra” que forçava os kulaks e os camponeses em geral a entregar ao governo, a preço fixo, o pouco trigo produzido. Essa política, motivada pela guerra civil, gerava enorme descontentamento no campo, afetando inclusive a aliança operário-camponesa.

Lênin, baseado na concepção do capitalismo de Estado, elaborou a sua célebre Nova Política Econômica, a NEP. Nesta, propunha-se acabar com o sistema de requisição forçada e implantar o imposto em espécie. Isso significava que os camponeses, uma vez pago o tributo (em trigo), podiam vender livremente o que lhes restava da produção ou trocá-la por mercadorias de grande consumo.

Surgia, assim, o comércio capitalista, ainda que em áreas limitadas. “Onde houver pequena empresa e liberdade de intercâmbio, aparecerá o capitalismo.” Mas Lênin não se amedrontava. “Desde que o sistema de transporte e a grande indústria continuem com o proletariado, isso não significa em absoluto perigo para o socialismo. Ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário (isto é, do capitalismo de “Estado” no exato sentido da palavra) é vantajoso e necessário (dentro de certos limites) em um país de pequenos camponeses, extraordinariamente arruinado e atrasado, porque pode acelerar o restabelecimento imediato da agricultura camponesa.”

A política da NEP foi decisiva para vencer a crise de alimentos, dramática em 1921, e para permitir o soerguimento da economia bastante debilitada. A Nova Política Econômica salvou a revolução de um possível fracasso.

Com a NEP, melhorava sensivelmente a situação geral do país. Mas não estava ainda resolvido o futuro do socialismo no campo, as formas e os métodos que tomariam a organização dos camponeses excessivamente dispersos como produtores individuais.

Sob orientação de Lênin, começaram a ser criadas as explorações socialistas estatais, os sovkhozes, aproveitando as melhores terras. Surgiram, também, os primeiros artéis e comunas agrícolas que eram incentivadas pelo Estado, com subsídios e empréstimos. Todavia, não proporcionavam, ainda, experiência bastante para tirar conclusões definitivas.

A conclusão vem com o estudo do cooperativismo. Havia diferenças essenciais entre cooperativas no sistema capitalista e no sistema socialista. “As cooperativas no Estado capitalista”, disse Lênin, “são instituições capitalistas coletivas.” Observava, porém, que “sob o nosso sistema atual”, as cooperativas se distinguiam das empresas privadas, porque eram empresas coletivas. Não se diferenciavam, entretanto, das empresas socialistas, uma vez que a terra em que se encontravam e os meios de produção pertenciam ao Estado, ou seja, à classe operária.

Desse raciocínio, Lênin deduzia que, dados os traços

peculiares do regime socialista, “as cooperativas camponesas tinham significação excepcional - coincidiam, quase sempre, plenamente com o socialismo.” E afirmava terminantemente: “Agora, temos o direito de dizer que, para nós, o simples desenvolvimento da cooperação (...) identifica-se com o desenvolvimento do socialismo.” Resolvia-se, desse modo, teoricamente, um dos mais delicados e complexos problemas da edificação socialista, qual seja, o da unificação das massas camponesas dispersas, que representavam a maioria da população, e sua incorporação ao novo sistema produtivo do socialismo.

**Atrair os camponeses
ao cooperativismo
equivale a firmarmos
os dois pés
no terreno socialista**



A concretização desse objetivo reclamava a organização de um amplo trabalho educativo entre os camponeses, ensinar-lhes a ler e a lidar com os livros a fim de que assimilassem melhor os objetivos e as tarefas novas da atividade coletiva. De modo geral, tornava-se indispensável proceder à revolução cultural na Rússia como coroamento da temerária batalha de implantação do socialismo num país precariamente culto.

Impunha-se, igualmente, prestar apoio econômico ao desenvolvimento das cooperativas. Esclarecendo dúvidas a respeito do capitalismo de Estado, Lênin afirmou: “Há outro aspecto da questão, no qual poderíamos necessitar o capitalismo de Estado, ou, pelo menos, uma equiparação com ele - trata-se das cooperativas.” Não era tão simples construir essa variante da economia socialista. “Todo regime social, no seu início, contou com substancial apoio de determinada classe (...),” asseverou Lênin, citando o exemplo do próprio capitalismo. O regime cooperativista, para alicerçar-se, também necessitava de uma ajuda extraordinária que só poderia vir da classe operária. “É preciso”, disse Lênin, “outorgar às cooperativas uma série de privilégios econômicos, financeiros e bancários. Nisso consiste o apoio do Estado socialista ao novo princípio segundo o qual deve organizar-se a população.”

Lênin revelava perspicaz visão estratégica, com as proposições que fazia. “Se conseguirmos atrair todos os camponeses ao cooperativismo - manifestava ele - nos firmaríamos com os dois pés no terreno socialista.” Tal aconteceu, profeticamente, no curso da década seguinte.

Não há dúvida, a concepção de Lênin quanto ao capitalismo de Estado em suas diversas modalidades, com o fim de levar a bom termo a transição do capitalismo ao socialismo, tem valor inestimável, sobretudo para os países atrasados. É um avanço no campo da ciência social. Nunca antes fora tratado. “Até agora” - reconhecia Lênin, refutando críticas infundadas - “ninguém pôde escrever um livro sobre o capitalismo desse tipo porque é a primeira vez na história da humanidade que vemos algo assim (...)

nem mesmo a Marx ocorreu escrever uma só palavra sobre o tema, morreu sem deixar uma única citação ou indicações definidas.” Com essa imensa contribuição, Lênin desenvolvia criadoramente o marxismo, o pensamento revolucionário dialético que distingue em diferentes situações aquilo que envelheceu e o que de novo desponta.

A teoria leninista da transição do capitalismo ao socialismo, rica de ensinamentos, abrange toda uma série de questões acerca da maneira de como conceber corretamente essa transição. Além do poder proletário, do capitalismo de Estado, do fortalecimento da base socialista e do novo cooperativismo, destaca problemas fundamentais relativos aos ritmos, aos métodos e, particularmente, às etapas a serem consideradas no processo de avanço gradual das conquistas revolucionárias.

Algumas revoluções fracassaram ou se defrontaram com imensas dificuldades por incompreensões desse processo. Não é fácil consolidar e fazer avançar a revolução, particularmente nos países atrasados. Isso exige nítida percepção dos entraves em presença, domínio da realidade e conhecimento das leis objetivas em curso. A revolução não ocorre na Idade da Pedra, mas em estágio superior do desenvolvimento da sociedade. O capitalismo atingiu parâmetros elevados na produção dos bens materiais. O socialismo não pode ficar atrás. Tem de construir algo melhor e superior ao sistema capitalista. Contudo, não reúne inicialmente as condições necessárias para isso. Tampouco poderá fazê-lo arbitrariamente, fugindo às etapas que se impõem.



**A etapa imediata não
podia ser
o trânsito direto
à construção
econômica socialista**

Lênin identificava defeitos na orientação predominante depois da revolução de 17: “Levados pela onda de entusiasmo que havia despertado o povo, primeiro o entusiasmo político, depois o militar, acreditamos que poderíamos cumprir, apenas por meio desse entusiasmo, tarefas econômicas da mesma magnitude das tarefas políticas e militares. Considerávamos, ou talvez supúnhamos possível, sem haver estudado o suficiente, organizar em forma direta, pela só existência do Estado proletário, a produção estatal e a distribuição estatal de produtos à moda comunista, num país de pequenos camponeses. A experiência mostrou nosso erro, fez-nos ver que são necessárias uma série de etapas de transição.”

Detectado o erro, Lênin recomendava a abordagem fundamental dos problemas econômicos “tendo em conta que a etapa imediata não podia ser o trânsito direto à construção socialista.” Tinha-se que recorrer aos métodos de rodeio, ao capitalismo de Estado, etc. sem o que a revolução poderia estagnar ou mesmo sucumbir.

A questão das etapas, de enorme importância, já havia sido tratada por Engels, em 1874. Refutando os comunistas



blanquistas que pensavam atingir o objetivo maior “sem deter-se em etapas intermediárias e sem compromissos”, Engels dizia que as etapas e os compromissos são ditados pela marcha do desenvolvimento histórico e que é através desses meios que se perseguirá e alcançará o objetivo final.

As etapas correspondem a exigências objetivas do avanço da sociedade. Conhecer essas exigências e atuar em concordância com elas é fundamental. Não se pode saltar etapas ou simplesmente desconhecê-las. O que se pretende alcançar é fruto da acumulação, nunca resultado de atitudes voluntaristas. Tampouco se pode definir o número de etapas que haverá no processo socialista. Em março de 1918, no VII Congresso Extraordinário do PC(b)R, Lênin dizia que “(...) estamos apenas na primeira etapa da transição do capitalismo ao socialismo.” E mais adiante: “Somente demos os primeiros passos para livrar-nos do capitalismo e começar a transição ao socialismo. Não sabemos e não podemos saber quantas etapas de transição ao socialismo haverá.” Isso ia depender de muitos fatores.

No socialismo as etapas diferem das do sistema capitalista. Neste, o desenvolvimento é espontâneo, empírico, os prazos de cada etapa são muito longos. No socialismo, o processo é consciente. Pode-se acelerar o desenvolvimento e obter, em períodos bem menores, saltos qualitativos, jamais, porém, violando as leis objetivas em atuação.

Lástima que essa contribuição científica de Lênin a respeito da transição tenha caído no esquecimento. Trouxe prejuízos ao movimento revolucionário. Em seu lugar predominou a orientação rígida e esquemática adotada pela União Soviética durante largo tempo. Ali, a marcha do desenvolvimento da sociedade, em todos os campos, parecia depender principalmente da vontade dos homens,

dos dirigentes, sem considerar que esse desenvolvimento tem raízes objetivas, envolve estágios determinados.



É indispensável dar maior atenção, nas obras de Lênin, aos ensinamentos referentes à transição do capitalismo ao socialismo. Não se trata de repetir mecanicamente as opiniões de Lênin daquela época ou as soluções então apontadas. O mundo evoluiu, surgiram novos problemas, outras são as exigências da realidade. O que se faz necessário é recolher esses ensinamentos, assimilar a essência da teoria leninista da transição, que se incorpora, indubitavelmente, ao grande e valioso acervo do marxismo, abrindo largas perspectivas à edificação da sociedade avançada do futuro.

JOÃO AMAZONAS é Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

ESCRITOS DE LÊNIN CONSULTADOS NA ELABORAÇÃO DESTE ARTIGO

- 1 - “A Catástrofe que nos Ameaça” (setembro/1917)
- 2 - “Reunião do Comitê Executivo Central” (abril/1918)
- 3 - “O Infantilismo de Esquerda” (maio/1918)
- 4 - “Reunião de Militantes de Moscou” (novembro/1920)
- 5 - “Informe sobre as Concessões” (dezembro/1920)
- 6 - “Decreto sobre as Concessões” (novembro/1920)
- 7 - “Informe ao X Congresso do PC(b)R” (março/1921)
- 8 - “Discussão do Encerramento do X Congresso” (março/1921)
- 9 - “Informe sobre o Imposto em Espécie” (abril/1921)
- 10 - “Plano do Folheto do Imposto em Espécie” (abril/1921)
- 11 - “O Imposto em Espécie” (abril/1921)
- 12 - “Reunião do Grupo Comunista do Conselho Central dos Sindicatos” (abril/1921)
- 13 - “X Conferência do PC(b)R” (maio/1921)
- 14 - “Instruções do Conselho do Trabalho e Defesa” (maio/1921)
- 15 - “Carta a M. F. Sokolov” (maio/1921)
- 16 - “Teses do Informe ao III Congresso da IC” (junho/1921)
- 17 - “Novos Tempos e Velhos Erros” (agosto/1921)
- 18 - “Carta à Redação de Ekonom. Zhizn” (setembro/1921)
- 19 - “A Nova Política Econômica e as Tarefas das Comissões de Educação Política” (outubro/1921)
- 20 - “Sobre o IV Aniversário da Revolução” (outubro/1921)
- 21 - “Informe à VII Conferência do Partido de Moscou” (outubro/1921)
- 22 - “A Importância do Ouro” (novembro/1921)
- 23 - “Sobre o Papel e as Funções do Sindicato” (dezembro/1921)
- 24 - “IX Congresso dos Sovietes” (dezembro/1921)
- 25 - “Carta a D. I. Kurski (fevereiro/1922)
- 26 - “A Fraseologia Revolucionária”
- 27 - “Informe ao XI Congresso do PC(b)R” (março/1922)
- 28 - “Discurso de Encerramento do XI Congresso” (março/1922)
- 29 - “Entrevista com A. Ramsome (Manchester Guardian)” (novembro/1922)
- 30 - “Informe ao IV Congresso da IC” (novembro/1922)
- 31 - “A Colônia Russa nos E. U.” (novembro/1922)
- 32 - “Discurso no Pleno do Soviet de Moscou” (novembro/1922)
- 33 - “Sobre o Cooperativismo” (04.01.1923)

Cuba, uma experiência socialista sob cerco

**HIRAN MARQUETTI,
entrevista a Altamiro Borges**

*Não há fartura, mas também não existe
o odioso contraste, comum
no Brasil e na América Latina, entre milhões
de miseráveis e uma
minoridade de ricos tubarões.*

•26•

A revolução cubana vive atualmente o seu momento mais delicado. O impetuoso bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que já dura 34 anos, foi agravado pelo colapso dos governos burocráticos do Leste Europeu e da URSS, com quem o país mantinha relações comerciais privilegiadas. Cercada por todos os lados, a ilha procura sobreviver, resistindo às dificuldades e desafiando os agourentos que prevêm a derrota iminente desta experiência socialista.

Numa rápida visita a Cuba, no final do ano passado, foi possível constatar o esforço do poder popular para prosseguir na sua trajetória revolucionária. Apesar do desaquecimento da economia, da escassez de produtos e da deterioração dos serviços, a população vive em condições mais humanas e dignas do que as do povo brasileiro. Não há fartura, mas também não existe o contraste tão repugnante entre milhões de miseráveis e uma minoria de tubarões consumistas.

O país continua sendo um exemplo internacional nas áreas de saúde e educação - onde bate recordes, como no baixo índice de mortalidade infantil. No campo da seguridade social, a própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) reconhece o alto padrão de atendimento aos aposentados e o baixo número de acidentes do trabalho. Não há desemprego estrutural. Por mais que se ande pelas ruas de Havana, não se encontra um mendigo ou uma criança abandonada.

Para entender melhor a realidade cubana, suas adversidades e perspectivas, entrevistamos o Professor Hiran Marquetti, 35 anos, vice-coordenador da equipe de pesquisas sobre problemas macro-econômicos da Universidade de Havana. O jovem econo-

mista, mesmo não sendo militante do PCC (Partido Comunista de Cuba), é um ardoroso defensor do socialismo e não acredita na possibilidade do retorno de seu país à ordem capitalista mundial. (A.B.)

PRINCÍPIOS - *O governo cubano afirma que as dificuldades do país decorrem principalmente do bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Mas quais são exatamente os efeitos deste bloqueio?*

Professor HIRAN - Eles são multilaterais. Não se reduzem apenas à esfera econômica - que é a mais abordada. Têm conotações políticas, militares, ideológicas e culturais. No campo propriamente econômico, o bloqueio privou o nosso país de diferentes mercados no mundo. Antes mesmo da revolução ter se declarado socialista, o que só ocorreu em 61, os EUA já haviam cortado suas relações comerciais com Cuba.

Isto nos trouxe sérios prejuízos, já que este país sempre foi o cenário natural do nosso intercâmbio comercial, até em decorrência da proximidade. É bom lembrar que o governo dos EUA interveio na Guerra de Libertação de Cuba, em 1898, quando os espanhóis estavam praticamente derrotados. De lá para cá, o nosso comércio, tendo como base a exportação do açúcar, sempre foi dependente do mercado americano. Logo após a revolução de janeiro de 59, os Estados Unidos simplesmente cortaram a importação do açúcar cubano.

O bloqueio que atingiu todos os setores da economia, obrigou Cuba a procurar novos mercados. Naquele momento, ele só não foi sentido de forma mais abrupta porque passamos a comercializar com a União Soviética, inclusive com preços favoráveis. Este deslocamento, no entanto, também teve seus



efeitos negativos. Ele nos obrigou a redesenhar toda a nossa estratégia de desenvolvimento econômico, que passou a ser montada com base no mercado soviético.

É preciso ressaltar que o bloqueio não afetou apenas as nossas exportações de açúcar. Reduzindo as divisas do país, ele nos privou de ter acesso à matérias-primas essenciais, à peças de reposição e à maquinária indispensável para o nosso crescimento. Os EUA proibem que o nosso país adquira produtos com origem tecnológica americana. Mercadorias com componentes ou matérias-primas cubanas também têm a sua circulação sabotada e boicotada.

PRINCÍPIOS - *Só para ilustrar: um produto que tenha como matéria-prima o níquel cubano não pode ser comercializado em nível internacional?*

Professor HIRAN - Exatamente. Isto é o que os Estados Unidos impõem ao mundo, mas atualmente nem todos os governos ou empresas aceitam este tipo de intervenção. Agora, esta legislação prejudica, e muito, as nossas relações comerciais. Recentemente o Instituto Nacional de Investigação Econômica divulgou um estudo pormenorizado, setor por setor, sobre os reflexos do bloqueio. Ele aponta que, nos mais de 33 anos de cerco, Cuba teve um prejuízo de aproximadamente 40 bilhões de dólares.

Isto sem contar que alguns custos são difíceis de calcular. As ameaças constantes de invasão, por exemplo, nos obrigam a ter gastos com manobras militares. Há também os danos causados pelas atividades de sabotagem, patrocinadas pelos Estados Unidos. Se desse para calcular estes gastos, os prejuí-

ízos do bloqueio seriam muito superiores aos 40 bilhões de dólares.

PRINCÍPIOS - *Com a aprovação da chamada Lei Torricelli, a situação de Cuba deve ficar ainda mais difícil, agravando o isolamento?*

Professor HIRAN - É difícil prever os reflexos da Lei Torricelli. Inclusive porque os Estados Unidos são uma potência em declínio e em profunda crise econômica.



Regras elementares de comércio internacional são violadas pelo bloqueio americano

Esta lei proíbe que qualquer navio que tenha ancorado em Cuba realize operações comerciais, num prazo de 180 dias, em portos dos EUA. Ela prevê pesadas sanções econômicas para as filiais americanas que façam negócios conosco. No caso dos países que dependem da "ajuda" dos Estados Unidos, a lei faz inúmeras chantagens. O governo fala até em conceder certos privilégios comerciais, desde que tal país rompa imediatamente as relações com Cuba.

Só o tempo dirá se os outros países aceitarão esta imposição. É evidente que se ela vingar as consequências serão dramáticas. O objetivo da Torricelli é aumentar o isolamento de Cuba, sufocando nossa economia, para gerar o descontentamento popular e a desestabilização do governo.

Ela fere todas as regras do comércio internacional.

Como Cuba, apesar da Legislação anterior, estava conseguindo manter um certo intercâmbio comercial, a nova lei tenta reforçar os mecanismos do bloqueio. Em 1991, a exemplo do ano anterior, o nosso país teve um comércio com filiais americanas superior a 700 milhões de dólares.

A Torricelli quer exatamente impedir este tipo de comércio, evitando o natural relaxamento que o bloqueio sofreu com o passar do tempo.

Como se observa, esta lei promove a total ingerência dos EUA nos negócios internos de cada país. É um atentado à soberania das nações. E não é o primeiro. Recentemente a Suprema Corte aprovou uma lei que dá direito aos Estados Unidos de prender um cidadão que tenha cometido "delito grave" em qualquer parte do mundo. Esse precedente indica o acirramento da agressividade dos EUA, que se consideram os donos do mundo.

PRINCÍPIOS - *A escassez de mercadorias é uma realidade em Cuba. O desaquecimento da indústria e mesmo da agricultura, com o retorno da tração animal, também são visíveis. Nesse aspecto, pode se dizer que o bloqueio tem conseguido minar a economia cubana, alcançando seu objetivo de enfraquecer o atual governo?*

Professor HIRAN - Não dá pra esconder as enormes dificuldades do país. Apesar dos seus efeitos maléficos, entretanto, não acredito que o bloqueio tenha rendido os frutos desejados pelos Estados Unidos. Ele não permitiu a derrota da revolução e nem mesmo o desgaste da figura de Fidel Castro. Muito pelo contrário. Este assédio econômico e político fortaleceu os atuais dirigentes do país, reforçou a unidade de povo e, sobretudo, aumentou o nosso sentimento antiimperialista.

Penso que este cerco desumano e cruel não atingiu seu objetivo e nem vai consegui-lo. Será muito difícil, sob qualquer circunstância, minar o socialismo em Cuba. O povo participa ativamente da vida da nação, tem consciência de que as conquistas da revolução seriam totalmente anuladas com o retorno ao capitalismo. Mesmo que o poder popular percorra outros caminhos, para salvar a revolução, a maioria da população saberá suportar os sacrifícios.

Em recente editorial, o Gramma, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba, alertou para a possibilidade de novas tentativas de invasão do nosso país, a partir da aprovação da Lei Torricelli. Ela poderia ser utilizada pelos Estados Unidos como um mecanismo para levantar a bandeira da "ajuda humanitária", tendo em conta o aumento das dificuldades de abastecimento no país.

Se esta agressão militar ocorrer, penso que o povo dará uma resposta a altura. Quando do desembarque de mercenários americanos na praia de Giron, em abril de 61, em menos de 72 horas os cubanos derrotaram os agressores. Hoje a revolução está mais consolidada, apesar de todas as dificuldades. Os

próprios EUA sabem disso, por isso que insistem na política de afogar a nossa economia e, até agora, não ousaram em novas aventuras militares.

PRINCÍPIOS - *Um aspecto que gera muita controvérsia é o do forte vínculo de Cuba com o Leste Europeu, em especial com a ex-União Soviética. Esta questão ganhou ainda maior importância com a falência daqueles regimes burocráticos, o que aumentou as dificuldades da ilha. Não houve uma dependência econômica excessiva de Cuba com relação a estes regimes?*

Professor HIRAN - Esta questão merece um estudo mais aprofundado. Desde o início, a revolução cubana traçou como objetivo estratégico a independência econômica do país. Ocorre que este processo tem que levar em conta as nossas particularidades, as limitações objetivas e as circunstâncias internacionais. Foi uma revolução numa nação subdesenvolvida, com insuficiência de matérias-primas, sem recursos energéticos e com pouca capacitação humana. Tudo isto agravado pelo bloqueio.



Condições objetivas, na prática, condicionaram certa dependência aos países do Leste

Neste quadro, o caminho a percorrer para conseguir a independência econômica é demorado e custoso. Na prática, as condições objetivas nos condicionaram a um determinado nível de dependência dos países socialistas do Leste Europeu, em particular da União Soviética. Penso que algumas atitudes da antiga URSS, inclusive, propiciaram o fenômeno da dependência. Elas reforçaram uma certa especialização da economia cubana, privilegiando a exportação do açúcar.

De todo o volume de comércio com aqueles países, 63% correspondiam à exportação do açúcar. No último período, exportamos mais de 3 milhões de toneladas anuais deste produto para a União Soviética. Era um mercado muito importante, que nos garantia a aquisição de outros produtos básicos para o funcionamento da nossa economia. Além disso, as condições de comércio eram favoráveis.

É verdade que já existiam problemas, que necessitam de melhores explicações. Alguns produtos fabricados em Cuba, por exemplo, tinham dificuldades de penetrar naqueles mercados - o que impedia a diversificação da nossa economia. A nossa exportação era limitada - açúcar, níquel, cítricos. Além disso, não tínhamos acesso fácil às tecnologias mais avançadas. Estes fatores acabaram por criar um certo nível de dependência, principalmente em relação a ex-URSS.

Apesar de tudo isto, não penso que Cuba tenha se acomodado. Ela prosseguiu no seu esforço de alcançar a independência - num mercado mundial que está totalmente interligado. A própria relação comercial

com o Leste Europeu permitiu grandes avanços na nossa economia. Nós aproveitamos as possibilidades existentes para industrializar o país, para torná-lo mais estruturado. Agora, o processo de independência, como já disse, é complexo e prolongado, em especial num país como nosso, subdesenvolvido.

PRINCÍPIOS - *Com o desmoronamento do Leste Europeu, esta busca da independência e da autosuficiência fica ainda mais difícil?*

Professor HIRAN - Hoje Cuba vive uma situação curiosa. Ela não tem vínculo com nenhum bloco mundial. Pertencíamos ao bloco soviético, que desapareceu. E não temos vínculos com o bloco capitalista, cujo seu expoente, os EUA, tenta nos sufocar economicamente. Nosso grande esforço é no sentido de furar este bloqueio, procurando novos parceiros comerciais. Nossos sócios naturais são os países da América Latina, mas estes também enfrentam graves crises.

A situação é muito difícil, mas temos procurado superá-la. Os programas econômicos em curso têm o grande objetivo de conseguir divisas, que nos possibilitem a importação dos produtos necessários para a nossa sobrevivência e desenvolvimento. Além do programa agro-alimentar, que visa garantir a comida na mesa dos trabalhadores cubanos, estabelecemos como prioridades o aumento da produção de açúcar e níquel, o desenvolvimento do turismo e da indústria de medicamentos e da biotecnologia. Todos estes setores nos garantem divisas.

Socialismo se mantém em Cuba porque se baseia numa grande equidade na distribuição dos bens

PRINCÍPIOS - *Como você mesmo afirma, é uma estratégia de sobrevivência?*

Professor HIRAN - Exatamente. E não é só de sobrevivência econômica. É, acima de tudo, de sobrevivência do socialismo cubano. Todas as medidas caminham neste rumo - o de preservar o nosso projeto socialista, a nossa independência nacional. Este é o objetivo fundamental. Desta forma é que são encaradas as próprias dificuldades econômicas atuais. O governo e o povo cubano não aceitam o retorno das leis capitalistas, o reinado do mercado que beneficia uma minoria privilegiada.

Aqui não são aplicadas as medidas neoliberais. Enfrenta-se a crise sem se recorrer ao desemprego, à redução dos investimentos sociais, à privatização e ao fim da soberania nacional. Já no início do processo de deterioração das relações exteriores de Cuba, o governo implementou o chamado período especial. Foram tomadas medidas para ampliar os mecanismos distributivos na sociedade, para aprimorar a igualdade social no enfrentamento da crise.

Hoje se aplica um sistema de racionamento que

atinge praticamente todas as mercadorias, menos as que fazem parte da cesta básica da população. Há escassez de vários produtos de consumo, mas não existe fome ou miséria. Esse ajuste leva em conta as particularidades da revolução cubana, que não permite a polarização entre riqueza e pobreza - como ocorre na América Latina.

O socialismo se mantém em Cuba exatamente porque se baseia numa grande equidade na distribuição dos bens produzidos. Este sistema criou uma espécie de colchão amortecedor, que evita os traumas políticos no país. Apesar de estarmos passando por uma fase de deterioração de nossa economia, a partir principalmente dos problemas externos, este mecanismo distributivo permite que a população não seja afetada pela crise.

Os indicadores de níveis de vida da população, por exemplo, não foram afetados drasticamente. No aspecto alimentício ou nos serviços de saúde e educação não se observam pioras sensíveis. Levando em conta a grave situação econômica que o país atravessa, as consequências sociais foram, comparativamente, mínimas. Eu costumo dizer que o nosso país vive hoje num tipo de comuna primitiva, em que não há fartura, mas também não existe miséria ou exploração.

PRINCÍPIOS - *E o perigo da burocratização do regime, que tantos danos causou às outras experiências socialistas. Você diria que Cuba não corre este risco?*

Professor HIRAN - Uma das marcas da revolução cubana é o seu permanente processo de crítica e auto-crítica, o seu revolucionarismo. Nos anos 80, por exemplo, o governo deu início ao processo de "retificação dos erros e das tendências negativas". Entre outras coisas, ele abordou alguns sintomas negativos no funcionamento da sociedade que derivavam do modelo de administração usado no Leste Europeu, que era burocrático e tecnocrático.

A aplicação deste modelo teve efeitos negativos não só na economia, onde se implementava um planejamento rígido e centralizado. Ele também afetou a esfera social e política - conforme foi reconhecido no III Congresso do PCC. O governo sempre procurou evitar as distorções burocráticas. Algumas figuras importantes do partido e do Estado cubano, inclusive, já foram afastadas de suas funções em virtude de erros graves cometidos.

Evidente que não atingimos a perfeição. Não estamos imunes à erros. Mas o povo tem vários mecanismos de controle. Além disso, a trajetória da revolução cubana é muito rica neste aspecto. Ela evitou que se criasse uma casta de burocratas, de quadros de responsabilidade afastados do povo. Os fenômenos de corrupção ou de abuso do poder, comuns no Leste Europeu, sempre foram duramente combatidos em Cuba. E nisto teve grande importância a figura do comandante Fidel Castro.

Logo após o triunfo da revolução, várias medidas

foram tomadas para evitar a proliferação do fenômeno do culto à personalidade. Você pode caminhar por todo o país e não encontrará nenhuma rua, praça ou escola que tenha o nome de um dirigente vivo da revolução. O governo evita a todo o custo o uso de fotografias ou outras imagens visuais que se identifiquem com as autoridades políticas cubanas. O retrato oficial, por exemplo, é proibido em Cuba.

Cuba tem 170 centros de pesquisa científica e mais de 40 centros de educação superior



Em decorrência disto, eu não acredito no perigo da burocratização. Cuba vive uma situação difícil, de crise econômica. Mas, do ponto de vista político, não há contestação ao governo. Remotamente você poderá falar em crise política. Aqui o esquema de partido único funciona, ele corresponde às expectativas da nação e à nossa tradição histórica. Ele satisfaz os interesses da maioria e permite que se caminhe de forma unida em defesa do nosso projeto socialista.

PRINCÍPIOS - *Fazendo o papel de advogado do diabo, você não está sendo muito otimista, muito seguro em relação a unidade do povo em torno da defesa da revolução? As dificuldades econômicas não afetariam a população, principalmente a juventude, que não tem acesso ao consumo e pode perder as perspectivas de futuro?*

Professor HIRAN - É lógico que o bloqueio dos EUA visa debilitar a capacidade de resistência do povo cubano. Sua propaganda ideológica quer atrair a juventude para uma visão consumista. Entretanto, o que se observa é que quanto mais eles intensificam o bloqueio, quanto mais eles apresentam o mercado capitalista como um paraíso, mais aumenta a unidade do nosso povo. O sentimento nacional é muito forte em Cuba. O povo não se ilude facilmente. Ele sabe o que ocorre no resto do mundo.

Temos uma história de mais de 30 anos de resistência. Não é pouco tempo. Nesse período, a juventude sempre demonstrou grande capacidade de luta, muita consciência. Isso não quer dizer que alguns jovens não se sensibilizem com a ilusão consumista. O próprio turismo, que é uma necessidade atual da nossa economia, gera certas distorções. Mas eu tenho certeza que a maioria da juventude cubana está identificada com as idéias do socialismo.

Você teve a oportunidade de participar de algumas manifestações contra a Lei Torricelli. A maioria destes atos foi organizada por pessoas jovens. Com sua alegria e colorido, elas são quem garantem a grande presença nestas manifestações. E isto apesar da juventude, assim como o restante da população, estar passando por dificuldades. Ela realmente não tem acesso a determinados produtos de consumo, alguns inclusi-

ve, que no passado, existiam no mercado.

Entretanto, ela sabe que tem garantida a alimentação básica, o estudo gratuito, o emprego, os melhores hospitais, o lazer. Esse nível de consumo, que não está assegurado para maioria esmagadora da população mundial, o povo cubano tem garantido. Por isso eu não vejo a possibilidade de que a nossa juventude se converta numa "quinta-coluna", disposta a derrubar o governo do nosso país. Muito pelo contrário. Ela apóia as prioridades nacionais.

PRINCÍPIOS - *Para encerrar, na sua opinião quais são as perspectivas de Cuba?*

Professor HIRAN - Do ponto de vista internacional, o cenário não é nada positivo. Estamos tentando reconstruir nossas relações exteriores em condições nada favoráveis. Mesmo assim, temos grandes potencialidades. Em primeiro lugar, porque os nossos recursos humanos são altamente qualificados. Um em cada 15 membros da população tem nível universitário, um em cada oito tem nível médio ou secundário. Atualmente Cuba possui 170 centros de investigação científica, mais de 40 centros de educação superior, como as universidades.

Este é um formidável patrimônio do povo cubano, que o coloca em condições de concorrer no disputado mercado internacional. Além disso, nas três décadas de revolução foram feitos altos investimentos na infraestrutura do país - cerca de 63 trilhões de pesos. É um volume substancial de aplicações em equipamentos, indústrias, estradas, na agricultura e na esfera social. Só na saúde e na educação foram gastos cerca de 40 trilhões de pesos. Isto influencia na hora de medir o peso da economia cubana, sua capacidade produtiva.

Por último, temos as prioridades de que já falei: o programa agro-alimentário; o aumento da produção de derivados de açúcar e do níquel; o turismo; a indústria de medicamentos e a biotecnologia. Precisamos adquirir divisas para importar os produtos essenciais para o nosso desenvolvimento. É evidente que as medidas em curso não terão retorno imediato. Recolocar 80 % da nossa produção num novo mercado mundial não é tarefa simples. Demanda tempo.

O que eu quero dizer é que as nossas perspectivas são contraditórias. Uma certa mescla. De um lado, atravessamos um momento de crise econômica e temos as nossas limitações objetivas. Do outro, possuímos enormes potencialidades. A nossa capacidade exportadora, por exemplo, é real. As medidas que estão sendo tomadas já começam a amadurecer, a apresentar os primeiros resultados. Com o tempo, isto permitirá recuperar a nossa capacidade produtiva, melhorar a situação econômica e atender melhor as necessidades do nosso heróico povo.

HIRAN MARQUETTI é economista, vice-coordenador da equipe de pesquisas sobre problemas macro-econômicos da Universidade de Havana.

ALTAMIRO BORGES é jornalista e Presidente do CES - Centro de Estudos Sindicais.

"Sou inocente. Este é um processo político!"

NEXHMIJE HOXHA

Condenada a nove anos de prisão, a viúva de Enver Hoxha denuncia o esforço que o novo governo albanês faz para desmoralizar a história da luta pelo socialismo naquele país.

Publicamos, nesta edição, o discurso final de defesa, pronunciado por Nexhmije Hoxha, em 26 de janeiro passado, quando do julgamento no qual foi condenada a 9 anos de prisão. O texto foi traduzido do Faxogramme Quotidien LML (Le marxiste-léniniste), v. XXIII, nº 32, 1993, Órgão do Partido Comunista do Canadá (ML).

Ressalta no seu conteúdo a denúncia, sustentada com coragem e firmeza por uma mulher de 73 anos de idade, doente, símbolo da revolução albanesa. O processo teve motivações políticas, onde o novo poder restaurador tentava desmoralizar toda a luta emancipadora do povo albanês.

Os novos governantes albaneses usam hoje as mesmas armas que foram usadas contra a burguesia em períodos de restauração que sucederam-se às revoluções burguesas. O exemplo mais notável aconteceu na Inglaterra do século XVII. Quando a Revolução Inglesa foi derrotada pela realeza feudal, esta ordenou que fosse exumado o cadáver do líder republicano burguês Cromwel, para que fosse julgado e "de novo executado". No final do Século XX, a restauração burguesa derrubou estátuas e procura processar símbolos vivos das lutas libertadoras.

O resultado desfavorável deste primeiro julgamento impõe a continuidade da campanha exigindo a libertação de N. Hoxha.

“ Senhores e Senhoras

No seu libelo acusatório, o promotor público, Teodor Mosko, repetiu as acusações e as conclusões da ata de acusação. É como se, diante deste tribunal, dia após dia, não tivesse havido qualquer análise das

acusações, qualquer declaração ou intervenção de nossa parte. Como se, e eu falo de meu caso pessoal, nenhuma das testemunhas, ainda que citadas pelo promotor, pois a defesa não solicitou nenhuma, tivesse confirmado minhas declarações; o que todas elas fizeram, à exceção de uma das testemunhas que me contradisse por razões pessoais.

Pela minha parte, eu não mudo uma palavra das declarações que eu fiz no curso da instrução e que eu repeti, sob juramento, diante do tribunal. Eu considero inútil repeti-las, mas eu faço questão de sublinhar uma vez mais que as acusações levantadas contra mim, minha prisão e este processo têm motivos políticos.

O promotor público reconheceu este fato ao começar seu libelo acusatório pela descrição do passado em termos duros e pungentes, fazendo até um paralelo literário com "O Inferno de Dante".

Esta parte do libelo não tem espaço em um processo versando sobre acusações de natureza econômica e financeira. Contudo, isto revelou os motivos políticos deste processo, ainda que, ele os tenha negado na abertura do processo. O verdadeiro objetivo deste caso é límpido como a água da fonte: perseguir politicamente a família Hoxha e desacreditá-la perante a opinião pública.

Eu poderia escolher responder a estas novas acusações, mas eu me recuso a utilizar este tribunal para exprimir minhas opiniões políticas, meu ponto de vista sobre o passado e as transformações que tiveram lugar em nosso país. As realizações do poder popular, que se seguiram à vitória sobre os nazi-fascistas, serão julgadas pela história, que é o mais equânime dos juizes, em todos os países do



•32• mundo e para todos os seres humanos. Mesmo se até o impossível é feito em nosso país para deformar a história, uma coisa permanecerá escrita claramente em letras raiosas: no curso dos 45 anos, durante os quais Enver Hoxha guiou nosso país, este tornou-se não só um país civilizado e mais importante ainda, a Albânia era livre, independente e soberana. Ela nunca submeteu-se e nem permitiu a qualquer potência, grande ou pequena, dominá-la.

Nos nossos dias é claro, aos olhos de todos, a quem cabe a responsabilidade da pobreza inimaginável das massas populares e do nível de destruição da Albânia, pior, ainda, do que existiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. Aqueles que planejaram esta destruição e que tinham como divisa passar tudo a limpo estão agora desmascarados, porque um bom número dentre eles são os herdeiros dos grandes proprietários e dos colaboradores nazi-fascistas. São suas mentalidades feudais que os levam a reclamar seu "ouro" à família Hoxha.

**Que procurem o ouro
nas pontes
reconstruídas depois
da guerra e sob
as linhas férreas**



Que procurem, eles e todos aqueles que querem os acompanhar, nas diversas pontes reconstruídas depois da guerra, sob as dormentes das primeiras vias férreas, sob as estradas que ligam nossas cidades às montanhas, nos pântanos que foram secados e hoje sob as ruínas das escolas, dos jardins de infância, das clínicas médicas, nos fornos destruídos das vilas e sob os restos dos campos e das florestas que eles incendiaram.

Eles assim têm, não somente, profanado o sangue e o suor derramados pelo povo e pela juventude, mas, também, destruído o capital utilizado pelo poder popular depois da libertação para reconstruir o país e criar uma nova Albânia.

Quanto às mudanças e aos transtornos que se produziram no mundo comunista, por razões objetivas e subjetivas, nossa pequena Albânia não podia escapar a este maremoto anticomunista. Face às condições que existiam, nos planos interno e externo, na condição pessoal de comunista e membro do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, então no poder; e na condição de presidente da Frente Democrática da Albânia, eu apoiei o processo democrático, na esperança e com a convicção que nossa Albânia, sempre livre, continuaria progredir no curso deste período e que o povo viveria melhor. Eu apoiei o pluralismo das idéias e o pluralismo dos partidos, enquanto medidas democráticas, sempre na esperança que o povo permaneceria unido, sob uma base nova e ainda mais sólida, com uma consciência mais forte. Eu apoiei nossa participação na Comunidade Européia com a convicção que isto servia ao interesse vital de nosso estado democrático e que nossa nação, que foi dividida pelas grandes potências, poderia, enfim, realizar seu sonho de unidade e tomar o lugar que lhe cabe nesta comunidade, na condição de uma nação que possui uma história e uma cultura antigas.

No que diz respeito ao aspecto econômico do libelo acusatório, eu faço questão de sublinhar que o abandono da acusação de "abuso de poder" conta a meu favor, assim como a redução, nas três sucessivas atas de acusação, das quantias "desviadas", redigidas ao longo do meu ano de encarceramento. De outro lado, estas "flutuações" e a pena requisita-

da contra mim, fazem duvidar da justeza destas cifras. Ao mesmo tempo elas revelam a injustiça da pena extraordinária solicitada pelo procurador. Esta não toma em consideração nem a idade, nem o estado de saúde de uma mulher que consagrou cinquenta anos de sua vida de luta e trabalho ao seu povo e seu país. Eu sustento que a pena requisitada contraria à Convenção internacional, da qual a Albânia é signatária, e ignora, totalmente, as intervenções feitas por numerosas personalidades, da Organização europeia de proteção aos direitos do homem, perante o presidente e os órgãos da justiça, etc., das quais eu recebi cópias, bem como as cartas e telegramas que eu recebi na prisão e atenção dirigida ao meu caso, como testemunham os pedidos de entrevistas dos jornalistas e da televisão.

Com referência à legalidade destas quantias e despesas, meu advogado, Dhimiter Beshiri, com o qual eu estou inteiramente de acordo, já deu as explicações e eu espero que o tribunal as tome em consideração.

Eu rejeito categoricamente a humilhante acusação do promotor, segundo a qual estas cifras mostram “o roubo e o desvio deliberados”.

Eu dei a este tribunal as explicações destas despesas e justifiquei-as. De todas estas despesas nem um só lek foi para os meus bolsos ou foi desviado para meu benefício pessoal ou de minha família. Por outro lado, muitas destas cifras são falsas, elas foram adulteradas e eu não tenho sobre elas nenhuma responsabilidade legal.

**Os herdeiros dos
colaboradores
me acorrentaram
cinquenta
anos depois**



A ata de acusação e o libelo do promotor afirmam que eu “vivia no luxo”. Esta acusação absurda nem mesmo merece uma resposta. Eu observei no libelo a introdução de uma nova noção, segundo a qual eu fui “passiva” antes de 1985 e tornei-me “ativa” depois de 1985, aumentando minhas demandas para viver em um luxo grandioso. Porque esta distinção entre os períodos, o porquê desta distinção eu não o sei. De mais a mais, do que eu li e compreendi, eu não compreendo as coisas “fantásticas” que são ditas a propósito de meu papel ao lado de Enver Hoxha.

É muito difícil, para mim, falar de eu mesma, mas é meu direito defender-me contra esta pena absurda (porque é difícil viver aprisionada até a idade de 87 anos). Os quatorze anos de prisão pedida pelo promotor me obriga a declarar que eu não sou uma pessoa que viveu e se habituou a “viver no luxo”. Sabeis que eu nasci em Manastir, na Macedônia; e

os Sérvios, os mesmos que oprimem os albaneses de Kossova e as antigas repúblicas da Iugoslávia, incendiaram nossa casa e tudo que nós possuíamos. Em 1927, depois de numerosas vicissitudes, toda minha família chegou a Tirana para, aqui, ganhar a vida e nós prosseguirmos nossa educação em língua albanesa. Com a idade de 15 anos eu expressei, por escrito, a opinião que estava próximo o dia onde as moças e mulheres albanesas seriam emancipadas. Aos vinte anos eu fui a única mulher delegada à histórica conferência de Peza, em 16 de setembro de 1942, ao lado de personalidades de diferentes opiniões como Ahaz Kupa, Ndoc Coba, Myslim Peza e outras convocadas para erigir a Frente nacional antifascista para a libertação da Albânia dos invasores fascistas. Como eu tinha participado de todas as manifestações da juventude, eu fui condenada a treze anos de prisão. Contudo, os colaboradores e os nazi-fascistas foram incapazes de me aprisionar porque eu tinha passado à clandestinidade, aqui, em Tirana, sob o jugo do mais feroz terror. Em seguida, eu me liguei às fileiras dos guerrilheiros e não puderam me acorrentar.

O “destino” quis que hoje, cinquenta anos mais tarde, os herdeiros destes colaboradores, que galgaram os degraus do poder com o revanchismo nos lábios, se vingassem: eles me lançaram na prisão, me acorrentaram, e agora, pela imprensa, pelos jornais albaneses, por aqueles de seus patrões estrangeiros e por outros meios obscuros, decidiram sobre o número de anos que eu deverei passar na prisão.

Mas nestes tempos difíceis que atravessa a Albânia, quando nós estamos longe, ainda, da democracia verdadeira e da aplicação plena e integral das garantias de um Estado de direito; quando o sangue dos 28 mil mártires tombados no curso da guerra, dos quais a maior parte não tinha mais que 20 ou 25 anos, é esquecido; e que o 29 de novembro, aniversário da libertação da Albânia, não é mais celebrado. Minha prisão, meu processo e sentença que vai ser adotada não me farão abaixar a cabeça.

Por quê? Porque eu sou inocente. Eu combati durante cinquenta anos pela emancipação da mulher e da sociedade albanesas. Qualquer que seja a sentença, eu espero-a com calma e paciência. O importante é que hoje o povo albanês seja mais consciente de sua força e dos direitos democráticos que estão a seu alcance, dos quais dependem seu bem-estar e o futuro da Albânia enquanto estado e sobretudo enquanto nação.

Em conclusão, eu declaro ante este tribunal: com toda consciência, eu não cometi o crime de desvio de fundos do Estado. Eu sou inocente perante a lei. ””

A batalha de Stalingrado e a derrota do nazismo

PAULO G. FAGUNDES VIZENTINI

Stalingrado, batalha de grande relevância política e militar na história do Século XX teve seu significado reduzido pelos conservadores ocidentais e historiadores da Glasnost.

*"Stalingrado, miserável monte de escombros, entretanto resplandescente!
As belas cidades do mundo contemplam-te em pasmo silêncio.
Débeis em face de teu pavoroso poder, mesquinhas nos seus esplendor de mármore salvos e rios não profanados as pobres e prudentes cidades, outrora gloriosas, entregues em luta, aprendem contigo o gesto de fogo."*

Carlos Drummond de Andrade (1942)

•34•

A batalha de Stalingrado, que recentemente completou meio século, apesar de sua expressiva relevância política e militar, teve sua importância e significado diminuídos nos meios conservadores ocidentais desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. A glorificação soviética do evento sempre foi estigmatizada como mera exaltação militarista de uma sociedade, onde figuras como Cornélius Castoriadis classificavam como uma *estratocracia*. Esta situação perdurou até o advento da *Glasnost* de Gorbachov, que entre outras coisas prometia uma ampla discussão da história da URSS, inclusive cobrindo suas lacunas e aberrações políticas. O público e os estudiosos esperaram ansiosos. Entretanto, a poderosa arma política que a história representa, desde o início foi usada como simples moeda de barganha com o ocidente e com a oposição diretista. A *Glasnost* e sua "revisão histórica" logo transformaram-se em mero objeto publicitários, repleto de escândalos sensacionalistas revelados através de obscuros "documentos", apresentados ao público sem a menor contextualização. Pior ainda,

tudo se dava paralelamente à fulgurante ascensão do neofacismo na Europa e no mundo.

A historiografia da "transparência" seguiu um caminho político definido pelo objetivo de denegrir (de forma pouco sutil) todas as realizações do socialismo na URSS, sobretudo quanto ao papel do país na Segunda Guerra Mundial. Esta situação agravou-se ainda mais com a dissolução da União Soviética, a qual implicou na desativação de importantes centros de ensino e pesquisa, bem como no destino ignorado dos arquivos documentais. Assim, atualmente é fundamental retomar o estudo científico da história da URSS. Dentro desta, e da própria história mundial, a batalha de Stalingrado ocupa um lugar fundamental, tanto no plano político como militar.

A Segunda Guerra Mundial foi, entre outras coisas, principalmente, uma consequência da situação criada pela crise de 1929 e da Grande Depressão que a seguiu. A Depressão Mundial atingiu as potências industriais capitalistas de forma desigual: De um lado, os EUA com seus imensos recursos humanos e materiais, e as metrópoles européias com seus vastos impérios coloniais, conseguiram resistir aos piores impactos da crise. Por outro lado, países de industrialização recente, superpovoados, detentores de poucas matérias primas, recursos agrícolas e energéticos, além de carentes colônias, como Alemanha, Itália e Japão, foram duramente atingidos social e economicamente pela Depressão. As rivalidades interimperialistas passaram, então, a representar um dos graves problemas das relações internacionais. Desde 1931, com a invasão japonesa da Manchúria, iniciou-se uma série de conflitos regionais ligados à tentativa das potências capitalistas em



A guerra dentro da fábrica.

proceder uma nova divisão do mundo, como forma de superação da grande crise.

A esse nível de contradições econômico-nacionais, somava-se outro de caráter sócio-político. A crise fomentou o desemprego e enormes dificuldades para os trabalhadores, o que conduziu a uma situação social explosiva. Enquanto o desencanto com o capitalismo e os conflitos de classe cresciam no Ocidente, a União Soviética coletivizava a agricultura e os planos quinquenais industrializavam aceleradamente o país. Invertia-se o ritmo da história. Os conflitos sociais domésticos e a ascensão da URSS à condição de potência industrial e militar sob Stálin afiguravam-se, na percepção da direita internacional, como o espectro de uma revolução socialista em marcha em escala planetária.

Se a Alemanha está ganhando ajudemos os Russos. Se estes começam a ganhar ajudemos os alemães



Desta forma, as contradições intercapitalistas e de classe (envolvendo também a União Soviética), vão interagir dialeticamente no processo histórico que conduzirá à Segunda Guerra Mundial. Desde o início, existem divergências dentro da cúpula dirigente ocidental, sobre qual das contradições merecia ser atacada primeiro. Alguns setores viam na expansão das potências do Eixo um perigo maior e mais imediato, não descartando uma aliança de caráter antifascista com a URSS. Outros, como o grupo de Cliveden (uma facção do Partido Conser-

vador britânico, articulada em nível internacional com políticos de direita e empresários da siderurgia européia), consideravam o movimento operário e o Estado Socialista como os perigos maiores, e preferiam um reordenamento do mundo apoiando-se numa aliança, declarada ou não, com os países fascistas. Membros da direita britânica diziam: “A Europa não resistiria a outro confronto entre a Inglaterra e a Alemanha”.

A política de *apaziguamento* do primeiro-ministro britânico Chamberlain e outros, fundava-se precisamente na segunda perspectiva. Estabeleceu-se, então, uma ambígua diplomacia triangular: URSS, EUA, Inglaterra e França; e Alemanha, Itália e Japão.

A política de apaziguamento consistia em deixar concretizar-se o fortalecimento militar e econômico alemão, além de permitir a Hitler expandir-se para o leste sem disparar um só tiro. Esta atitude visava facilitar e incitar um ataque da águia alemã contra o urso soviético. Mas tal estratégia era implementar de forma encoberta, em meio a solenes discursos de defesa da paz. Segundo o historiador francês Pierre Thibault, a política de apaziguamento consistia em ceder antecipadamente a Hitler, tornando desnecessária a agressão. Assim, ao lado da diplomacia oficial, existia paralelamente uma diplomacia secreta. Neste contexto, Stálin temia que a estratégia Ocidental consistisse em forçar a URSS a sair de seu relativo isolamento, arrastando-a a uma guerra com a Alemanha.

Com o acordo de Munique (outubro de 1938), através do qual os dirigentes anglo-franceses entregaram parte de sua aliada Tchecoslováquia ao III

Reich, Stálin convenceu-se da existência de uma estratégia anti-soviética. A partir de então, acentua-se o isolamento da URSS, enquanto o Kremlin procura jogar com as contradições existentes entre as nações capitalistas, concretamente, entre Berlim por um lado, e Londres e Paris por outro. O desafio lançado pelo acordo de Munique foi respondido pelo pacto de não-agressão nazi-soviético de 1939 (O Pacto Ribbentrop-Molotov), que manteve a União Soviética por mais dois anos fora da guerra e desviou o belicismo hitleriano contra o Ocidente. Apesar dos elevados custos políticos, este ato constituiu numa formidável vitória da diplomacia de Stálin, o que o Ocidente jamais perdeu.

A guerra que iniciou oficialmente em Setembro de 1939, continuaria sendo marcada por estranhas contradições. Hitler controlava o continente europeu (tarefa facilitada pelas diversas burguesias nacionais), enquanto Churchill o enfrentava de forma localizada e ambígua, e Stálin aferrava-se no isolamento. Tratava-se, ainda, de uma guerra limitada. Só em 1941, com a invasão da URSS pelo III Reich em junho, e com o ataque japonês à esquadra americana do Pacífico em dezembro, é que a guerra tornaria realmente total e mundial. Mesmo assim, a aliança dos anglo-saxões com Moscou continuaria a pautar-se por um jogo de equilíbrio, que foi definido por Truman, de forma simplória mas inequívoca, em uma entrevista concedida ao *The New York Times*, de 24 de julho de 1941: "Se virmos a Alemanha ganhar, devemos ajudar os Russos. Se a Rússia estiver em cima, devemos ajudar os alemães, de modo que eles se mantem uns aos outros ao máximo".

O ataque alemão rumo a Moscou foi avassalador. Stálin, que habilmente frustrara antes da eclosão da guerra a política de apaziguamento, firmando o Pacto Nazi-soviético de 24 de agosto de 1939, não soube transformar em estratégia de longo prazo sua vitória tática, negligenciando as defesas do país, que poderiam ter sido reforçadas mais significativamente entre 1939 e 1941. Na verdade, Stálin, desejava evitar qualquer pretexto que ensejasse um ataque alemão, como uma militarização ostensiva. Mesmo assim, depois da invasão o esforço organizativo e a reação popular foram vigorosos. Os alemães são detidos nas portas de Moscou, enquanto Leningrado resistiria à fome e aos bombardeios do terrível cerco de mil dias. Depois do fracasso do ataque frontal a Moscou no inverno de 1941, o III Reich montou uma gigantesca ofensiva de verão contra o sul da URSS, em direção a Stalingrado e ao Cáucaso, visando dominar os centros industriais e a produção de cereais, petróleo, ferro e carvão, para reforçar sua posição de derrotar o Estado Socialista. É preciso salientar que o Exército alemão era apoiado pelo húngaro, romeno e italiano na região, além de ser suprido pela produção de todo o continente europeu,

exceto a Grã-Bretanha.

O avanço alemão dava a impressão de ser triunfal e a "nova ordem" fascista atingia seu apogeu em agosto de 1942 com a conquista do Monte Elbrus, na fronteira euro-asiática. Mas não conseguia avançar além, pois a resistência do Exército Vermelho intensificava-se. A atenção principal dos alemães concentrou-se na conquista de Stalingrado, no flanco norte da ofensiva. Stalingrado era uma cidade industrial, com mais de meio milhão de habitantes, que se estendia de norte a sul, às margens do Rio Volga.



A cidade tornou-se só ruínas. Lutava-se dias a fio dentro de um único prédio

O IV Exército Panzer (blindado) e o VI Exército alemão, após pesados combates, conseguiram penetrar na cidade em 16 de setembro, sendo obrigados a travar uma batalha de desgaste, rua por rua, casa por casa. Às vezes lutava-se dias seguidos dentro de um único prédio. Depois de dois meses de luta intensa, a maior parte da cidade encontrava-se nas mãos dos alemães.

A opinião pública mundial e os diplomatas de todos os países acompanhavam diariamente as notícias sobre a luta em cada quarteirão da cidade. Todos os antifascistas observavam a resistência soviética como uma luta sua, enquanto a batalha parecia tornar-se o ponto nevrálgico de toda a guerra. Antes do resultado de Stalingrado ninguém tinha certeza sobre quem venceria o conflito mundial. A cidade, que ardia em chamas durante meses, produzindo um inferno indescritível, tornou-se só ruínas, e as baixas de ambos os lados eram elevadíssimas. Apesar da superioridade militar alemã, os soldados e milicianos operários conseguiram manter algumas áreas de Stalingrado. Mais de um milhão e meio de soldados lutaram nesta batalha, enquanto menos de um décimo deste número participou de simultânea batalha de El Alamein, no Egito.

É interessante analisar a movimentação diplomática durante a batalha de Stalingrado, que se configurava como o momento decisivo da guerra. No campo militar, nenhum movimento importante foi iniciado, mesmo sendo terríveis as perdas soviéticas. Nada houve além das "hábeis escaramuças" no Norte da África e de combates isolados na estagnada frente do Pacífico. Todos pareciam esperar o resultado da luta em Stalingrado. Mas no plano diplomático as articulações eram intensas. Durante o auge da ofensiva nazista contra o sul da Rússia, Stálin reclamou o prometido desembarque anglo-americano na Europa ocidental para aliviar a pressão contra a URSS, e o envio de material de apoio já acordado. A resposta a estas demandas foi sistemática: em julho o Almirantado



Britânico chamou de volta a escolta do comboio PQ-17, que foi, então, quase todo afundado quando rumava para a URSS. Toda a ajuda foi suspensa no auge da batalha. Quanto à abertura da segunda frente, os britânicos jogaram tropas canadenses de Quebec contra Dieppe, um dos pontos mais fortes da Muralha do Atlântico, e estas foram massacradas. Assim, “provocaram” a impossibilidade de um desembarque, adiado para 1943.

Além disso, os britânicos propuseram a ocupação do Cáucaso soviético por suas tropas para evitar, segundo alegavam, a queda do petróleo em mãos alemãs. Os EUA, por seu turno, propuseram a instalação de bases aéreas americanas na Sibéria. Enquanto isso, as tropas japonesas entravam em prontidão no norte da China, pensando em aproveitar alguma chance de recuperar-se das derrotas sofridas em 1938 e 1939 na Sibéria e Mongólia, respectivamente. A URSS recusou as “propostas” e teve que arcar momentaneamente sozinha com os custos da guerra (enfrentava 3/4 do exército alemão).



2 de fevereiro de 1943: 200 mil soldados alemães rendem-se ao exército soviético

No dia 19 de dezembro de 1942 o Estado Maior alemão foi bruscamente despertado de sua aventura otimista. Uma violenta barragem de artilharia e foguetes Katiusha abriu caminho à contra-ofensiva soviética comandada por Zhukov. O contra-ataque apanhou,

mesmo, os anglo-saxões desprevenidos. A frente, sustentada ao norte da cidade por romenos e italianos, e ao sul por alemães, foi rompida pelos tanques, cavalaria e infantaria soviéticas. Logo o VI Exército, comandado por Von Paulus, foi cercado na cidade, em pleno inverno. Os contra-ataques visando quebrar o cerco foram desbaratados. Agora eram os alemães a defender-se dentro das ruínas da cidade precariamente supridos por uma ponte aérea logo desarticulada pelos soviéticos.

Dia 02 de fevereiro de 1943, 200 mil soldados, a fina-flor da Wehrmacht, rendeu-se aos Soviéticos. Desde a batalha de Iena, durante as guerras napoleônicas, o exército alemão não sofria uma derrota de tal magnitude. O peso da derrota nazista fora tal, que o rumo da guerra se inverteu. Exceto pelas limitadas e fracassadas contra-ofensivas em *Kusk* e nas *Ardenas* (1), o exército do III Reich conheceria a partir de então um contínuo recuo. Apesar de uma resistência feroz por parte dos alemães, e de perdas terríveis, os soviéticos não seriam mais detidos em seu avanço rumo a Berlim e ao centro da Europa.

O impacto da vitória do Exército Vermelho em Stalingrado, entretanto, supera largamente a influência meramente local. Na Europa ocupada, os movimentos de resistência antifascista conheceram um crescimento quantitativo e qualitativo.

Importantes grupos de guerrilhas são ampliados ou formados, enquanto seu raio de ação e eficácia alcançam grande importância, tornando-se um importante elemento político e militar. Paralelamente, a influência comunista e esquerdista cresce enormemente nestes movimentos, na esteira de uma onda mundial de

simpatia pela União Soviética.

O avanço soviético para a Europa central, a expansão do movimento antifascista nas regiões ocupadas e seu contorno revolucionário, passaram a preocupar cada vez mais os aliados ocidentais. Depois da virada de Stalingrado, as operações militares na Europa e Ásia foram “descongeladas”. Os Anglo-saxões põem-se, finalmente, em ofensiva acelerada, tentando evitar que a guerra termine de forma desfavorável a seus interesses. De qualquer forma, a guerra dos diplomatas e dos generais, a guerra dos complôs, que até então caracterizava o conflito mundial, tornava-se cada vez mais uma guerra popular, na qual as massas atuavam consciente e eficazmente.

Qual o significado e as razões da vitória soviética? No ocidente é comum ouvir vozes muito respeitáveis argumentar que a derrota alemã foi culpa dos desatinos do Fuhrer, que não quis escutar seus “sábios” generais. Segundo outros, tudo foi fruto da combinação do inverno com a ajuda material aliada. Alguns ainda consideram decisivo o valor dos numericamente superiores soldados russos na defesa do “sagrado solo da mãe pátria”. Na União Soviética, talentos político-militares quase sobre-humanos foram atribuídos ao generalíssimo Stálin como artífice da vitória. Quando este foi rebaixado de deus a demônio, a “genialidade” militar de Zhukov foi apontada como causa da vitória, enquanto outros, abstratamente, consideravam Stalingrado como uma “vitória das massas”, apesar da “burocracia”.

•38•

**Socialismo demonstrou
eficácia
no momento decisivo
do maior
conflito da história**



Atribuir a vitória soviética isoladamente a alguns dos fatores acima, seria ocultar a abnegação com que milhares de pessoas realizaram sacrifícios extremos. Se a ideologia e a propaganda da Guerra Fria enterraram o significado, a importância e a própria memória de Stalingrado, é preciso voltar às fontes da época para poder avaliar com isenção o seu impacto. Talvez mais importante que as condecorações oferecidas por Roosevelt e outros à cidade combatente, seja a leitura dos versos escritos por um poeta intimista como Carlos Drummond de Andrade, em 1942.

Inegavelmente, sem o esforço das massas populares, isto é, soldados e milicianos da frente, operários e camponeses que suportaram o esforço de guerra, e ativos guerrilheiros na retaguarda alemã, não haveria vitória frente a um inimigo tão poderoso. Mas, apenas um esforço popular espontâneo seria insuficiente. Hitler não era um estrategista medíocre e desequilibrado, como muitos afirmaram no final e após a guerra, visando resgatar política e militarmente e os generais alemães, através de um bode expiatório. A frente

européia era mais importante, e a URSS suportava quase sozinha o peso da luta contra a eficaz máquina militar alemã. Os EUA, por exemplo, jamais se arriscaram numa guerra terrestre de tal magnitude, como os soviéticos foram obrigados.

Stalingrado demonstrou, entre outras coisas, a eficácia econômica, social e militar da organização socialista no momento decisivo do maior conflito da história. A guerra moderna, especialmente para um país cujo centro nevrálgico foi envolvido diretamente nas operações bélicas, exige um esforço colossal em termos de organização econômica, militar e mobilização sociopolítica. O socialismo, então, mostrou que funcionava a contento não apenas em relativo isolamento, mas também durante um conflito de vida ou morte contra um capitalismo “superior”. Neste contexto, Stálin, apesar de suas limitações, demonstrou ser um organizador competente e um líder popular capaz de compreender os sentimentos de seu povo num momento gravíssimo. Ficou evidente que sua *Revolução pelo Alto* dos anos 30 salvou o povo soviético e o socialismo. Zhukov e outros militares, por seu turno, evidenciaram grande talento como estrategistas.

Finalmente, é bom lembrar que a deformação da memória também foi obra de pessoas como Krushov, que para atingir seus objetivos políticos, mudou para Volgogrado o nome de uma cidade que não simboliza apenas as “glórias e erros” de Stálin, mas uma decisiva derrota do fascismo. ou de figuras como Gorbachov, que buscou compreender a história soviética através de revistas norte-americanas e alemãs, durante negociações de empréstimos. Apesar deles e de outras pessoas “muito sérias”, Stalingrado continua sendo o triunfo de um povo considerado, na época, como racialmente inferior, e de um sistema, hoje, acusado de ineficaz, sobre os deuses guerreiros arianos e a melhor máquina de morte já montada. Entretanto, se estes fatos quase são apagados da história por oligarquias políticas e intelectuais, a força que os produziu, como diz George Orwell, permanece viva “no coração, no ventre e nos músculos” de milhões de criaturas simples, capazes de deter, no passado como no futuro o avanço do obscurantismo e da barbárie.

PAULO G. FAGUNDES VIZENTINI - Professor de história da UFRGS. Mestre em Ciências Políticas (UFRGS) e Doutor em História (USP), autor de *a 2ª Guerra Mundial/1931-45*. Editora Mercado Aberto/1989 e *Da Guerra Fria a Crise/1945-92*. Editora UFRGS. Coordenador de *A Revolução Soviética/1905-45*. Editora Mercado Aberto/1989 e *A Grande Crise; A Nova (des)ordem Internacional dos anos 80 aos 90*; Editora Vozes/1990.

NOTA

(1) No saliente formado pela cidade soviética de Kusk, os alemães lançaram em 1943 uma ofensiva, que tornou-se a maior batalha de tanques da história, sofrendo uma derrota completa. Na região belga das Ardenas, os alemães desencadearam seu último ataque da guerra, em dezembro de 1944, sendo derrotados pelos norte-americanos.

Difusão e crescimento do marxismo no Brasil

CARLOS POMPE

Trazido por publicações estrangeiras ou pelos imigrantes, o marxismo passou da intelectualidade para o movimento operário brasileiro, e hoje é um pensamento vivo e fecundo

No dia 14 de março de 1883, há 110 anos, faleceu Karl Marx. Sua vida e sua obra foram dedicadas à luta contra o capitalismo e pela construção de uma nova sociedade, superior, sem exploradores e sem explorados, objetivando um mundo novo - o comunismo. Para tanto, dedicou-se, com rigor científico, a analisar a sociedade capitalista em que vivia. E atuou para substituí-la pelo socialismo. "Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo (...)", escreveu. E foi conseqüente com esta idéia, até o fim de seus dias. Sua obra tem influenciado, desde então, de forma marcante, os acontecimentos mundiais. Sob sua influência foram feitas revoluções e formaram-se governos socialistas. A pretexto de combater suas idéias, trabalhadores e intelectuais, pessoas simples e personalidades destacadas foram perseguidas, torturadas, assassinadas brutalmente por governos reacionários. Era inevitável que uma concepção de mundo com tal potencial estendesse sua influência por todo o Planeta, rompendo as barreiras continentais da Europa, onde se originou.

Na América Latina, as idéias de Marx chegaram antes mesmo da classe social a que representavam - o proletariado. E, a bem da verdade, só começaram a despertar interesse, mesmo, quando começou a se formar o proletariado nestas terras, na passagem para o século XX.

Imigrantes europeus que buscavam nova vida nas Américas traziam consigo as experiências vividas nas lutas sociais européias. Alguns - ao que tudo indica, muito poucos - tiveram em seus países de origem contatos com as idéias marxistas ou - em

número maior - com organizações operárias que pleiteavam o socialismo, como partidos políticos ou a Internacional.

No livro "A derrota da dialética", Leandro Konder lista outros três movimentos que aportariam em nossas terras o pensamento marxista: "1- o dos europeus que vinham ao nosso continente e, mesmo sem nele fixarem residência, traziam, eventualmente, conhecimentos a respeito do marxismo e os difundiam aqui, de passagem; 2- o dos cidadãos sul-americanos que iam à Europa e, também eventualmente, ouviam falar das concepções de Marx, entravam em contato com elas e as traziam para cá, quando regressavam da viagem; e 3- o movimento de importação de livros, revistas e jornais do 'velho mundo', com informações relativas ao socialismo europeu".

Quanto às obras escritas por Marx ou Engels - seu mais próximo colaborador e "co-fundador" do marxismo - é interessante lembrar que, à época em que seus autores viviam, tinham tiragens que variavam de 1 mil a 2 mil exemplares - excepcionalmente, 3 mil -, conforme levantamento realizado por Edgard Carone em "O marxismo no Brasil". É de notar que, mesmo na América Latina, a chegada das idéias de Marx foi diferenciada. Ganha destaque, aqui, a Argentina que, já no século passado, contou com uma tradução castelhana do primeiro volume de "O Capital", feita pelo líder do Partido Socialista Argentino, Juan Bautista Justo. Mas no geral, as obras de Marx e Engels só foram publicadas no nosso Continente após a morte dos autores, em especial a partir deste século. Estas são dificuldades adicionais

ao estudo do pensamento e método marxistas na América Latina no século passado.

Analisando esse período, escreve José Nilo Tavares no livro "Marx, o socialismo e o Brasil": "Marx, vivo, esteve presente no Brasil? Sim e não. Sim, através das várias formas do socialismo que muito cedo incorporam-se ao pensamento político brasileiro, e enquanto socialismo e marxismo expressam as mais profundas reivindicações de direito à vida e à justiça partidas da classe operária. Sim, através dos efeitos indiretos, e algumas vezes diretos que o seu pensamento e a sua ação, de teórico e dirigente, exerceram sobre o movimento revolucionário na América Latina. Não, como presença atuante e viva, portando uma pesada e rica bagagem de instrumental transformador".

**Primeira referência
no Brasil a
Marx data de 1872,
em jornal
republicano recifense**



A elaboração do método marxista - a concepção materialista dialética - foi uma contribuição nova para o conhecimento do homem sobre o mundo em que vive e se desenvolve. Um avanço espetacular e inigualável na aproximação entre o saber humano e a realidade objetiva. O próprio Marx escreveu, certa vez, sobre suas idéias, "(...) qualquer que seja o juízo que mereçam, e por muito que se choquem com os preconceitos interessados das classes dominantes, são o fruto de longos anos de conscienciosa investigação" (prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política").

"Todo o começo é difícil - isto vale em qualquer ciência (...)", afirmou o mesmo Marx no prefácio ao "O Capital". Assim, não seria fácil para os latino-americanos a compreensão do método dialético, ainda mais que, as próprias obras marxistas eram de difícil acesso, e sem que a base que lhes originou - o desenvolvimento capitalista e a formação do proletariado - existissem aqui no Continente.

Como curiosidade, vale citar o caso do belga Raymond Wilmart que, ligado à Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), correspondia-se da Argentina, onde morava, com Marx. Numa de suas cartas, pede a Marx informações e livros - inclusive "O Capital" -, alertando, porém, que dificilmente o livro seria lido, pois os socialistas latino-americanos não faziam esforços para pensar.

Assim, se mesmo hoje, quando a América Latina e o Brasil possuem uma classe operária numericamente expressiva, e inclusive partidos que postulam o marxismo, a assimilação do método dialético materialista é tarefa que exige árduo esforço, estudo e perseverança, quanto mais àquela época.

Segundo Vamireh Chacon, em sua "História das Idéias Socialistas no Brasil", a "sombra gigantesca" de Marx apareceu no Brasil, pela primeira vez, nas páginas do jornal republicano recifense "O Seis de Março", nº 17, de 25 de março de 1872 - exatos 50 anos antes da fundação da organização política que assumiria abertamente a defesa do marxismo, o Partido Comunista do Brasil, em 25 de março de 1922. Trata-se da reprodução do artigo "O Dr. Carlos Marx", da revista "Ilustração Espanhola", que antes havia sido reproduzido na edição de 29 de fevereiro de 1872 da revista brasileira "Echo Americano", publicada na Inglaterra.

Alguns intelectuais brasileiros tomaram conhecimento das idéias de Marx, ainda no século passado ou início deste. Um deles foi Tobias Barreto, que chegou a citá-lo no discurso de colação de grau de bacharéis, em 1883 -ano da morte de Marx: "Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis(...) Logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes". Contudo, é bom lembrar que Tobias Barreto nunca foi marxista ou defendeu o marxismo. Em outra oportunidade afirmou: "(...) o instituto da Internacional" (dirigida por Marx e Engels) "é para mim a organização da loucura".

Outro a tomar contato com as idéias marxistas foi Euclides da Cunha, que assim se referiu a elas: "Nada de idealizações: fatos, e induções inabaláveis resultantes de uma análise rigorosa dos materiais objetivos; e a experiência e a observação, adestradas em lúcido tirocínio através das ciências inferiores; e a lógica inflexível dos acontecimentos; e essa terrível argumentação terra-a-terra, sem tortuosidades de silogismos, sem o idiotismo transcendental da velha dialética, mas toda feita de axiomas, de verdadeiros truismos, por maneira a não exigir dos espíritos o mínimo esforço para a alcançarem, porque ela é quem os alcança independentemente da vontade, e os domina e os arrasta com a fortaleza da própria simplicidade" (texto contido em "Contrastes e Confrontos").

Euclides da Cunha chegou a fundar uma associação operária em São José do Rio Pardo, de caráter socialista. Contudo, sua admiração por Marx não levou-o a adotar o método materialista dialético em sua produção literária, antes influenciada pelo pensamento positivista, como se pode ver no seu "Sertões", onde chega a esposar conceitos racistas ao tratar de índios, negros e mestiços.

Por caminhos diversos, os ecos do marxismo continuavam ressonando no Brasil. Em 1901, o jornal "O Trabalho - órgão das classes artísticas e operárias" - trazia um medalhão de Marx na primeira página, com os dizeres "Proletários de todos os países, uni-vos". Outras publicações operárias tam-

bém referiam-se a Marx, geralmente colocando suas idéias ao lado das de outros teóricos do movimento trabalhista e socialista, como Proudhon, Fourier, Saint-Simon etc.

Mas os estudiosos do assunto consideram que foi o médico sergipano Silvério Fontes, que formou-se no Rio de Janeiro e passou a maior parte de sua vida em Santos - participando inclusive do movimento operário - " (...) o primeiro marxista brasileiro, de militância política (...)", no dizer de Vamireh Chacon. Silvério Fontes morreu em 1928, e no fim da vida aderiu ao Partido Comunista do Brasil.

**Revolução bolchevique
empolgou
líderes anarquistas
e intelectuais,
como Lima Barreto**



A Revolução de Outubro, na Rússia, em 1917, despertou entusiasmo em todo o mundo. No Brasil, onde os anarquistas predominavam no movimento operário, ela foi saudada e apoiada. As notícias sobre os acontecimentos na Rússia eram confusas. Sabia-se que um partido operário havia tomado o poder. Mas não se tinha notícia clara sobre quem eram suas lideranças e o que postulavam. Muitos acreditavam serem anarquistas os homens que comandavam o novo poder soviético. E fundaram, inclusive, um "Partido Comunista do Brasil", de orientação anarquista, em 1919. Partido de existência breve.

Com o tempo, ficou claro que Lênin e seus camaradas não eram anarquistas, mas sim marxistas. E muitos ativistas operários continuaram a defender a Revolução Russa, e buscando se inteirar sobre o marxismo e suas propostas.

A revolução bolchevique empolgou, também, intelectuais, como Lima Barreto. O autor de "O triste fim de Policarpo Quaresma" escreveu um "Manifesto Maximalista" (a palavra era uma tradução de "bolchevista"). Faleceu em 1922, mesmo ano em que é fundado o Partido Comunista do Brasil, com a destacada participação de Astrojildo Pereira - "um intransigente libertário" (anarquista), como ele próprio se definia.

Antes, o ideal socialista estivera presente em várias lutas brasileiras. Ao tempo da colônia e do império, as lutas nacionalistas tinham também seu lado igualitarista na Conspiração dos Alfaiates, em 1798; na Inconfidência Insurrecional de Pernambuco, em 1817 etc. "O pioneiro movimento socialista, laico no Brasil, apareceu em Pernambuco, nos meados do século XIX, como repercussão do socialismo francês pré-marxista, ou 'utópico', de Saint-Simon, Cabet, Fourier, Louis Blanc, Proudhon, Leroux, e do cristianismo social de Lammenais e Lacordaire", escreve Vamireh Chacon.

Foram inúmeras as tentativas de organização da nascente classe operária brasileira, na virada do século, em torno do projeto socialista. Chegou inclusive às mãos de Engels, que lia português, uma publicação brasileira com matéria sobre um partido operário e seu programa, em 1893. O então dirigente da II Internacional fez um comentário pouco elogioso sobre o assunto, em carta de 26 de janeiro de 1893, endereçada a Karl Kautsky: "(...) a importância desses partidos sul-americanos está em relação inversa à retumbância de seus programas".

A fundação do PCdoB, em 1922, contudo, alterou esse quadro no país. Trata-se hoje do mais antigo partido político existente no país. Todos os autores e estudiosos - mesmo os declaradamente anticomunistas - concordam que, com o Partido Comunista do Brasil, começou a difusão do marxismo no Brasil.

"Mas a classe operária, ao fundar seu partido, é ainda bastante jovem. Somente durante a I Guerra Mundial o capitalismo no Brasil adquire maior impulso. Se expande a indústria leve, particularmente o ramo têxtil, e se ampliam os meios de transporte marítimo e ferroviário. Junto com a burguesia, se desenvolve o proletariado, que vende sua força de trabalho não só a capitalistas nacionais, como também, a empresas imperialistas. A classe operária se compõe em boa parte de elementos provindos do campo e de trabalhadores de oficinas e pequenas empresas, notadamente padeiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, gráficos, ferreiros e outros setores profissionais. O movimento sindical, ainda que combativo, apresenta muitas debilidades. O proletariado mal começa a adquirir consciência política. Nele influem imigrantes estrangeiros que, embora tragam experiência de luta e espírito de organização, são, em geral, partidários do anarco-sindicalismo. Até então, o marxismo não é conhecido no Brasil e, mesmo entre a intelectualidade avançada, prevalece o anarquismo", analisa o documento "50 anos de luta", escrito pela direção do PCdoB em 1972.

Não há dúvida: a divulgação do marxismo no Brasil tem início com a fundação do Partido Comunista, em 1922. Criada como Seção da Internacional Comunista, a organização, cedo, conhece as perseguições, e tem o seu trabalho, tanto como organizador dos proletários, como de divulgador de uma política revolucionária e da teoria que embasa essa política, extremamente dificultado. E é através do Partido Comunista que chega às mãos dos brasileiros a primeira edição de uma obra de Marx e Engels: o "Manifesto do Partido Comunista", escrito em 1848, com tradução de Octávio Brandão - dirigente comunista brasileiro - também vindo do movimento anarquista. Antes publicado nas páginas do jornal "Voz Cosmopolita", em 1923 - edição, por sinal, apreendida -, o texto sai em forma de livro em 1924, com sua tradução feita "nos dias amargos de maio, junho

e julho de 1923, como um protesto contra as perseguições ao Partido Comunista do Brasil”, segundo o tradutor (citado por Edgard Carone, no livro “Da esquerda à direita”).

Cabe destacar a importância fundamental da Internacional Comunista e da União Soviética na divulgação dos materiais marxistas. Se no início os brasileiros tinham poucas possibilidades de acesso à literatura dos fundadores do socialismo científico, a partir da fundação do Instituto Marx-Engels, de Moscou, em 1920, e da ligação orgânica do partido brasileiro com a Internacional, traduções das obras marxistas para o francês e o espanhol, feitas na Rússia - em especial após a II Guerra Mundial - serão a base para versões brasileiras ou para o acesso aos textos em línguas estrangeiras de maior domínio entre os brasileiros, até os anos 60.

**Positivismo influente
no pensamento
brasileiro dificultou
a acolhida
às idéias de Marx**



Há de se considerar que, se a divulgação de obras marxistas é um primeiro passo fundamental para conhecimento de seu ideário, outra coisa é a assimilação da nova concepção de mundo. Nos primeiros anos deste século, quando o marxismo começa a ter alguma ressonância entre nós, o pensamento brasileiro está dominado pelo cientificismo - em especial, o positivismo que levou inclusive a colocar a legenda “Ordem e Progresso” na bandeira do país. E o cientificismo facilita o ecletismo, a junção de idéias muitas vezes contrárias umas às outras, mas com o selo da “ciência”. Ao par disso, é notório o desprezo pela filosofia - por uma concepção globalizante do conhecimento - dentre os intelectuais da época. E, nas universidades, a bem da verdade até os anos 60, eram raríssimas as referências ao marxismo - a não ser no sentido de combatê-lo - e praticamente inexistente a adoção de obras marxistas, mesmo que com o intuito de refutá-las.

As dificuldades dos proletários e da esquerda brasileira, de lá para cá, ora aumentam, ora diminuem. Mas sempre existem. E isso se reflete, também, na divulgação da literatura marxista e na própria elaboração teórica com o método materialista dialético no país. As dificuldades, porém, não impediram o esforço contínuo dos comunistas em apreender e divulgar o marxismo.

O papel do Partido Comunista é relevante. Não apenas por sua trajetória política de defesa intransigente da revolução e dos princípios marxistas - chegando o partido a ser reorganizado em 1962 justamente em defesa destes princípios, abandonados pela direção após seu 5º Congresso, no final da década de 50. Mas também por seu esforço editorial e pela realização de cursos, palestras, debates, semi-

nários, apresentando a atualidade das idéias de Marx e buscando desenvolvê-las.

Não é fácil - na verdade, é praticamente impossível - realizar um levantamento detalhado das atividades partidárias ao longo da sua existência. Basta lembrar que em junho de 1923 - pouco mais de um ano após ter sido fundado - o Partido Comunista já teve todos os seus arquivos confiscados pela polícia do Rio, na época a capital do país. Em sua longa trajetória, foram inúmeras as perseguições policiais, invasões de sedes e gráficas, prisões, torturas e mortes de seus dirigentes, confisco, inclusive, das bibliotecas pessoais de militantes ou amigos do partido. Os dados sobre publicações são inexatos. Muitos títulos saíram em nome de editoras diversas, que não tinham relações visíveis com o partido. Outros, simplesmente, foram publicados na clandestinidade. O órgão central do partido, “A Classe Operária” - ainda hoje sendo editado -, é um exemplo. A primeira fase de sua existência foi de maio a julho de 1925, quando foi fechado pela polícia. Depois, alternou sua publicação entre períodos legais e clandestinos. Se atualmente, como o partido, é legal, com sede conhecida e nome registrado, na maior parte de sua existência não foi assim.

Se com o papel impresso isso acontece, o que dizer sobre cursos, seminários, palestras etc? Até hoje são realizados, mas não contabilizados. Em 1954, contudo, foi publicado um balanço desse tipo de trabalho teórico, realizado a partir de 1951. Está na revista “Problemas”, n. 64. Diz a revista: “(...) passaram pelos cursos elementares do partido, de 4 e menos dias, 1960 alunos; pelos cursos médios, de 6 a 15 dias, 1492; e pelo curso superior do Comitê Central, 554 alunos”. A estes, deveriam ser acrescidos os cursos ministrados a comunistas brasileiros pelo Partido Comunista da União Soviética, na Rússia, que tiveram, também, inegável papel na formação de nossos marxistas.



**Queda dos regimes
do Leste europeu
coloca novos desafios
para o
pensamento marxista**

O primeiro esforço de avaliação da nossa realidade com o instrumental teórico marxista, foi o do tradutor do “Manifesto do Partido Comunista”, Octávio Brandão. Em 1924 ele escreve “Agrarismo e Industrialismo - ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”. Sintomaticamente, assina o livro com o pseudônimo de Fritz Mayer e dá como local de impressão Buenos Aires, embora ela tenha ocorrido no próprio Brasil, para burlar a perseguição governamental.

No geral, as iniciativas de uma análise marxista de vários problemas fica ao sabor do esforço individual

de militantes ou intelectuais que adotam o materialismo dialético. E leve-se em conta, aqui, o que foi dito anteriormente sobre a influência cientificista, positivista e eclética entre os nossos estudiosos. Na vida orgânica, "(...) o Partido elabora seu programa, aprovado no IV Congresso, realizado em 1954. É o primeiro programa por ele elaborado em toda sua existência. A aprovação deste documento, correto em seus elementos essenciais, constitui grande êxito e já revela certo domínio do marxismo-leninismo e da realidade nacional (...)", diz o documento "50 anos de Luta", acrescentando, adiante: "Mas a elaboração do Programa não significa mudança de profundidade com relação às concepções estranhas ao proletariado."

Com os acontecimentos da União Soviética após o XX Congresso do PCUS e a mudança da orientação política e econômica comandada por Nikita Kruschov, o movimento comunista mundial enfrenta grave crise. Entre os comunistas brasileiros trava-se acirrado debate político e ideológico. A orientação kruschovista é adotada pela direção do Partido Comunista, e seus adversários, como João Amazonas e Maurício Grabois, são afastados dos órgãos dirigentes. O partido muda de nome - para "Partido Comunista Brasileiro" - e retira do estatuto a afirmação de que se orienta pelo marxismo-leninismo e pelo internacionalismo proletário - preconizado por Marx e Engels no Manifesto de 1848.

Em 1962, Amazonas, Grabois, Pedro Pomar, Elza Monerat, Carlos Danielli, Ângelo Arroio, Lincoln Oest, dentre outros, reorganizam o Partido Comunista do Brasil, reafirmando o marxismo-leninismo e o programa revolucionário da organização. O partido participa abertamente do debate internacional em torno da teoria marxista, combatendo as idéias de Kruschov e seus sucessores, ao tempo em que esforça-se por analisar e atuar na realidade brasileira em defesa do socialismo e do marxismo. Boa parte de sua direção é assassinada, nos anos da ditadura militar.

Mesmo enfrentando a mais cruel ditadura de nossa história, que mantém o partido na ilegalidade e persegue comunistas, patriotas e democratas, a organização sobrevive e cresce. Com o fim do regime dos generais, o partido recupera a legalidade.

Nova crise atinge o movimento comunista mundial no final dos anos 80 e início dos 90. Os países que adotaram o socialismo no Leste Europeu retornam ao capitalismo. A União Soviética deixa de existir.

Em meio a essa crise, o Partido Comunista do Brasil reafirma mais uma vez seu ideal socialista e a validade do manancial teórico legado por Marx e desenvolvido por Lênin. É a fase que vivemos atualmente. Após 110 anos de sua morte, Marx e sua obra são vítimas do maior ataque já visto a uma concepção de mundo.

A queda dos regimes do Leste Europeu e o estu-pendo ataque ao socialismo que a seguiu, colocaram

para os marxistas questões profundas para serem respondidas. Em primeiro lugar, nenhum país socialista abandonou o regime por uma invasão capitalista externa. Pelo contrário, ao maior ataque político-militar que o socialismo sofreu no século - a agressão nazi-fascista -, ele respondeu com a vitória sobre Hitler e seus aliados, e a formação do campo socialista.

O socialismo foi golpeado por dentro. Kruschov, Brejnev, Gorbachov, Yeltsin - para ficar só em exemplos soviéticos -, eram integrantes do Partido Comunista da União Soviética, que mudaram a orientação do partido e terminaram por liquidá-lo. Assim como Ramiz Alia, na Albânia, foi quem comandou a extinção do Partido do Trabalho, fundado por Enver Hoxha, após uma vida de militância nessa organização.

O assunto carece, e muito, de aprofundamento. Mas vai se tornando consenso a debilidade na própria assimilação e domínio do marxismo como um dos principais - se não o principal - causadores desse retrocesso histórico. Ganha ainda mais intensidade - nesse sentido - a afirmação de Lênin: "Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário".

A necessidade premente da atividade revolucionária, da intervenção direta na política cotidiana para fazer frente ao capitalismo e transformar a proposta socialista e seu ideário numa força material assimilada pelas massas, é uma pressão forte no sentido de se abandonar o rigor teórico na análise de uma realidade, para sua transformação em palavras de ordem mobilizadoras. Uma submissão da teoria materialista - dialética e da análise do real - que, em especial nas questões sociais, dificilmente é imediatista -, à política. A urgência de resultados imediatos, que possibilitem um aumento da participação dos explorados na luta emancipadora, acabam por rebaixar a análise científica de uma realidade dada, com toda a sua complexidade e possibilidades de ação revolucionária.

Passados 110 anos da morte de Marx, e 75 anos da Revolução de Outubro - que colocou o desafio prático de construção do socialismo -, o capitalismo continua mergulhando o mundo na barbárie. O socialismo, a sociedade sem exploradores e explorados, que ruma para o fim da pré-história da humanidade, para o desenvolvimento pleno do ser humano, é a grande aspiração dos povos. E o método dialético-materialista, resultante das pesquisas e ação de Marx, Engels e seus seguidores, mantém-se como o instrumental apto a possibilitar as ações visando superar as dificuldades presentes. Marx continua vivo!

Marx, 110 anos: clássico e... dramaticamente atual

DERMEVAL SAVIANI

O clássico revela um traço irrecusável da vida humana ou fornece uma diretriz metodológica eficaz ao enfrentamento dos problemas fundamentais com os quais os homens se defrontam na sua existência

•44•

O Registro dos 110 anos da morte de Marx ocorre em circunstâncias bastante distintas daquelas que marcaram o centenário comemorado há dez anos atrás. Em 1983, aproximadamente metade da humanidade vivia em regimes políticos que se proclamavam inspirados nas teorias elaboradas por Marx. Hoje, o desmoronamento dos referidos regimes tende a ser interpretado como indicador do equívoco, não apenas do marxismo, mas das próprias teorias de Marx. Essa situação merece ser analisada, pelo menos sob dois aspectos:

Em primeiro lugar, cabe observar que em razão de sua enorme influência, além das diferentes interpretações que ensejou no seio do próprio marxismo, o pensamento de Marx tendeu a dividir a humanidade em geral e, em especial, o mundo intelectual em dois campos opostos: aquele dos que aderiam a ele e aquele dos que a ele se opunham; ficando dificultada, em ambos os casos, a apreciação serena da força lógica da teoria e de seu poder explicativo da realidade objetiva. Nesse sentido pode-se dizer que, retirando-se da arena apaixonada das disputas políticas, torna-se possível uma avaliação mais objetiva da consistência do pensamento de Marx e de seu real significado para a história da humanidade. Assim, pode-se dizer que uma primeira reflexão sobre o desmoronamento dos regimes do Leste Europeu o toma não como uma tragédia, mas como um fato auspicioso para o nosso posicionamento diante do pensamento de Marx. Em lugar de jogá-lo na lata do lixo da História como sugere o triunfalismo apressado, tão fácil quanto falaz, de seus opositores, cabe considerá-lo serenamente como um clássico.

Com efeito, o clássico se distingue tanto do tradicional como do moderno. Se o pensamento tradicional

se vincula a uma época que, uma vez ultrapassada, também o torna ultrapassado; e se o pensamento dito moderno se refere a uma época presente sendo frequentemente tão efêmero quanto o momento a que se vincula, o pensamento clássico é aquele que resiste ao tempo e, embora tendo surgido em uma época determinada, mantém-se como referência mesmo para as épocas ulteriores. E isso em razão da profundidade no trato dos problemas ou pela forma paradigmática com que os mesmos são enfrentados. Em consequência, um clássico é tal à medida em que revela um traço irrecusável da vida humana ou fornece uma diretriz metodológica eficaz ao enfrentamento dos problemas fundamentais com os quais os homens se defrontam no transcurso de sua existência. Ora! Marx preenche, inegavelmente, ambos os requisitos. Com efeito, com ele o caráter radicalmente histórico da existência humana se tornou uma conquista definitiva da humanidade.

A partir da análise do capitalismo, forma histórica transitória e superável, revela-se um traço essencial cuja compreensão se projeta ao mesmo tempo sobre as épocas anteriores e posteriores àquela analisada. Por outro lado, também com Marx a razão dialética não apenas se torna consciente de si mesma (o que já havia ocorrido antes de Hegel), mas se constitui na via pela qual se pode compreender o movimento real da história humana em seu complexo desenvolvimento. Essas são conquistas e contribuições que nem o adversário mais renitente, se imbuído de um mínimo de isenção, ousará negar a Marx. Trata-se, pois, de um clássico com lugar assegurado ao lado de Aristóteles, Descartes, Kant e Hegel ou de Pitágoras, Euclides, Copérnico, Galileu, Newton e Einstein.



Mas há um outro aspecto que importa destacar nessa conjuntura da comemoração dos 110 anos da morte de Marx. É que, além de um clássico, Marx continua sendo extremamente atual.

O socialismo é apenas o nome dessa forma social que se gesta no próprio interior do capitalismo



A afirmação supra evidentemente vai contra a direção para onde os ventos estão soprando, ainda que por pouco tempo, direção esta que tende a considerar o pensamento de Marx como definitivamente ultrapassado. E se ousarmos perguntar: onde se baseia essa conclusão? A resposta virá rápida e fulminante: é só olhar para os últimos acontecimentos da ex-União Soviética e do Leste Europeu.

Entretanto, como escrevi na Apresentação do livro "Educação e questões da atualidade", (pp. 12-13), se nos reportarmos ao próprio pensamento de Marx, iremos verificar que seu empenho se dirigiu no sentido de compreender cientificamente as leis da transformação e desenvolvimento do processo histórico, como assinala uma resenha crítica de *O Capital* publicada no *Mensageiro Europeu* em 1872 e transcrita no prefácio à segunda edição alemã de *O Capital*: "Quando Marx fixa, como seu propósito, pesquisar e esclarecer, desse ponto de vista, a ordem econômica capitalista, ele está apenas estabelecendo, com máximo rigor científico, o objetivo que deve ter qualquer investigação correta da vida econômica(...) O valor científico dessa pesquisa é patente: ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e sua substituição por outro de mais alto nível. É esse o mérito do livro de Marx."

Na pesquisa levada a cabo por Marx, o "organismo social" referido se materializa na sociedade capitalista. É esta que Marx estuda e cujas leis de nascimento, existência, desenvolvimento, morte e substituição por outra de mais alto nível, ele revela. O socialismo é apenas o nome dessa forma social de mais alto nível que se gesta no interior do próprio capitalismo e a partir de suas contradições internas. Mas Marx não estudou a sociedade socialista e, como cientista, nem poderia fazê-lo; e isso pela simples razão de que esse novo tipo de sociedade não estava - e não está ainda - constituído. Para Marx essa nova forma social só se constituiria após o esgotamento pleno de todas as possibilidades contidas no próprio capitalismo, como se patenteia nesta passagem do prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*: "Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe

substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade”.

Ora, se ainda hoje não se esgotaram todas as possibilidades do capitalismo, compreendem-se as dificuldades do chamado “socialismo real”, cuja origem data do início deste século. Por outro lado, essa experiência, além de não se ancorar no desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas, foi uma tentativa localizada, parcial e paralela à sociedade capitalista, tendo esta continuado a se desenvolver nas outras partes do mundo. No entanto, para Marx, a nova forma social só pode prevalecer quando se manifesta, senão de fato, pelo menos como tendência, enquanto forma dominante e global. Assim é que o final do já citado prefácio à segunda edição alemã de *O Capital*, após referir-se ao caráter crítico e revolucionário da dialética, considera que, para o burguês prático, as contradições do capitalismo são captadas de modo mais evidente nas crises periódicas que culminam na crise geral. E acrescenta que a crise geral “de novo se aproxima, embora ainda se encontre nos primeiros estágios; mas, quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos, fará entrar a dialética mesmo na cabeça daqueles que o bambúrio transformou em eminentes figuras do novo sacro império prussiano-alemão”.

**A era moderna entrará
numa era das
trevas ainda antes
de terminar
o século vinte**



A expressão: “quando tiver o mundo por palco”, deixa evidente que a superação do capitalismo só pode se dar de forma global. Parece plausível, portanto, a conjectura de que se Marx tivesse acompanhado a experiência da União Soviética ele não teria ilusões a respeito e não estaria surpreso com os eventos que se sucedem hoje naquele país. Em verdade, o que se comprova com os acontecimentos do Leste Europeu é que a tentativa de se implantar o socialismo “num só país” ou em apenas uma parte do mundo se revelou inviável. Fracassou, pois, o socialismo como solução parcial; mas não se pode dar como comprovada a inviabilidade do socialismo como solução global. Agora, após a queda dos regimes ditos comunistas, “o Rei está nu”. Não se pode mais alegar a existência de problemas do socialismo paralelamente, em contraponto, aos problemas do capitalismo. Todos os problemas do mundo de hoje são problemas do capitalismo. E precisam ser resolvidos, isto é, superados, o que implica a superação do próprio capitalismo como totalidade.

Como constata Robert Kurz no recente livro *O Colapso da Modernização*, publicado em 1991 na Alemanha e traduzido no Brasil pela Paz e Terra em

1992, “a lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente” (p. 206). E através de dados e documentos, mostra como a crise avança com toda a força, instalando-se já no seu núcleo, isto é, o Ocidente, “a última ilha de normalidade aparente”. O diagnóstico resultante dessa análise que se desdobra da teoria econômica de Marx conduz à conclusão de que “a chamada Era moderna entrará já antes de terminar o século XX numa *era das trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo. O caráter singular desse desastre da modernização, que somente por último atingirá seu causador, o Ocidente, consiste, por um lado, em sua dimensão social mundial, e por outro, na enorme dinâmica desse sistema. Ninguém pode prever a duração desta maior época de crise da história, nem as formas que percorrerá” (p. 222). No entanto, “é possível que a *era das trevas* da crise do sistema produtor de mercadorias, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, abranja boa parte do século XXI” (p. 223).

É esse o quadro que se nos descortina no limiar do terceiro milênio: superação do capitalismo ou destruição da humanidade e do planeta; socialismo ou barbárie. Essa situação se reveste de particular dramaticidade porque não está em causa apenas a substituição de um regime econômico-político por outro, mas a própria sobrevivência da humanidade. E a responsabilidade das esquerdas, isto é, de todos aqueles que de algum modo reconhecem o mérito da contribuição de Marx, consiste em desencadear, desenvolver e organizar permanentemente a luta diuturna pela superação do capitalismo, luta essa que coincide com a defesa da humanidade em seu conjunto. Para tanto, a consciência da situação, embora não suficiente, é uma condição prévia, necessária e indispensável. Tal consciência é viabilizada pelo desenvolvimento da teoria cujas bases foram formuladas por Marx. Mas para que a teoria saia do estado propriamente teórico e se converta em verdade prática é necessário que ela seja assimilada por contingentes cada vez mais amplos de sujeitos sociais, emergindo como agentes efetivos da prática histórica. E isso pressupõe um trabalho educativo sem o qual resultará impossível a mobilização da população para a realização das transformações necessárias. A educação emerge, pois, como uma prioridade não apenas na esfera das chamadas políticas públicas mas também no âmbito das organizações progressistas e, *a fortiori*, revolucionárias. Nesse contexto cabe concluir que, passados 110 anos de sua morte, Marx se tornou um clássico mas continua atual, dramaticamente atual.

DERMEVAL SAVIANI é Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Educação e Diretor Associado da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Apontamentos para uma estética marxista

ICHI TERUKINA

A primeira parte deste artigo, abordando problemas de uma estética materialista, foi publicada na Princípios, nº 28. Restando ainda a publicar a terceira e última parte.

Uma das características fundamentais da arte é a participação ativa dos sujeitos na produção do objeto artístico.

Esta participação dos sujeitos assume duas direções fundamentais: de um lado o sujeito como criador do objeto artístico e de outro o sujeito como valorizador de tais objetos. Neste sentido a caracterização de arte como *meio ou veículo* de expressão é completamente exata. Sem dúvida, quando distinguimos as duas direções fundamentais que refletem o tipo de compromisso que existe entre o sujeito com relação ao objeto artístico, a definição básica da arte como meio de expressão se torna insuficiente. Isto ocorre porque ao desdobrar-se cada uma destas relações em sujeito-objeto (processo da criação estética) e objeto-sujeito (processo da valoração estética), afloram certos problemas específicos que ao serem confrontados geram uma série de antagonismos insolúveis que, por outro lado, tem propiciado toda a sorte de discussões bizantinas e tem se afastado do problema central da teoria da arte e da estética. Assim, podem encontrar-se muitos exemplos em que destacados estetas de tendências filosóficas opostas se encontrem em uma mesma trincheira defendendo, em queda de braço, a função social da arte ou, pelo contrário, levantando a bandeira intransigente da autonomia da arte em relação a todas as coisas.

Parece imprescindível, pois, aproximar-se dos problemas fundamentais da estética com a simplicidade e transparência que só um observador sem preconceitos poderá conseguir. Ou seja, há necessidade urgente de uma atitude que nos incite a debruçar sobre o objeto específico de nossa reflexão, a voltarmos para os produtos e as criações em si e alcançar, através deles,

as particularidades que nos revelam as ações e atividades específicas que governam sua criação e avaliação como objetos humanizados.

Se decompuermos a tríade fundamental do processo artístico: artista (sujeito) - obra de arte (objeto) - sociedade (sujeito), obteremos dois tipos de relações sujeito-objeto que se opõem dialéticamente. Por um lado teremos a relação artista-objeto artístico e, por outro lado, objeto artístico-sociedade.

Imediatamente, se pode observar que: enquanto na primeira relação o objeto é o fim de um longo processo de criação, no segundo par (objeto-sujeito) se observa o mesmo objeto como *princípio* de um processo que culminará na valoração social deste. Em ambos os casos existe uma confrontação sujeito-objeto, mas também são confrontações que possuem um sentido oposto. A primeira (sujeito-objeto) tem um caráter primordialmente prático, em geral, individual, já que o artista enfrenta a resistência da matéria. Ele deve possuir todos os conhecimentos técnicos que lhe permitam inibir ou liberar certas qualidades sensíveis e dinâmicas da matéria, a fim de formular esteticamente sua consciência individual. Por outro lado, na segunda relação (objeto-sujeito) a confrontação é fundamentalmente arbitrária e ideológica. Com isso não pretendemos negar o fundamento ideológico que necessariamente induz o artista a expressar-se através de um meio específico, tampouco queremos limitar a avaliação do objeto artístico a seu aspecto puramente ideológico.

Apenas buscamos acentuar o caráter dominante que assume em cada um destes processos que desmembramos e que, ademais, nos revelam as peculiaridades de cada um dos lados do processo.

A primeira parte do processo artístico geral (sujeito

artista-objeto artístico) coincide com os problemas que foram colocados em relação ao processo da criação estética ou, como diriam alguns estetas, poética. Este lado do processo tem sido analisado e estudado com mais persistência, em geral, pelos filósofos e estetas, os quais tem se orientado pela tendência da arte pela arte e do formalismo. A outra parte do processo artístico (objeto artístico-sujeito social valorizador) tem chamado atenção, por sua vez, dos sociólogos e dos estetas que entendem a arte, primordialmente, como um fato social.

O marxismo não se opõe ao indivíduo, mas sim ao individualismo



Cada uma destas tendências contrapostas, defendem certos lugares comuns revelando de uma outra forma, a unilateralidade de seus respectivos enfoques: à supremacia do indivíduo criador, se opõe ao utilitarismo, à exaltação das formas sobrepõe-se ao conteúdo social da arte, etc. Podem-se contrapor até o infinito, teses e antíteses, relativamente ao eixo da contradição criação-valorização, visto que este tem sido o núcleo problemático em torno do qual têm girado as polêmicas de muitas gerações de artistas e estetas. O desenvolvimento indiscriminado desta luta doutrinária, em nossa opinião conjuntural e não de princípios, contribuiu enormemente para distanciar-nos progressivamente do verdadeiro campo de batalha, onde se decidirá finalmente a vitória do exército materialista sobre o debilitado exército idealista.

Como numa guerra de posições, o idealismo se entrincheirou fortemente atrás dos princípios da criatividade artística do indivíduo e isto lhe permitiu, até o momento, escapar habilmente da confrontação decisiva. Este, sob a bandeira da liberdade criativa, tem conseguido recrutar muitos artistas honestos que crêem ingenuamente (para o que tem contribuído consideravelmente o discurso político de esquerda, quase sempre impregnado, de um dogmatismo intransigente sobre os problemas relativos à criação estética) ser o único campo ideológico que oferece a plena liberdade de criação, é aquele que se opõe ao campo ideológico que dele exige: em primeiro lugar, uma contribuição social que, embora totalmente legítima, na maioria das vezes se sobrepõe a individualidade do artista. Assim, tal exigência social se confunde muitas vezes com uma imposição vertical para que o artista iniba sua individualidade, sacrificando-a em favor da sociedade e da revolução.

Mas, o marxismo não se opõe ao indivíduo e sim ao individualismo. Não obstante a leitura superficial de uma das teses fundamentais do marxismo - o homem é um ser social - tenha contribuído para que a interpretemos em um só sentido e quase sempre temos esque-

cido que o ser social é, além de tudo, um ser concreto cuja individualidade não pode ser negada. E a verdade seja dita, o marxismo nunca negou a importância da individualidade do ser social. Por isso, com toda a razão, Stálin afirma: "O marxismo desconhece um socialismo em que todos os homens recebam um salário igual, a mesma quantidade de carne, a mesma quantidade de pão, vistam-se do mesmo modo, recebam análogos produtos alimentícios e na mesma quantidade."

"O marxismo afirma só uma coisa: enquanto não se acabar definitivamente com as classes e enquanto o trabalho não se converter de meio para subsistência do homem em trabalho voluntário para a sociedade, se retribuirá aos homens conforme o seu trabalho. De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo o seu trabalho; esta é a fórmula da primeira fase do comunismo, da primeira fase da sociedade comunista."

"Só na estapa superior do comunismo, cada qual, trabalhando conforme a sua capacidade, receberá por seu trabalho conforme suas necessidades. De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades."

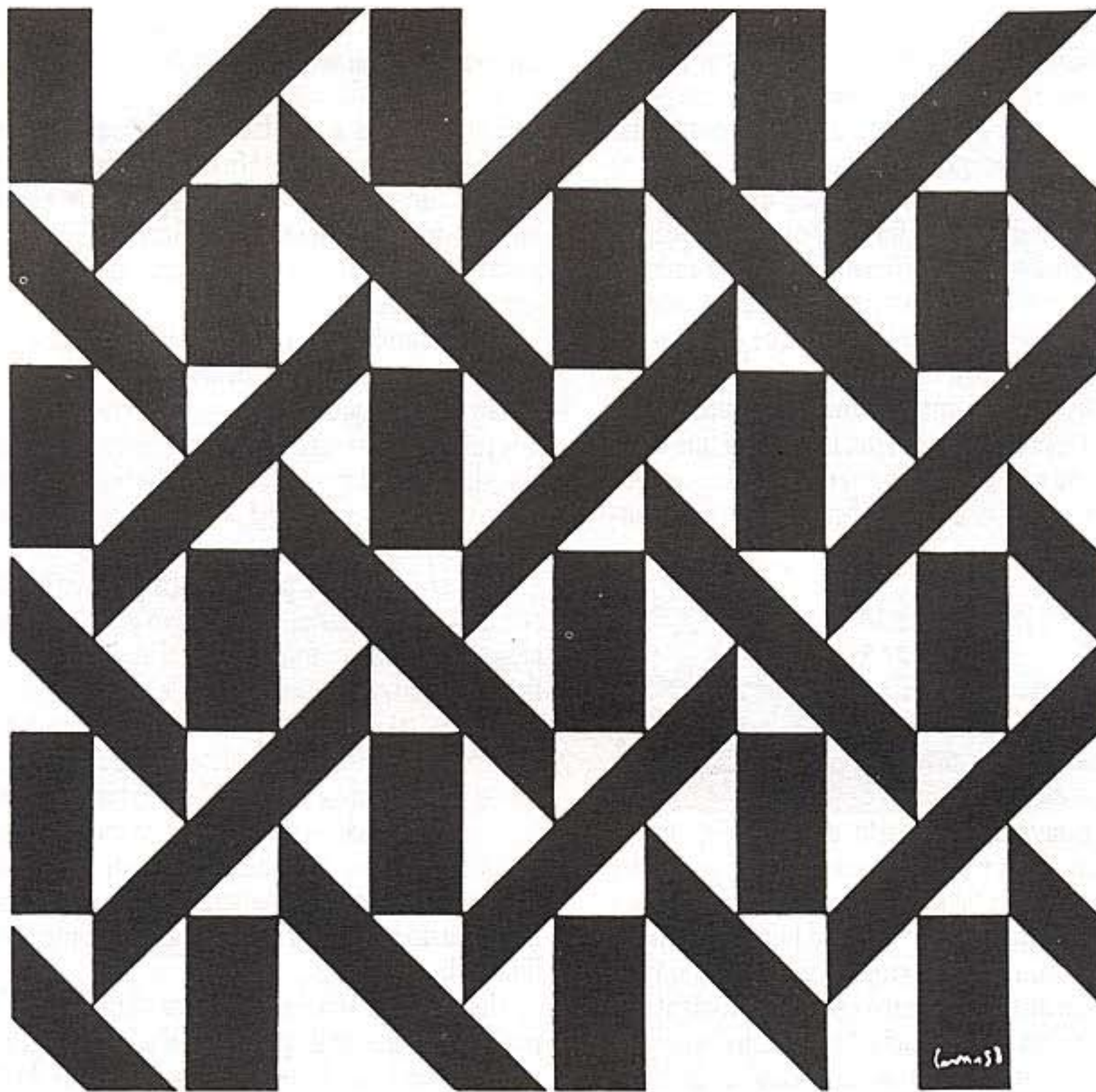
"Está absolutamente claro que pessoas distintas têm e terão sob o socialismo distintas necessidades. O socialismo jamais negou a diferença nos gostos, na quantidade e qualidade das necessidades (...) O igualitarismo tem sua origem no modo de pensar do campesinato individual, na psicologia da divisão de todos os bens por igual, na psicologia do comunismo primitivo. O igualitarismo não tem nada em comum com o socialismo marxista. Só os que não conhecem o marxismo podem imaginar tão rudimentarmente que os bolcheviques russos quisessem juntar todos os bens e reparti-los depois igualmente." (Stálin, 1972, p.144-145)



Hegel colocou a necessidade de retomar a consciência como totalidade

A estrutura da consciência individual (1) tem pouca semelhança com a concepção purista que temos dela. Uma representação aproximada de nossa estrutura ideal pode ser obtida se ao invés de um corte longitudinal dos níveis de nossa consciência, isolando em compartimentos fechados as diferentes formas do pensamento humano, procedermos um corte transversal.

Assim, será possível notar as diferentes sedimentações ideais que se foram acumulando em nossa consciência, como as camadas que se formam nas cascas das árvores, só que ao invés de informar sobre a idade biológica delas, nos revelam a idade filosófica da consciência de um indivíduo concreto (2). Deste modo,



temos acesso a uma nova totalidade, uma totalidade histórica ou, dito melhor, uma totalidade historicizada, uma representação mais fiel das etapas do desenvolvimento de nossa consciência.

Por outro lado, esta totalidade descoberta a partir desse corte transversal da consciência tem a virtude de mostrar-nos as complexas inter-relações que necessariamente se dão entre os diversos níveis de nossa idealidade concreta.

Quando atuamos como indivíduos concretos, na cotidianidade, revelam-se para nós diversas tendências que nos levam a atuar de uma ou outra maneira de acordo com as circunstâncias que se apresentam. Vemos com frequência que, diante de diversos estímulos externos ou internos, agimos espontaneamente movidos por uma consciência que reflete a complexidade de nossos pensamentos, são momentos onde se entrecruzam concepções não superadas (religiosas, mágicas, etc.), com as formas mais elevadas do pensamento humano (ética, estética, científica), o que quer dizer que em cada ato cotidiano se manifestam, como uma totalidade, todos esses modos de racionalizar e intuir a complexa realidade na qual temos que nos mover, enfim, coloca para nós em evidência a unidade e a diversidade de nossa consciência.

A necessidade de retomar a consciência como uma

totalidade foi colocada de maneira científica primeiro por Hegel. Antes de Hegel não tínhamos, ainda, uma visão clara da complexa unidade da consciência humana, pois ela, segundo os cânones racionalistas, se manifestava contraditoriamente: à razão se contrapunha à intuição e ao conceito, o percebido. Esta natureza contraditória da consciência foi resolvida quando se descobriu sua historicidade, ou seja, quando se demonstrou a essência histórica da consciência, que em Hegel toma a forma mística de um automovimento, de uma suposta idéia absoluta, que se move e desenvolve em si mesmo. Portanto, haveria que se esperar Marx para que nos revelasse a verdadeira natureza da consciência humana. Contudo, com a dialética hegeliana se coloca o cimento fundamental para compreender cientificamente as peculiaridades do desenvolvimento histórico da consciência humana.

A concepção dualista da consciência, oposta à concepção monista da dialética, teve sua remota origem nas obscuras épocas onde o homem, não sabendo explicar ainda a dinâmica interna que se produzia no interior de sua consciência, atribuía essa dinâmica à existência de uma alma que se diferenciava de seu corpo. Esta dicotomia corpo-alma, apesar de sua formulação animista, foi em princípio uma observação objetiva da diferença qualitativa que existe entre a

atividade subjetiva do homem e a natureza. Com o tempo, essa formulação foi se complicando até chegar a sua forma final na contradição do ser e do pensar, mas no transcurso desse grande processo de síntese, o conhecimento humano conseguiu separar certos traços essenciais das diferentes formas de manifestação da consciência individual e proclamou a razão como a forma mais elevada do pensamento em detrimento do profundo caráter sensorial e intuitivo que toda a consciência concreta e individual tem como ingredientes fundamentais. Este desmembramento da consciência total, originou prontamente uma inflamada luta entre o racionalismo e as diversas correntes românticas que se opunham à rigidez da cientificidade da razão burguesa.

Tendência positivista de isolar a consciência científica das demais formas de pensamento



Ambos estavam com parte da verdade, mas a corrente da história e o progresso estavam, por certo, do lado da razão, de tal maneira que o sentimento e a intuição foram relegados ao obscuro lugar do inefável e misterioso. Com isto, deixou-se um caminho livre para que o idealismo subjetivo se auto-proclamasse como o dono da consciência humana individual e assim pudesse converter a real individualidade do ser social em um vulgar individualismo.

•50•

Com esta interpretação dualista da consciência, o mais prejudicado foi o poeta. Em primeiro lugar, porque o império da razão se opôs obstinadamente a acolher em seu rigoroso mundo cientificista a peculiar lógica da criatividade artística, com o que atirou aos braços do irracionalismo filosófico o poeta que reclamava à razão burguesa os instrumentos gnoseológicos para apreender a escuridão realidade cotidiana, nutriente fundamental do artista. Em segundo lugar, porque a razão qualificou sempre os sentimentos humanos como um estágio bárbaro da consciência e instou os poetas a subordinarem incondicionalmente seus sentimentos aos imperativos da razão. Esta atitude despótica da razão se deveu, obviamente, aos homens que a detinham e não à razão mesma, cuja necessidade de abarcar o todo é absolutamente legítima.

A tendência positivista de isolar a consciência científica das demais formas de pensamento se foi acentuado paulatinamente. Assim, se deixou de pensar o pensamento como uma totalidade, como se a única forma que merecesse a atenção e a análise dos filósofos fosse a forma do pensar científico, embora, sem dúvida, esta forma de pensar seja a mais alta, foram relegando-se a um segundo plano as diversas formas de consciência que convivem em nossa unidade ideal. O gosto, as intuições e as emoções foram evacuados do

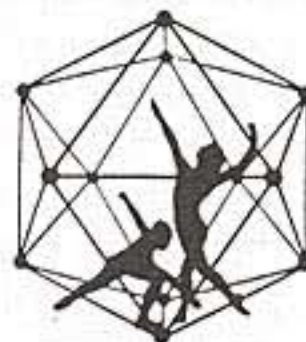
campo do pensamento humano como formas irracionais.

Concebeu-se a unidade da consciência em sua pureza científica e filosófica, erradicando do pensamento humano todas as aberrações que afetavam a pureza do pensamento científico e filosófico. Nos distanciamos, pois, da vida mesma, da vida diária e da cotidianidade.

Nosso modelo de consciência é, então, o de uma consciência onde convivem diversas concepções como estratificações que atestam sua própria historicidade e que refletem, em maior ou menor grau, a idade filosófica de uma determinada consciência individual, segundo as relações estratificadas dos níveis filosóficos correspondentes a essa consciência (3).

Este enfoque que propusemos para enfrentar, em sua multilateralidade, o complexo problema da consciência humana como uma totalidade concreta, não busca “estetizar” a peculiaridade do modo de pensar científico, tal como o faz a filosofia fenomenológica. Pelo contrário, trata-se de devolver à consciência seu modo concreto de existência, e abrir uma nova frente que permita a análise da consciência individual em sua peculiaridade e, por sua vez, opôr à formulação fenomenológica e existencialista uma interpretação marxista do problema da consciência como uma totalidade dada.

Husserl, em seu esforço para “humanizar” o frio positivismo gnoseológico burguês (veja-se por exemplo o rumo tomado pelo neopositivismo de Rudolf Carnap), quis reivindicar a natureza concreta ou totalizadora da consciência humana. Para isso, criticou a unilateral redução clássica do racionalismo burguês de conceber como única fonte verdadeira do conhecimento humano o modo cientificista e objetivista de apropriação da realidade. Tal concepção marginaliza e desvaloriza os múltiplos modos que tem a consciência humana de conhecer e atuar sobre uma realidade absolutamente dialética, posto que a humanidade, desde sempre, recorreu a todo o seu potencial ideal para captar a rica multilateralidade de seu entorno natural e cultural (4).



O homem transforma a si próprio ao criar para si um mundo de objetos humanizados

Mas este intento fenomenológico de revalorizar a consciência humana como uma totalidade (à qual se somou logo o existencialismo), não poderia terminar senão no irracionalismo mais radical, posto que em lugar de subordinar à razão humana o modo estético de assimilar a realidade, reduziu totalmente o pensamento lógico e contaminou a especificidade do pensar científico ao levantar como premissa fundamental da filosofia o caráter sincrético do pensamento cotidiano.

Desse modo, o que Husserl conseguiu foi, em resumo, pôr novamente em evidência a unilateralidade do racionalismo burguês e a complexidade da unidade do pensamento individual, coisa que já havia sido demonstrada de forma brilhante por Hegel.

Para Husserl a unidade de consciência é uma totalidade relativizada ao extremo de chegar a reduzir a essência a seu aspecto puramente fenomênico, cuja resultante é exposta como uma totalidade que turva os traços peculiares das diferentes formas do pensamento humano. Para Hegel, ao contrário, a unidade diversa da consciência é exposta como totalidade histórico-sistemática (Fenomenologia do espírito) e lógico-estrutural (a ciência da Lógica). Portanto põe em evidência as sedimentações e decantações da forma do pensar científico como um produto da superação (e não eliminação) das diversas formas do pensamento humano em geral.

Apesar de tudo, a aproximação fenomenológica à cotidianidade recolocou sobre outras bases o conceito de "totalidade" como uma categoria essencial da filosofia contemporânea. E a polêmica travada entre a fenomenologia e o marxismo, da qual não está alheio o existencialismo, adquiriu, pelo menos na estética contemporânea, um caráter catalizador que obrigou aos estetas a tomada da consciência sobre a necessidade de reformular alguns conceitos-chaves da estética, a partir das luzes projetadas por essa polêmica.

Um dos pontos de convergência mais notáveis entre a estética marxista e a concepção fenomenológica da arte (sobre tudo a chamada fenomenologia empírica) é que ambas reconhecem como princípio de suas teorias: a existência objetiva e o caráter material das obras artísticas. Sem dúvida, enquanto o marxismo dirigiu seu olhar quase que exclusivamente para a problemática da arte em relação à luta política e seu importante papel social como arma ideológica a fenomenologia tem girado principalmente em torno do indivíduo como a marca fundamental de uma totalidade absolutamente abstrata e vazia, porque o interesse da fenomenologia pela materialidade do objeto artístico está não em demonstrar o caráter histórico social do homem, mas, sim, na necessidade de provar a ela mesma a transcendentalidade do homem em seu passar pelo mundo como um ser existente. Em outras palavras, reconhecem a matéria não como o suporte da universalidade material e imaginativa ou ideal, mas como a evidência da "mundanidade" do homem e da necessidade de transcendê-la a fim de livrar-se desse estar-no-mundo, o que, definitivamente, significa que para eles a matéria é um pesado fardo, impedindo-os de sulcar livremente por aqueles mares supra-temporais onde, supostamente, se acha o divino reino da liberdade.

(1) Entende-se a estrutura como uma totalidade dada, ideal ou real.

(2) "Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencendo simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, a própria personalidade se compõe de elementos dos homens das cavernas, princípios da ciência mais moderna e avançada, pré-julgamentos de todas as fases históricas anteriores - mesquinamente localistas - e intuições de uma filosofia futura, como a que deverá ter o gênero humano unificado mundialmente. Criticar a própria concepção do mundo significa, portanto, elevá-la até o ponto em que terá chegado o pensamento mundial mais avançado." (GRAMSCI, 1980, p.12)

(3) É bom esclarecer que a coexistência dos diferentes extratos filosóficos dentro da consciência de cada indivíduo, varia segundo sua própria ideologia. O sentido que pode assumir para cada indivíduo e sua consciência, depende de sua ideologia (conceito que retoma o aspecto totalizador que unifica a visão de mundo de uma determinada classe social, e não como resíduo de uma consciência pré-científica). Quando uma ideologia está em harmonia com o desenvolvimento histórico da humanidade esta terá sempre um sentido progressista e humanista; ao contrário, quando uma ideologia representa um regime anti-histórico, o sentido dessa totalidade será sempre reacionário, buscará retomar às idades animistas, religiosas, etc., da consciência. Buscará, enfim, frear o desenvolvimento da consciência, como uma totalidade, acima de uma consciência científica, ética e estética unificada nos cérebros de todos os indivíduos concretos. As marchas e contramarchas do pensamento humano rumo a uma consciência totalmente científica e humanista é o reflexo da luta ideológica que envolve cada uma das classes sociais em conflito.

(4) O extraordinário trabalho de Levi-Straus "O pensamento selvagem" é um belo exemplo de como o pensamento do homem primitivo, qualificado por muitos racionalistas como um pensamento a-lógico, possuía sua própria lógica que incluía em um todo indiferenciado o conhecimento sensorial, a intuição, os sentimentos mágico-religiosos e os rudimentos de um conhecimento científico.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREW, Dudley. Las principales teorías cinematográficas. Barcelona, Gustavo Gili, 1978.
- FARIAS, Victor. "La estética de César Vallejo. El arte y la revolución". en: Tierra Adentro, julio, no. 4, Ediciones La Fragua, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Introducción a La Filosofía de la Praxis, Madrid, Editorial Fundamentos, 1980.
- LEVI-STRAUS, Claude. El pensamiento selvaje, México, Fondo de Cultura Económica, 1972.
- MARX, Karl. Marx y Engels - Obras Escogidas, Vol. I, Moscú, Editorial Progreso, s.d. Escritos económicos varios - Manuscritos económicos-filosóficos de 1844, México, Editorial Grijalbo, 1966.
- SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. Filosofía de la praxis, México. Editorial Grijalbo, 1967. Ideas estéticas en los manuscritos económicos-filosóficos de Marx", en: Revista Casa de las Américas, no. 13-14. La Habana, 1962.
- STALIN, J. Anarquismo o Socialismo ? México, Editorial Grijalbo, 1972.

ICHITERUKINA é peruano, cineasta, já publicou "Cinegramas", Lima, 1992.

(*) Tradução de Maria Lourdes Motter, Professora da ECA-USP e Roseli Fíguro, jornalista e mestrande na ECA-USP.

Marxistas e cristãos: ontem e hoje

MUNIZ FERREIRA E EUGÊNIO ALMEIDA

As dificuldades inerentes às diferenças entre a tradição marxista e a ideologia religiosa não devem levar à negação da possibilidade de um diálogo entre marxistas e cristãos

"Marx foi o único que compreendeu que uma religião que não invoca a transcendência deveria ser chamada de política..."
Albert Camus

•52•

O diálogo entre marxistas e cristãos tem sido frequentemente permeado por dificuldades inerentes às evidentes diferenças que se interpõe entre a tradição marxista e a ideologia religiosa. Diferenças ditadas não apenas por interpretações de mundo distintas, mas, sobretudo, por opções históricas de *praxis* política, muitas vezes situadas em campos opostos. Não foi por acaso que Karl Marx, no século passado, se referiu à religião, nos seguintes termos: "suspiro da criatura oprimida, coração de um mundo sem coração, espírito de uma situação sem espírito: a religião é o ópio do mundo". (1)

Contudo, isso não significa a negação da possibilidade de desenvolvimento de um permanente diálogo entre marxistas e cristãos (especialmente os católicos). Para tanto, é necessário superar preconceitos mútuos, impedindo que nos olhemos frente a frente e, na diversidade, busquemos caminhos mais amplos e objetivos. Desse confronto de idéias, pode-se esperar contribuições recíprocas e um maior amadurecimento de tal relação. Por quê não admitir a validade do humanismo cristão para o despertar da consciência revolucionária? Por quê não considerar a possibilidade histórica da construção de uma sociedade sem classes como a materialização do Reino de Deus na Terra?

Nas últimas décadas, aliás, pudemos observar o aprofundamento de uma vontade política voltada para o aprofundamento do debate entre marxistas e católicos progressistas. Tal iniciativa, teve como ponto de partida as teses propagadas após o Concílio Vaticano II, (iniciado durante o papado de João XXIII e concluído no papado de Paulo VI), no qual, a Igreja católica adotou uma postura mais aberta e flexível, sequer imaginada em épocas anteriores.

É dentro, portanto, desse espírito (da busca do aprofundamento do diálogo entre correntes de pensamento a princípio tão díspares), que tentaremos discutir aqui - a luz de uma reflexão dialética - o desenvolvimento histórico das relações entre marxistas e cristãos ao longo da história. Tomando como ponto de partida a reflexão marxista relativa à religião em geral e à Igreja Católica, em particular, finalizaremos por sumarizar o diálogo entre marxistas e cristãos nas últimas décadas na América Latina e no Brasil, dedicando especial atenção à emergência de fenômenos como o aparecimento do clero progressista, a evolução da Teologia da Libertação e os impasses vividos atualmente pela Igreja Católica.



Comunidades cristãs eram oriundas da escravaria, classe mais explorada do Império Romano

Foi em Paris, no inverno de 1844 que Karl Marx escreveu sua *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito*. (2) O objetivo central desse trabalho era a crítica ao idealismo do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel. A principal objeção de Marx ao pensamento hegeliano dizia respeito à sua incapacidade de identificar a gênese da superestrutura (e, em seu interior, da ideologia) nas condições materiais de vida. Como tema estritamente vinculado a este assunto, aparecia a crítica à religião, entendida como um produto da alienação vigente nas sociedades capitalistas. Para Marx, a religião só existia porque os homens encontravam-se alienados no mundo moderno. Ele afirmava:

"(...) a produção das idéias dos homens, o pensamento, as suas relações espirituais aparecem, sob este ângulo, como uma emancipação de sua condição material. A mesma coisa se pode dizer da produção espiritual de um povo, representada pela linguagem da

política, das leis, da moral, da metafísica. Os homens são os produtores de suas concepções(...)"

E incluía dizendo: "(...) é o homem que faz a religião; a religião não faz o homem". (4) Assim, Marx vislumbrava a possibilidade do desaparecimento do sentimento religioso com a eliminação da alienação, numa sociedade despojada da exploração do homem pelo homem e livre do trabalho alienado.

Friedrich Engels, alguns anos mais tarde, também se debruçaria sobre este tema. Dessa vez, estudando as primeiras comunidades cristãs e suas analogias com o chamado "comunismo primitivo". Engels ressaltou o caráter "proletário" daquelas comunidades, uma vez que a grande maioria de seus membros eram oriundos da classe mais explorada do Império Romano: a escravaria. Contudo, ao analisar o projeto político daquelas comunidades de ex-escravos convertidos ao cristianismo, Engels apontou também algumas de suas distinções em relação ao "comunismo científico", formulado por ele e por Marx. A principal distinção apontada residia no fato de que tais comunidades estabeleceram, como norma prática de vida, a *socialização dos gêneros de consumo*, enquanto que o "comunismo científico" defendia a necessidade de socialização dos *meios de produção*. Além disso, devido às limitações objetivas existentes nos primórdios do cristianismo, não foi possível aos primeiros cristãos formularem um projeto alternativo de sociedade, capaz de superar historicamente a sociedade escravista em vigor do Império Romano. Tais diferenças deixavam claro para Engels que a proposta do cristianismo primitivo era insuficiente para libertar o proletariado moderno da exploração capitalista, pois refletia o grau de consciência a que podiam chegar ex-escravos, pequenos agricultores, artesãos e pescadores. Baseado nisso, combatia a idéia romântica, defendida pelos socialistas utópicos, de que a superação da miséria poderia advir da organização de comunidades autônomas, à margem do capitalismo.

Partindo de uma visão semelhante, Karl Kautsky descreveu o surgimento do cristianismo em seu livro intitulado *O Cristianismo: Suas Origens e Fundamentos*. (5) Após afirmar que não existe nada no Novo Testamento que já não estivesse contido anteriormente na mitologia dos povos do Oriente Próximo ou na tradição do paganismo romano, Kautsky enfatizava que a leitura das Escrituras era insuficiente para determinar a veracidade ou não da existência de Jesus como personagem histórico, concluindo pela irrelevância de tal discussão, uma vez que para o crente a existência do "Filho de Deus" constituiria uma questão de fé, dispensando a comprovação histórica.

Em sua análise das primeiras comunidades cristãs, Kautsky ressaltava a virulência com que os crentes, oriundos dos estratos inferiores da sociedade romana, convertidos ao cristianismo, tratavam os mais abastados. Segundo o autor: "(...) em nenhuma ocasião o ódio de classe do moderno proletariado assumiu formas tão

fanáticas como aquelas do proletariado cristão". (6)

Observando as mudanças ocorridas no interior daquelas comunidades cristãs, desde suas origens até a organização da Igreja Católica em religião de Estado, Kautsky acrescentava que: "(...) este ódio de classe pode ser visto com clareza no Evangelho de São Lucas, que foi escrito no início do século II". (7)



Rosa enfatizava a comunhão de interesses entre cristãos e social-democratas

Fazendo uma interessante alusão à elaboração dos Evangelhos como resposta à necessidade do cristianismo em se adaptar às novas circunstâncias, na medida em que ia perdendo seu caráter "proletário", ele conclui que:

"(...) o Evangelho de São Mateus é mais recente que o de São Lucas em, pelo menos, uns quarenta anos. Nesse intervalo de tempo, pessoas ricas e instruídas haviam procurado estabelecer contato com o cristianismo. Muitos propagandistas cristãos começaram a sentir necessidade de expor a doutrina cristã de uma forma mais amistosa a fim de atraí-los". (8)

Para além da discussão sobre o cristianismo primitivo, de múltiplas consequências políticas, a obra de Karl Kautsky representou um marco da historiografia marxista. Tendo sido o primeiro esforço exclusivamente dedicado a uma interpretação dialética da história do cristianismo e se utilizando, na medida em que os recursos da época permitiam, de uma crítica à documentação disponível surpreendentemente moderna e livre de preconceitos estéreis. Tornando-se, juntamente com a obra do marxista italiano Ambrogio Donini - "História do Cristianismo" - material de referência indispensável para quem quiser se aprofundar no assunto.

Outro marxista a se interessar pelo tema da religião foi, sem dúvida, Rosa de Luxemburgo no seu ensaio *O Socialismo e as Igrejas: O Comunismo dos Primeiros Cristãos*. (9) Em linhas gerais, Rosa de Luxemburgo reafirma a análise de Friedrich Engels e de Karl Kautsky quanto ao caráter "proletário" das primeiras comunidades cristãs e elabora uma análise perspicaz acerca da evolução histórica da Igreja Católica. Mas, o principal objetivo do ensaio consistia em criticar uma parcela considerável do clero russo, que se utilizava do púlpito para realizar pregações anti-socialistas. O conteúdo político da argumentação de Luxemburgo é bastante eloquente e, talvez a primeira declaração formal sobre a necessidade do estabelecimento de um vínculo mais estreito do movimento socialista com os trabalhadores cristãos. Dizia Rosa de Luxemburgo:

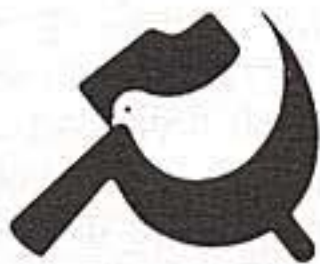
"(...) os sociais-democratas propõem-se, como objetivo, unirem-se e organizarem os trabalhadores na

luta contra o capital (...) Mas nunca os sociais-democratas conduzem os trabalhadores a lutar contra o clero ou tentar interferir com as crenças religiosas; de modo nenhum! Os sociais-democratas (...) consideram a consciência e as opiniões das pessoas como sendo sagradas". (10)

De uma maneira incisiva, que sempre lhe foi peculiar, acusava o regime czarista de perseguir católicos, judeus, heréticos e livres pensadores. E num tom irônico, justificava a luta de classes com várias passagens bíblicas como, por exemplo, a que afirma: "(...) é mais fácil um camelo passar pelo furo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus." (11) Em conclusão, ela enfatizava a comunhão de interesses entre o programa político dos sociais-democratas e a vontade de justiça e de paz dos cristãos.

Claro está que, os trabalhos referidos acima, com exceção da reflexão filosófica de Karl Marx, possuíam um fio condutor em comum. Todos buscavam analisar o fenômeno da religião com base na observação das primeiras comunidades cristãs, procurando ressaltar o caráter "proletário" de seus membros. Tal esforço visava um objetivo político bem delineado: despertar nos cristãos de então a consciência acerca das afinidades existentes entre a política da social-democracia e as características contestatórias, ainda que difusas e transcendentais, do cristianismo primitivo.

**Igreja e escola são
as duas
maiores organizadoras
culturais
produzidas até hoje**



• 54 •

Porém, a transformação do cristianismo em religião de Estado, com a absorção pela Igreja Católica das funções de legitimação ideológica da ordem escravocrata, no período final do Império Romano e, mais tarde seu comprometimento orgânico com a nobreza medieval não fugiriam às atenções dos autores marxistas. A natureza extremamente reacionária adquirida pela hierarquia católica, fazia com que as perspectivas de diálogo entre marxistas e cristãos fossem encaradas com pessimismo e desconfiança recíprocas, constituindo a iniciativa histórica de Rosa de Luxemburgo, no sentido da abertura de um canal de interlocução com os trabalhadores cristãos, um episódio virtualmente isolado e carente de continuidade.

Este quadro somente começaria a se reverter a partir da década de 1930, quando Antonio Gramsci, então preso pelo fascismo italiano, elaborou seus *Quaderni del Carcer*. (12) A preocupação de Antonio Gramsci consistia na necessidade de compreender os mecanismos político-ideológicos de hegemonia produzidos pela Igreja Católica, considerados por ele como fundamentais para a análise da sociedade capitalista italiana. Segundo Gramsci, a Igreja Católica teria exercido uma função determinante naquela sociedade, sem cujo

estudo o entendimento de sua história tornar-se-ia impossível.

Sendo assim, a primeira questão levantada por Gramsci é a seguinte: pode uma concepção utópica do mundo transformar-se em uma prática política eficaz? A religião, afirma o marxista italiano, propõe-se a realizar a maior das utopias: a unidade entre transcendência e materialidade. A religião, ao estabelecer um "homem geral" e uma "natureza humana", entra em contradição com o próprio homem concreto. No entanto, apesar de fundamentar-se na mais profunda utopia, a Igreja Católica organiza política e ideologicamente as massas, ou seja:

"(...) o valor utópico não significa que a utopia não possa ter um valor filosófico; ela tem um valor político, e toda política é implicitamente uma filosofia, ainda que desconexa e apenas esboçada". (13)

Esse controle político-ideológico somente é possível graças à presença de elementos da "cultura medieval" no "senso comum" das massas. Para Gramsci, o "senso comum" configura uma determinada concepção do mundo desagregada e fragmentada, onde elementos da cultura mais moderna - por moderna entender-se uma cultura baseada nas relações capitalistas de produção - convivem com uma multiplicidade de elementos de outras épocas históricas. A permanência da "cultura medieval" se explica pela falta de crítica e unidade no interior do "senso comum" das massas:

"(...) quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada (...) nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela encontramos elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e instituições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado". (14)

Dessa forma, a religião, compreendida como elemento da "cultura medieval", encontra terreno fecundo para a sua sobrevivência no seio das massas.

Outra importante implicação das deduções de Gramsci, acerca do controle político-ideológico exercido pela Igreja, pode ser expressa da seguinte maneira: para Gramsci, a escola - em todos os seus níveis - e a Igreja são as duas maiores "organizadoras culturais" já produzidas pela história da sociedade. Uma das formas da Igreja buscar sua hegemonia na sociedade é através da educação popular, entendida num sentido amplo. O papel desempenhado pelas instituições de ensino ligadas à Igreja, para a preservação de sua hegemonia ideológica, é mais importante do que geralmente se costuma atribuir. Gramsci ressalta o fato:

"(...) não se pode nem de longe comparar a eficiência da Igreja, que aparece como um bloco a defender sua Universidade, com a eficiência organizativa da cultura leiga". (15)

Desta forma, entre todos os privilégios ameaçados

pelo advento do Estado Moderno, seria o ensino religioso o mais tenazmente defendido pela Igreja Católica na Itália.

**Histórica distância
entre a
hierarquia vaticana
e seu
rebanho de fiéis**



A originalidade do pensamento gramsciano em relação à religião, reside no fato de que sua concepção de ideologia difere daquela elaborada por Karl Marx. Na formulação marxiana a ideologia aparece como uma forma de pensamento praticamente destituída de valor cognitivo, sendo tratada, quase sempre em termos pejorativos, como uma maneira deturpada, ilusória de se abordar a realidade. Nos "Quaderni", a palavra ideologia assume um sentido positivo, passando a ser entendida como a forma através da qual os diferentes grupos sociais tomam consciência de seu lugar no mundo e de seu papel histórico. A religião, enquanto ideologia produzida por uma determinada realidade histórica, possui um valor filosófico e, portanto, político. Gramsci atribuiu à "filosofia da praxis", ou seja, ao marxismo, (16) a capacidade de organizar e transformar a sociedade, num primeiro momento como "religião" - (no sentido especial atribuído por Benedetto Croce (17) - e, em outro, como visão crítica do mundo. Nas palavras de Gramsci:

"Uma concepção do mundo não pode revelar-se como válida e impregnar toda uma sociedade até converter-se em uma fé, se não demonstrar que é capaz de substituir as concepções e crenças anteriores em todos os graus da vida estatal". (18)

A contribuição de Gramsci é fundamental para o estudo da história da Igreja, sua abordagem aponta as transformações que esta instituição sofreu ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo e os problemas decorrentes de sua inserção no mundo moderno. Exemplo disso é a análise feita por ele acerca da relação entre a hierarquia católica e a massa dos fiéis. Para o pensador italiano, a necessidade da Igreja em priorizar a vida espiritual, em detrimento dos problemas da vida material gera um hiato entre o homem comum e a instituição religiosa. A negligência da Igreja pelas condições de vida do povo, também, cria um distanciamento entre a religião oficial e a religiosidade popular. A leitura popular dos dogmas católicos ocorre à revelia da interpretação teológica oficial, já que a hierarquia interdita o acesso das massas às discussões doutrinárias:

"A Igreja Romana tem sido sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formem oficialmente duas religiões: a dos intelectuais e a das almas simples (...) mas tais inconvenientes estão unidos ao processo histórico que transforma toda a sociedade civil e que contém, em bloco, uma crítica corrosiva das religiões". (19)

Talvez resida no histórico distanciamento entre a hierarquia vaticana e seu rebanho de fiéis muitos dos atuais problemas enfrentados pelo catolicismo. O Concílio Vaticano II (1963-1965) foi divisor de águas para a reflexão católica em relação a esses problemas. Este Concílio assinalou o ingresso definitivo (ainda que tardio), da Igreja Católica no século XX: aboliu o Index de livros proibidos, elaborado pelo Santo Ofício no século XVI, restringiu significativamente o recurso à prática da excomunhão; permitiu a realização das missas nos idiomas nacionais e criticou a ostentação e o luxo sacerdotais; fazendo apelos à simplicidade e ao despojamento do clero. A Igreja, ainda que de maneira implícita, abandonou (ou pelo menos colocou em plano secundário) a postura pretensamente monolítica que tradicionalmente a caracterizou. A idéia da infalibilidade do papa cedeu espaço para o reconhecimento das diversidades de opiniões do mundo contemporâneo. (20) Os novos ventos do Concílio Vaticano II retiraram o misterioso véu que encobria a Igreja Católica e revelaram as contradições internas de uma instituição que teimosamente insistia em negar sua temporalidade. Ao assim fazer, descortinaram também possibilidades, até então, inéditas no sentido do estabelecimento de um diálogo rico e construtivo com as correntes do pensamento progressista, inclusive o marxismo.



**Padres-operários:
luta de
classes não é teoria,
foi a própria
vida que a criou**

Contudo, essa mudança de perspectiva tão plena de significados e consequências, não aconteceu da noite para o dia. Manifestações concretas apontando nesta direção podem ser localizadas já ao final da Segunda Guerra Mundial, nas elaborações teológicas do padre Teilhard de Chardin, S.J., assim como na interessante experiência dos "padres-operários" franceses; para citar apenas alguns exemplos. (21)

Segundo o padre Teilhard de Chardin, cada época histórica possuiria uma maneira de entender a essência de Deus, repercutindo todo progresso teológico e toda nova concepção científica na visão do homem em relação ao sagrado. Para isso, seria imprescindível que o cristianismo fosse capaz de identificar os elementos modernos da sociedade contemporânea e, com base em sua análise, construir uma nova forma de intervenção no mundo. Nesse sentido, o teólogo francês sugeria a eliminação de toda formulação teológica caracterizada pelo apego às representações arcaicas da realidade, tais como aquelas vigentes durante o período medieval, admitindo a possibilidade do homem intervir positivamente como ser transformador do mundo, reconhecendo a necessidade de elaboração de uma nova teologia que ressaltasse o valor do trabalho na

criação humana. Suas análises iam, ainda, mais longe ao exortarem os cristãos à participação política, rechaçando o conformismo e a existência contemplativa; segundo suas próprias palavras:

“(...)resignar-se, antigamente, podia significar aceitação passiva das condições presentes no Universo. Resignar-se, agora, só será permitido aos lutadores que estiverem desfalecidos nas mãos do Anjo (...) evangelização não tem mais qualquer odor do ópio, que nos censuraram tão duramente (e com algum direito) de verter às multidões”. (22)

**Brasil se converte
em palco de
singular experiência
de engajamento
da esquerda católica**



Outro momento bastante expressivo foi a experiência dos “padres-operários” franceses. No final da década de 1940, o Episcopado Francês incumbiu a cerca de uma dezena de padres uma tarefa em forma de penitência: eles deveriam viver como trabalhadores comuns e descobrir os motivos que levavam a classe operária francesa a um considerável grau de ceticismo em relação à religião. O objetivo dessa iniciativa era fornecer dados para que a Igreja pudesse melhor combater as idéias materialistas e, obviamente, a influência, então, bastante expressiva do Partido Comunista Francês. (23) Após aproximadamente dezessete anos labutando em profissões manuais, na condição de maquinistas de fradoras, torneiros, cortadores, eletricitistas, mecânicos, pedreiros, entre outras, os “padres-operários” encaminharam uma mensagem ao Concílio Ecumênico, em 1964, onde os mesmos descreviam suas experiências como trabalhadores e relatavam suas conclusões. Diziam eles:

“Queremos ressaltar certos aspectos de nossas experiências diárias que sentimos não serem compreendidas pela Igreja (...) O operário percebe agora que o chamado amor ao seu semelhante tornou-se uma pilheria cruel, que não passa de um pano quente aplicado a uma úlcera sangrenta. Pior do que isso, constitui uma desculpa hipócrita para justificar a miséria, conservar a miséria, impedir que se discuta a injustiça”.

Os “padres-operários” iam ainda mais longe:

“O povo vê que, de fato, a Igreja sempre pregou a submissão e condenou a rebelião, contribuindo assim, para que se mantivesse a exploração de uma classe por outra”.

Em certa altura concluíam de modo demolidor: “A luta de classes não é uma teoria: foi a própria vida que a criou”. (24) Não é difícil imaginar o constrangimento que a força de tais palavras causou na hierarquia católica. Foi desse desejo sincero de conhecer os problemas das classes subalternas da sociedade, que o humanismo cristão pôde alimentar a ação de clérigos

progressistas em várias partes do planeta, inclusive em nosso continente, os quais, contribuiriam para a galvanização da mais avançada experiência teológica e pastoral de nossos dias: a *Teologia da Libertação*.

A América Latina, principal reserva espiritual da cristandade ocidental, foi também o continente no qual o diálogo entre marxistas e cristãos produziu efeitos mais significativos. Tal fenômeno, como observou Michael Löwy não se processou casualmente, senão como resultado de uma conjugação de fatores históricos bem determinados. (25)

Em primeiro lugar, o processo de desenvolvimento acelerado do capitalismo em alguns países da região (como Argentina, Brasil, Chile e México), sobretudo a partir da década de 50, gerando novas contradições sociais e instaurando novas problemáticas diretamente associadas ao êxodo rural e à urbanização desordenada; em segundo lugar o impacto provocado pela Revolução Cubana (1959-1960), uma revolução que, além de contar com a participação de cristãos em seu desenvolvimento, significou o primeiro triunfo popular e anti-imperialista nas Américas, alentando uma intensificação dos movimentos populares e das lutas sociais no continente. (26)

Justamente neste contexto o Brasil, considerado o maior país católico do mundo, e que desde meados da década de 50 vinha experimentando um crescimento bastante acelerado da industrialização e da consolidação das relações de produção capitalistas, como consequência da efetivação da política *desenvolvimentista* do presidente Juscelino Kubitschek, com todas as mazelas daí resultantes (ampliação da dependência externa, aprofundamento dos desequilíbrios estruturais, inchamento das grandes cidades, etc.), haveria de se converter no palco de uma singular experiência de engajamento político de setores da esquerda católica.

Desta forma tivemos, antes mesmo da popularização das resoluções do Concílio Vaticano II, o surgimento de organizações de católicos leigos que, ao assumirem gradativamente posições políticas mais “à esquerda”, iniciavam a incorporação de elementos da tradição marxista às suas análises sobre a realidade brasileira. É esse o caso de organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Ação Popular (AP). (27)

Segundo Michael Löwy este “pioneirismo” da esquerda católica brasileira em relação ao restante do continente deve-se, fundamentalmente: “(...) a tradicional influência da Igreja e da cultura católicas *francesas* sobre o Brasil - contrariamente ao resto do continente, onde predominam os modelos ibéricos e italianos da cristandade”. (28), pois como visto anteriormente, a teologia francesa do pós-guerra *antecipou* a incorporação de certos fatores de renovação do catolicismo, os quais seriam consagrados oficialmente no Concílio Vaticano II. Este, por sua vez, haveria de impulsionar a tomada de posição, a princípio de forma

marginal e isolada, não só de setores do laicado mas também do próprio clero, em favor das transformações sociais necessárias nos países latino-americanos. Exemplos desta militância ao lado dos explorados e oprimidos do continente podem ser simbolizadas nas ações do Arcebispo pernambucano Dom Helder Câmara e do sacerdote colombiano Camilo Torres, no período 1963-1966.

**Opção preferencial
pelos pobres
é orientação adotada
na Conferência
de Medellín, em 1968**



Porém, o suporte definitivo para a ação do clero progressista no continente foi dado pela II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (CELAM), realizada na cidade de Medellín (Colômbia), no ano de 1968. Nesta Conferência foi adotada a chamada “opção preferencial pelos pobres” e postulada a idéia da edificação de um “novo modelo de Igreja”, mais próxima do “povo de Deus”, aberta ao diálogo com outras religiões e correntes de pensamento, inclusive o marxismo, cujo método de análise social, como já foi observado, há algum tempo vinha seduzindo as parcelas mais avançadas do clero latino-americano.

A *Teologia da Libertação*, começa a se configurar a partir do início da década de 70, com base nos escritos de autores como os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assmann, Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), Gustavo Gutierrez e outros. A absorção das experiências pastorais dos segmentos progressistas do catolicismo latino-americano, uma reinterpretação atualizada das escrituras e a incorporação de elementos da teoria social marxista aos métodos de análise da realidade constituíram os fatores determinantes desta nova elaboração. (29)

No final da década de 70 (1978), realizou-se a III Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), na cidade de Puebla (México). Esta Conferência reiterou a preocupação com a constituição de uma Igreja renovada, mais atenta aos problemas sociais, mais preocupada com as mazelas provocadas pela dependência econômica dos países latino-americanos frente ao Primeiro Mundo. E apontando para uma ação conscientizadora junto às massas populares, visando efetuar o resgate da dívida histórica da Igreja Católica com as populações do continente, acumulada desde o período colonial.

Entretanto, este encontro apresentou também os primeiros sinais de uma ofensiva das forças conservadoras, com a finalidade de recuperar as posições cedidas durante a Conferência de Medellín. Além da presença de uma maioria numérica dos segmentos conservadores, o evento foi realizado sob o pontificado do Papa João Paulo II, o qual, já na abertura do enclave lembrava aos sacerdotes de que eles não eram:

“(...) dirigentes sociais, líderes políticos ou funcionários de um poder temporal (...)” porém, “(...) servidores da fé, administradores e testemunhas do amor de Cristo aos homens; amor que não é partidário, não exclui a ninguém, ainda que se dirija de preferência aos mais pobres (...)”. (30)

Ironicamente, no ano seguinte o triunfo da revolução popular nicaraguense, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, agrupamento político que congregava cristãos, marxistas e setores nacionalistas de esquerda, repôs, em um nível mais elevado, a atualidade da síntese entre as formulações dos teólogos progressistas e o pensamento marxista. A participação ativa não só de um grande número de fiéis no processo revolucionário, mas também de vários sacerdotes em todas as etapas da luta e mesmo no governo popular gerado pela revolução, representou não apenas o apogeu desta singular experiência político-teológica, mas também o limite histórico das possibilidades de coexistência não conflitiva entre os setores conservadores e progressistas no seio da instituição eclesiástica.

Desde então, a convivência entre estes dois setores têm adquirido contornos de um enfrentamento aberto, diante do qual a hierarquia romana têm se posicionado inequivocamente ao lado do segmento conservador. Com efeito, a própria ascensão de João Paulo II ao papado representou uma iniciativa dos segmentos mais conservadores do clero visando a reconstituição de sua hegemonia, audaciosamente desafiada desde o Concílio Vaticano II e o II CELAM, pelo clero progressista.



**Ataques à atuação
política da
esquerda católica é
marca do
Papa João Paulo II**

A circunstância de que tal evento tenha sido seguido pela emergência, no âmbito da política mundial, das correntes neoconservadoras e neoliberais característica da “Era Reagan”, reforçou as condições para o recrudescimento da ofensiva do papado contra as posições da esquerda católica.

Sendo assim, o pontificado de João Paulo II passou a se caracterizar pelos ataques violentos desferidos contra a atuação política da ala progressista da Igreja na América Latina, atitude expressa em ações de ampla repercussão jornalística, como a censura pública dirigida aos padres que ocupavam postos ministeriais no governo sandinista nicaraguense, o fechamento de colégios, seminários e centros de estudo dirigidos por sacerdotes progressistas; a remoção de padres e bispos progressistas de seus postos e sua substituição por elementos conservadores; a condenação ao silêncio e, por fim, a interdição das atividades do frei Leonardo Boff, um

dos mais destacados representantes da Teologia da Libertação. (31)

De fato as intervenções do atual Papa têm se voltado para o esforço de reunificar o clero romano, sob a égide da despolitização e do neoconservadorismo teológico, procurando com isso tanto as extravagâncias do clero tradicionalista, composto pelos partidários e simpatizantes de Monsenhor Lefévre (que até sua morte, em 1990, recusou-se a reconhecer a validade das resoluções do Concílio Vaticano II), quanto a ação pastoral do clero progressista.

Do ponto de vista estritamente teológico, a Santa Sé têm se esforçado no sentido de desqualificar de todas as formas as formulações contidas na Teologia da Libertação, denunciando-as como estranhas ao cristianismo, porque fundadas em um corpus teórico materialista. O fato da mesma efetuar uma incorporação das categorias da teoria social marxista em suas análises constitui para o clero conservador, uma evidência da submissão da fé à injunções de natureza político-partidária, radicadas em uma concepção de mundo marcada pela "apologia da luta de classes e pelo ateísmo".

Tais críticas ganharam corpo com a concretização de determinadas formulações doutrinárias pelos teólogos da libertação, nas quais, além de se empreender uma leitura acerca da vida e do ministério de Jesus à luz de seus possíveis condicionantes histórico-sociais (interpretados à luz de uma metodologia crítico-dialética inspirada no marxismo), adota-se um posicionamento profundamente heterodoxo acerca de alguns dos principais dogmas católicos como: o pecado, a santidade, o Reino de Deus, a salvação e - talvez o mais polêmico de todos - o papel da instituição eclesiástica.

Ao descartar a Teologia da Libertação, a Igreja se depara com uma série de antigos problemas



Jesus Cristo passa a ser concebido fundamentalmente em sua dimensão humana e seu ministério identificado com a luta contra a dominação romana e a opressão praticada pela elite judaica; o pecado é compreendido como um problema social, determinado pelo egoísmo dos poderosos e sua insensibilidade diante da pobreza alheia; a salvação advém da luta pela transformação das estruturas sociais; o Reino de Deus representa a instauração da justiça social no mundo e a Igreja é entendida como uma ferramenta para a transformação da realidade, assim como os partidos, os sindicatos e as associações comunitárias. (32)

Como se vê, o clero progressista além de empreender inovações teológicas extremamente ousadas ainda atribui à Igreja Católica uma função inaceitável aos olhos da hierarquia romana, amplamente hegemônica pelo clero conservador. O que faz com que, os

fatores que garantiram no passado à tolerância face a seus "desvios" cedam lugar ao temor de uma politização *excessiva* da massa dos fiéis, determinando assim a *inconveniência* do prosseguimento desta experiência teológica e pastoral.

Contudo, ao descartar a Teologia da Libertação a Igreja volta a se deparar com uma série de problemas, até então, enfrentados de forma razoavelmente bem sucedida pela atividade das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base dirigidas pelo clero progressista: como reverter as tendências, predominantes ao longo das duas últimas décadas, de diminuição gradativa do rebanho católico e queda das vocações sacerdotais, reativando os vínculos da instituição com as massas populares e respondendo ao intenso proselitismo das denominações e seitas evangélicas?(33)

A orientação geral para o enfrentamento de tais problemas nas novas condições (ou seja, sem o recurso aos métodos *politizados* do clero progressista), encontra-se delineada no documento intitulado "Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil" (1991-1992), elaborado pelo Conselho Permanente da CNBB em junho de 1991. Pode-se observar neste texto uma atenção particular na utilização de determinados métodos de atuação até então praticamente monopolizados pelas denominações protestantes, tais como, "a renovação do ardor missionário", com ênfase no "avivamento espiritual" e fé nas ações do Espírito Santo". Reflexo lógico disto é a intensificação da atuação de grupos como o *Evangelização 2000* e o *Movimento de Renovação Carismática Católica*, ambos diretamente apoiados pelas arquidioceses de alguns estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

A ocorrência desta recuperação conservadora em um momento marcado pela pior crise econômica e social já sofrida pelo país tende, a nosso ver, a agravar ainda mais a crise no interior da Igreja Católica no Brasil, o que ameaça convertê-la em uma religião das elites, já que a tendência à adesão de contingentes cada vez maiores das massas populares às igrejas evangélicas - no contexto de acentuação da miséria e falta de perspectivas das classes subalternas - torna-se a cada dia irreversível.

O Brasil corre assim o risco de se converter de maior país católico do mundo em maior país protestante do hemisfério sul, e as perspectivas de desenvolvimento de formas de religiosidade mais arejadas, abertas à modernidade, sensíveis à necessidade das transformações sociais e dispostas ao diálogo com os marxistas, pode ceder lugar à formas bem mais alienantes, conformistas e, inclusive, anti-democráticas de religiosidade. Cabe aos marxistas (bem como ao conjunto das forças democráticas e progressistas) empenharem-se na compreensão e no desenvolvimento de um diálogo constante com as forças sãs do cristianismo brasileiro, como condição para a constituição de uma autêntica hegemonia progressista no interior de nossa sociedade.

MUNIZ GONÇALVES FERREIRA é licenciado em História pela UFFI e Mestre em Relações Internacionais pela PUC-RJ; EUGÊNIO ALMEIDA é licenciado em História pela UFFI e pós-graduando em Sociologia Urbana pela UERJ.

NOTAS

- (1) MARX, Karl. "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel". In: Temas de Ciências Humanas. Vol. 2. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p. 2.
- (2) MARX, Karl. "Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie". In: Deutsche-Französische Jahrbucher (Anais Franco-Alemães), Paris, 1844.
- (3) MARX, Karl. Op. Cit; Vol z; p. 5.
- (4) MARX, Karl. Idem p. 1.
- (5) KAUTSKY, Karl. "El Cristianismo: Sus Orígenes y Fundamentos". México, Ediciones Frente Cultural, 1939.
- (6) KAUTSKY, Karl. Op. cit, p. 329.
- (7) Idem, Ibidem.
- (8) Idem, Ibidem.
- (9) LUXEMBURGO, Rosa. "O Socialismo e as Igrejas: O Comunismo dos Primeiros Cristãos". Porto, Afrontamento, Coleção Zero, sem data.
- (10) LUXEMBURGO, Rosa. Op. Cit. p. 3.
- (11) Idem, p. 4.
- (12) Ver as seguintes obras do autor: "Concepção Dialética da História". Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966; "Os Intelectuais e a Organização da Cultura". Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968; e "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno". Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.
- (13) GRAMSCI, Antonio. "Concepção Dialética da História". Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966, p. 15.
- (14) GRAMSCI, Antonio. Op. Cit; p. 12.
- (15) GRAMSCI, Antonio. "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968, p. 305 e 306.
- (16) Nos "Quaderni del Carcere" Gramsci se refere ao marxismo como a filosofia da praxis. O uso de tal conceito objetivava, por um lado driblar a rigorosa censura fascista, por outro lado ressaltar a singularidade da filosofia marxista enquanto uma manifestação de pensamento voltada não apenas para a apreensão da realidade mas também para a sua transformação revolucionária. Praxis = do grego práxis, prática. Na obra de Marx designa à unidade entre a compreensão teórica e a ação real voltada para a transformação radical da realidade.
- (17) CROCE, Benedetto. - filósofo neo-hegeliano italiano (1866-1952). Para Croce a religião representaria a primeira forma de contato do homem com os elementos do pensar filosófico. Partindo desta premissa atribuiu à ideologia religiosa um caráter essencialmente positivo e defendia à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas italianas. Em sua polêmica com o idealismo croceano Gramsci recupera alguns argumentos centrais da crítica de Marx a Hegel.
- (18) GRAMSCI, Antonio. "Concepção Dialética da História". Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966, p. 20.
- (19) GRAMSCI, Antonio. Op. Cit; p. 16.
- (20) O Concílio Vaticano I (1869-1870), realizado durante o pontificado ultra-conservador de Pio IX (1845-1878) havia proclamado a infalibilidade doutrinária do papa e aprofundado a tese do primado do poder papal.
- (21) Michael Löwy faz notar que: "(...) a teologia francesa do pós-guerra (Congar, Duboc, Chenu, Calvez, de Lubac) representava a ponta avançada do catolicismo, levantando os temas que seriam depois consagrados pelo concílio Vaticano II. Além disso, a cultura católica francesa é a única que conheceu, durante todo o século XX, uma sucessão ininterrupta de figuras e correntes socialistas (...)". Cf, Löwy, michael. "Marxismo e Cristianismo na América Latina" in LUA NOVA = revista de cultura e política, novembro de 89, nº 19, p. 13.
- (22) CHARDIN, Teilhard de. "Cristologia e Evolução" in, GARAUDY, Roger "Do Anátema ao Diálogo". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, 2ª Ed. p. 25.
- (23) Este esforço da Igreja no sentido de reforçar seus vínculos com as massas operárias e conter o crescimento da influência dos partidos comunistas não se verificou apenas no caso francês. Também no Brasil, com objetivos análogos foi fundada, em 1962 a Ação Católica Operária (ACO).
- (24) OSSIPOV, Alexander e KIRSANOVA, Inga. "Humanismo e Ateísmo". São Paulo, Ed. Argumento, Col. Estudos Contemporâneos, 1968, pp. 41-49.
- (25) LÖWY, Michael. "Marxismo e Cristianismo na América Latina". In LUA NOVA = revista de cultura e política, nº 19, novembro de 89.
- (26) LÖWY, Michael. Op. Cit; p. 12.
- (27) Löwy observa que, já nos primeiros anos da década de 60 (1960-1962), podia-se verificar a incorporação de determinadas categorias marxistas ao discurso da esquerda católica: "alguns conceitos como alienação, condição proletária, um esboço da análise da exploração - ao se definir a classe operária como o grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho no mercado em troca do salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo; e uma opção geral anticapitalista, pelo socialismo" - nas palavras de Herbert de Souza: somos contemporâneos do fim do capitalismo e do início da construção socialista mundial". Cf Löwy, op. cit; p. 12. Sobre a história da Ação Popular, ver ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. "A AP da Juc ao PCdoB". São Paulo, Alfa-ômega, 1987.
- (28) LÖWY, Michael. Op. Cit; p. 13.
- (29) Löwy assim se refere à incorporação do marxismo pelos teólogos da libertação: "O marxismo apareceu aos olhos dos teólogos da libertação como a única teoria capaz de oferecer ao mesmo tempo uma análise precisa e sistemática das causas da pobreza, e uma proposição precisa e radical do método para sua abolição". Cf. Op. Cit; p. 15.
- (30) Citado por Luiz Alberto Gomez de Souza, "Puebla e as Práticas Populares na América Latina", in: "Encontros com a Civilização Brasileira", nº 9, março de 1979, p. 81.
- (31) Em uma carta dirigida por Frei Leonardo Boff ao Superior geral da ordem Franciscana, Hermann Schaluck, a propósito de seu afastamento da direção da Editora Vozes e da proibição do desempenho de suas atividades docentes, Leonard Boff se expressou nos seguintes termos: "Conseguiram matar minhas esperanças, o que é pior do que perder a fé (grifo nosso, M.F. e E.A.). Eu desisto. A Companhia de Jesus e o Santo Ofício venceram (...)". Jornal do Brasil, 26.09.91, p. 95.
- (32) Ver, por exemplo a cartilha elaborada pela Ação Católica Operária (A.C.O.) e prefaciada pelo Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes: "Jesus: Sua Terra, Seu Povo, Sua Proposta".
- (33) Utilizamos o conceito de "denominações evangélicas" para nos referirmos as igrejas protestantes tradicionais, sejam elas litúrgicas (Luterana e Anglicana), congregacionais (Batista, Metodista, Presbiteriana, Evangélica Congregacional) ou petencostais (Assembléia de Deus, Igreja Petencostal, Igreja de Deus etc.). Já o conceito de Seitas utilizamos neste artigo para nos referirmos aos representantes do chamado Novo Movimento Petencostal, ou neopetencostalismo (Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Ceifa, Igreja Cristo Vive etc.). Sobre as diferenças doutrinárias e litúrgicas que separam estes ramos do protestantismo brasileiro ver: Leit F.; Tácito da G. "As Seitas Neopetencostais". Col. "As seitas do nosso tempo". Vol. 3, Rio de Janeiro, JUERP, 1990; assim como nosso ensaio "Cristo por trinta moedas", publicado no Jornal do Brasil Idéias/Ensaio de 22.9.91, pp 10 e 11.

Cultura e racismo

(Aula inaugural FFLCH-USP 10.3.93)

MARILENA CHAUI

*Foi o discurso anti-racista que ofereceu ao
neo-racismo os elementos,
operando como espelho, para sua aparição.
Pensamento eficaz deve
buscar elaborar discurso não-racista.*

Comencarei fazendo algumas observações preliminares que me permitam delimitar o tema que me foi proposto para esta aula inaugural e que é vastíssimo.

a) vou me ocupar, aqui, com um fenômeno que, para mim, é tão ou mais preocupante do que o ressurgimento de formas exacerbadas de racismo no Brasil: o fato de que foi o discurso anti-racista que ofereceu ao neo-racismo os elementos para sua aparição. O que havia e o que há no discurso anti-racista que o faz servir, como disse um estudioso, de espelho para o discurso racista?

b) vou me ocupar aqui das formas mais recentes do racismo no Brasil, pois há três maneiras, pelo menos, de encarar a atitude racista: a atitude histórica, que considera o racismo como um conceito e uma ideologia que se constituíram apenas no século XIX, quando a idéia de raça, em sentido biológico e genético, tornou-se critério social e político de diferenciação; a atitude a-histórica, que considera o racismo como uma forma milenar e difusa de estabelecer diferenças, classificações e hierarquias entre os seres humanos; a atitude que opera com análise de ideologias e as considera temporais e dinâmicas, portanto, sujeitas a transformações históricas, de tal modo que o racismo difuso dos gregos e romanos, na antiguidade, ou o racismo explícito do século XIX, são momentos de uma história ideológica;

c) vou me referir ao racismo contemporâneo, no Brasil, usando três referenciais de análise: ideologia, mitologia e nacionalismo. Evidentemente, o nacionalismo poderia ser incluído tanto na ideologia quanto na mitologia e se eu o separei, aqui, é simplesmente porque darei a ele uma ênfase especial. Tomarei

ideologia num sentido muito simplificado e restrito, significando: 1. uma forma de representação da realidade que torna natural o que é cultural; 2. torna legítimos processos de dominação e de exploração econômico-social; 3. opera como uma lógica que organiza, ordena, classifica, diferencia, agrupa, explica e interpreta a realidade, lógica que conserva a coerência sob a condição de que sejam afastados ou silenciados todos os aspectos da realidade que poderiam perturbar ou desmentir a coerência proposta; 4. opera, portanto, por construção de imagens ou representações que ocultam e dissimulam a realidade; 5. não é uma causa nem um efeito da realidade, mas é parte dessa mesma realidade que ela ajuda a construir por meio de imagens (por isso, hoje em dia, muitos falam em imaginário social).



**Pressupõe-se que
racismo é
construto cultural,
determinado
então historicamente**

Tomarei mito, também, num sentido muito simplificado e restrito para significar: 1. o momento em que uma ideologia se cristaliza e se consolida, tornando-se a narrativa cotidiana que os sujeitos sociais fazem de sua sociedade; 2. opera com signos e símbolos de identificação do grupo, servindo-lhe de referência fundamental para explicar e interpretar situações e fatos novos, referindo-os ao já pensado, já feito e já dito; 3. tem uma função pacificadora ou apaziguante diante de situações de tensão e crise; 4. oferece aos sujeitos sociais e políticos um mundo ideal perfeito

que compensa as imperfeições do mundo real onde vivem. Tratarei o racismo como ideologia e mito, cujas relações principais estão estabelecidas pelo nacionalismo.

d) cultura será tomado, aqui, no sentido vasto que lhe dá a antropologia cultural (ou antropologia social e política), isto é, como a criação coletiva de representações, valores, símbolos e práticas que determinam para essa coletividade suas formas de relação com o espaço, o tempo, a Natureza e os outros homens, definindo o sagrado e o profano, o necessário e o possível, o contraditório e o impossível, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o legítimo e o ilegítimo, o “nós” e o “eles”. Como escreveu um filósofo, a ordem humana da cultura é a da relação simbólica como o ausente, isto é, a linguagem, o trabalho, a história e a morte. É sintomático que me tenha sido proposto como tema para esta aula o título “cultura e racismo”, pois isto indica que os proponentes já colocaram o racismo como uma forma cultural de representação e simbolização da alteridade ou da diferença. Em outras palavras, já pressupuseram que o racismo é um construto cultural e, portanto, é algo historicamente determinado.

e) minha última observação preliminar é um convite para irmos, rapidamente, aos dicionários, pois eles nos fornecem sempre duas contribuições preciosas: em primeiro lugar, oferecem os vários modos pelos quais uma cultura e uma sociedade usam certos conceitos, tanto no nível do senso-comum ideológico quanto no nível da pretensão filosófico-científica; em segundo lugar, porque nos trazem a surpresa de ver famílias de palavras que, à primeira vista, não veríamos. As palavras que proponho que busquemos nos dicionários são: no dicionário grego, *éthnos* e *génos*; no dicionário latino, *natio*, *genus* e *ratio*; no lusobrasileiro, *nação*, *raça* e *etnia*.

éthnos: classe de seres de origem ou de condição comum, donde: 1. em geral, raça, povo, nação, tribo; a. em particular, de pessoas: a raça dos mortais, a raça dos homens, a raça dos povos; b. em particular, de animais: a raça dos animais selvagens, a raça das abelhas, dos pássaros, dos peixes, etc.; c. por analogia: classe, corporação: a raça dos médicos, a raça dos artesãos, a raça dos rapsodos; d. por analogia, segundo o posto ou a fortuna: a raça dos magistrados, a raça dos ricos; e. por analogia, o sexo: a raça das mulheres. 2. em sentido absoluto: raça, povo e nação, isto é, grupos que têm a mesma origem e os mesmos costumes.

génos: 1. nascimento, donde: a. o tempo do nascimento (o mais velho, o mais jovem); b. o lugar ou a condição do nascimento (cidadão por nascimento, filho por nascimento, filho por adoção); c. origem e descendência, tanto significando origem a partir de alguém, quanto origem a partir de um lugar; 2. todo ser criado, reunião de todos os seres criados (deuses, homens, animais, coisas), significando raça, gênero e espécie: a raça dos deuses, a raça dos metais; ou

significando a família, isto é, o sangue e a raça: gente de família nobre, gente de nobre raça, gente de nobre estirpe, família de renome, mas também, os ancestrais e os descendentes; 3. por analogia, associações religiosas, corporações profissionais, grupos políticos: o gênero dos adivinhos, a espécie dos filósofos, e os *genos* que formam as *fratrias* na organização dos cidadãos em Atenas; 4. com idéia de nacionalidade: raça, povos, tribos; 5. na classificação científica: gêneros e espécies ou classes dos seres; 6. com a idéia de geração e idade, ou de duração; uma geração de homens.



Bárbaro significa o estrangeiro, o não-heleno, o que não pertence à estirpe dos helenos

Como se observa, na língua grega, durante pelo menos 20 séculos, os sentidos de *éthnos* e *génos* se espalha, se recobre, se diferencia, reúne sentidos físicos ou biológicos e sentidos político-sociais. Formado um sentido geral de etnia e gênero, quando referido aos *helenos* como povo ou raça, encontrarão um vocábulo ao qual se oporão: *bárbaros*, que significa o estrangeiro, o não-heleno, o que não pertence à raça, ao povo ou à estirpe dos helenos. O sentido de *bárbaros* se amplia: como helenos e estrangeiros não se entendem, a língua dos bárbaros é incompreensível e, por extensão, bárbaro passa a significar: confuso, incompreensível, grosseiro e rude; como helenos e bárbaros se guerreiam, nova ampliação de sentido: os bárbaros são cruéis e não cultivados; como os bárbaros não vivem sob a organização política isto é, não criaram o poder político, mas vivem sob a autoridade pessoal de um rei, vivem sob o despotismo e são os autores do *despotismo oriental*. Justamente porque não foram capazes de criar a política, mas vivem submetidos à autoridade patriarcal do chefe, os bárbaros não foram feitos para a política; ora, somente na política o homem é livre; sendo incapazes de política, os bárbaros são escravos por natureza. A raça dos helenos - política, culta e livre - se diferencia da raça dos bárbaros - despótica, grosseira e escrava.

Passemos ao latim.

natio: vem de *nascor*: nascer, ser posto no mundo. Diz-se dos seres vivos (plantas, animais e homens) e por extensão e analogia, das coisas inanimadas. Nascimento: se diz do que nasce da terra. Dependendo da declinação do substantivo, o verbo *nascor* significa idade, filho/filha, as crianças. *Natales*: nascimento, origem, raça, *Nativus*: que tem nascimento, que tem um começo; inato, natural, nativo, oposto a artificial. *Natio*: 1. nascimento; 2. personificada e divinizada, Nação é a deusa que preside as mulheres no parto; 3. na linguagem camponesa: as crias, a ninhada, a prole; donde: conjunto de indivíduos nascidos no mesmo

lugar ao mesmo tempo da mesma mãe, ou nascidos no mesmo lugar em tempos diferentes da mesma mãe e, finalmente, nascidos no mesmo lugar, em tempos diferentes e de mães diferentes. De *nascor* não vem apenas nação, mas também Natureza: ação de fazer nascer, nascimento, natureza de alguma coisa, ordem das coisas geradas e os órgãos da geração.

genus: vem de *geno*: engendrar e, por extensão, produzir, causar (donde: genitor). Genus: nascimento, raça, nascimento nobre, estirpe, e por extensão: reunião de seres tendo uma origem comum e características semelhantes naturais; o vocábulo *genus* é, por este motivo, sempre associado a *natio*. Gênero natural e nação caminham juntos. De *geno* vem *gens*: o grupo de todos os que se prendem pelos machos a um ancestral comum, ancestral que é macho e livre, formando a comunidade de origem (clã, família, tribo, raça e povo). *Gentes* designa o povo romano por diferença e oposição aos não-romanos (afora os helenos, todos os não-romanos ou as não-gentes, serão designados como bárbaros). É dessa palavra, *gentes*, que os cristãos farão a oposição entre cristãos e pagãos, isto é, os *gentios*, tradução latina do hebraico: *goi*.

ratio: vem de *reor*: contar, calcular. *Ratio*: conta, cálculo, faculdade de contar e calcular, por extensão, faculdade de julgar e pensar, método, razão. Ao contrário de todos os termos que vimos até aqui, não encontramos em *ratio* nenhum sentido que permitisse falar em raça e, no entanto, é deste termo latino que raça deriva.

• 62 •

Identificação entre Estado, nação e povo é recentíssima e combinou idéias diversificadas



Vejamos, então, nossos dicionários.

raça: do italiano *razza* (século XV): espécie, tipo; vindo de *ratio*, contagem por semelhança de espécie e tipo. Donde: 1. família, considerada na sequência de gerações e continuidade de caracteres - só se diz das grandes famílias, isto é, das dinastias que governam (a raça dos Capetos, a raça dos Tudor, a raça dos Orléans e Bragança). Por extensão: família, sangue, comunidade de sangue ou linhagem; espécie. 2. subdivisão da espécie zoológica, dividida em sub-raças ou variedades, constituídas por indivíduos que reúnem características comuns hereditárias; 3. grupos humanos: século XVII: grupo étnico que se diferencia dos outros por um conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, forma da cabeça, proporção dos grupos sanguíneos, etc.), representando variações naturais no seio da espécie (raça branca, negra, vermelha, amarela); a partir do século XIX: grupo natural de homens que possuem caracteres semelhantes, físicos, psíquicos, culturais, provenientes de um passado comum; etnia, povo, nação.

nação: 1270: nascimento, raça; 1. grupo de homens para os quais se supõe uma origem comum; raça; 2. grupo humano geralmente bastante vasto que se caracteriza pela consciência de sua unidade e pela vontade de viver em comum; povo; 3. grupo humano constituindo uma comunidade política estabelecida num território definido ou um conjunto de territórios definidos e personificada por uma autoridade soberana; Estado; 4. conjunto de pessoas que constitui o grupo da comunidade étnica; 5. pessoa jurídica constituída pelo conjunto dos indivíduos que compõem o Estado, mas, distintas dele e portadoras do direito subjetivo de soberania.

etnia: conjunto de indivíduos próximos por certos traços comuns de civilização, notadamente a comunidade da língua e da cultura, ao contrário da raça, que depende de caracteres anatômicos.

Antes de qualquer comentário, observemos que tanto no dicionário de grego como no de latim, a palavra *raça* não existe e, no entanto, os tradutores não tiveram dúvida em traduzir *ethnos*, *genos*, *natio*, *genus* por raça e, curiosamente, não tem como traduzir *ratio* por raça. Vemos também que os dicionários não têm dúvida em transformar os dois termos gregos e os dois termos latinos em sinônimos de povo, país, Estado. Em suma, os dicionários traduzem para os sentidos dos séculos XVIII, XIX e XX termos clássicos, cuja significação não possui correspondentes em nossa sociedade e em nossa cultura. Esse anacronismo dos dicionários, porém, não é infundado: as teorias sobre a nação, a raça e o Estado sempre foram buscar na antiguidade greco-romana os elementos com que pudessem legitimar sua própria formulação. Em resumo: com seu anacronismo e com sua a-historicidade, os dicionários nos oferecem em estado bruto os elementos conceituais com que nação, raça e Estado foram elaborados, de modo a deixar claro, para nós, que a formulação moderna os associou, combinou e identificou.

Podemos evidenciar este fato, lembrando, por exemplo, que, antes do surgimento do Estado-nação no século XIX, a palavra nação designava os estrangeiros, isto é, os grupos que não eram de mesma origem que o grupo em cujo território o grupo estrangeiro habitava. Falava-se na nação bantu ou nagô para referir-se aos escravos africanos; na nação tupi ou na nação tapuia para indicar os índios em território português; e os judeus, na Europa, eram genericamente designados como "o povo da nação". Assim, até o século XIX, nação se refere à origem comum de um grupo estrangeiro; raça, por sua vez, se refere, por exemplo, a corporações profissionais; país, se refere ao território comunal de origem (país dos bretões, país dos bascos, país dos gascões); etnia, sequer era usada e Estado se referia aos estamentos ou às ordens sociais do mundo sócio-político do Antigo Regime.

Encerro, assim, minhas primeiras observações enfatizando que, por um lado, os diferentes grupos

sócio-políticos sempre encontraram instrumentos linguísticos e descritivos para designar diferenças que, para eles, eram tidas como naturais - helenos e bárbaros, romanos e bárbaros, cristãos e gentios, fiéis e góis. Para nós, entretanto, sendo traços de língua, religião, organização política, nós os consideramos como culturais e, portanto, históricos não por natureza. Por outro lado, percebemos como a identificação entre Estado, nação, povo e raça é recentíssima e foi feita combinando termos e idéias de proveniências diferentes, mas que tinham em comum três aspectos: 1. referir-se à origem do grupo; 2. referir-se a traços tidos como naturais a este grupo; 3. referir-se à diferenciação entre esse grupo e outros. Origem, naturalização e diferenciação permitiram unir termos e conceitos cujos sentidos, embora próximos, designavam realidades diferentes. Temos ideologias e, delas, virão mitologias.

**Legitimação cívica
que assegure
e conserve lealdade
é requisito
do Estado moderno**



Eric Hobsbawn, num estudo recente sobre o surgimento dos estados nacionais, observa que para um Estado existir, precisa possuir quatro traços definidos pela Revolução Francesa: 1. território contínuo e demarcado por fronteiras legais reconhecidas; 2. exercer a autoridade diretamente e não por meio de corporações e estamentos autônomos, isto é, possuir unidade e centralização jurídica, política e administrativa; 3. ser reconhecido como povo soberano, isto é, uno, indiviso e autor de suas leis; 4. encontrar mecanismos de legitimação pelos quais a população seja leal aos governantes, o melhor instrumento para isto sendo a consulta periódica aos sujeitos, na qualidade de cidadãos que escolhem representantes e emitem opiniões em público. Hobsbawn observa que as condições para que o Estado seja Estado não parecem requerer que ele seja uma nação. Por que, então, o Estado moderno se apresenta como Estado-nação?

O Estado moderno, através da administração pública, da legislação e do exército é onipresente e busca legitimar-se através dos procedimentos de democratização. Todavia, a democratização, ao afirmar a universalidade dos direitos numa sociedade de classes, onde os trabalhadores começam a se organizar em movimentos políticos, põe em perigo a unidade e a legitimidade do Estado. Este precisa, portanto, de uma espécie de legitimação cívica, uma religião cívica que desperte e conserve a lealdade. Assim, ao lado do Estado político é preciso um Estado simbólico, emocional, cimento afetivo de lealdade e obediência. O Estado simbólico-emocional é a nação, a comunidade imaginária.

Ora, diz Hobsbawn, para identificar-se com a na-

ção, o Estado precisaria contar com elementos protonacionais que fossem postos em movimento por ele como elementos nacionais. Quais seriam os elementos protonacionais existentes na população que poderiam ser mobilizados politicamente pelo Estado para dar origem ao Estado nacional? A ideologia afirma que esses elementos são: a língua, a religião, a consciência do pertencimento à comunidade e a etnia. Hobsbawn nos mostra que nenhum desses elementos é protonacional:

- antes do Estado-nação não há língua nacional, pelo contrário, há dezenas de dialetos e de línguas, de modo que a língua não é fator pré-nacional de unificação nacional e as línguas nacionais foram impostas pelo próprio Estado, a partir da linguagem das elites cultas de cada país, a imposição sendo feita pela educação e por formas variadas de comunicação social (hoje: rádio e televisão; ontem, o jornal de província);

- a religião também não é o elemento protonacional de identificação e por dois motivos opostos: ou porque a religião visa ao universal e não ao particular; ou porque a religião visa ao particular extremo, a tribo, por exemplo. Nos dois casos, a religiosidade não serve aos fins nacionais do Estado;

- o sentimento de pertencer a uma comunidade de origem não é popular; as elites dominantes, pré-nacionais e pré-estatais, possuem essa consciência (são regidas pelos princípios da *natio*, *fidelitas* e *communitas*), mas as classes populares possuem lealdades locais e dirigidas a pessoas concretas, jamais uma lealdade abstrata à comunidade de origem;

- finalmente, a etnia ou a raça: na medida em que o Estado político está à procura de uma unidade nacional é porque ela não está dada para ele e a pluralidade étnica e racial é um fato inescapável, sobretudo porque a existência das pequenas comunidades locais, das corporações profissionais, das ordens múltiplas, e das "nações", multiplica as etnias, em vez de unificá-las. Assim sendo, a etnia, também, não é o elemento protonacional para a nação.



**Racismo nacionalista
do século
passado exprime o
momento de
consolidação do Estado**

Como explicar que não sendo estes os elementos protonacionais da nação, quando esta se apresenta como Estado nacional e estes sejam os elementos apresentados como seus constituintes? É que o Estado político produz a ideologia nacional e cria o Estado-nação. Ele o faz criando uma herança nacional, uma tradição nacional, uma história nacional, uma educação nacional e os símbolos nacionais e, sobretudo, ele o faz através da invenção da etnia como raça biológica. Assim, o Estado Nacional é um construto histórico, de natureza política e ideológica, cujo principal agente de

elaboração é a classe média urbana estimulada pelo Estado. Esta classe não possui os vínculos políticos e econômicos que lhe dêem estabilidade, ao contrário da classe dominante que domina a economia e o Estado político e da classe trabalhadora que se relaciona com o mercado e com o Estado pela mediação da classe dominante. Assim, o Estado político mobiliza a classe média e a elite intelectual para produzir o Estado nacional.

Por que, nesta construção ideológica, a etnia entendida como raça natural terá um papel central, desde o final do século XIX?

Pelo menos por 4 motivos principais:

1. a urbanização moderna, produzindo, pela imigração e migração, uma diáspora sem precedentes e causando verdadeiro terror nos estratos mais tradicionais da classe dominante e na classe média;

2. a democratização, levando a classe trabalhadora a organizar-se social e politicamente, pondo em dúvida a legitimidade do mercado e do Estado político e sobretudo exigindo a efetivação de seus direitos;

3. a teoria darwinista da evolução das espécies e da sobrevivência dos mais aptos por seleção natural das raças melhores e superiores;

4. o desenvolvimento dos estudos de genética, enfatizando os caracteres hereditários dos indivíduos e grupos.

Através da escola e das universidades, através da legislação sobre imigração e migração, através dos estratos cultos da pequena burguesia (professores, jornalistas de província, oficiais subalternos) que se sentem ameaçados pela democracia, pelos trabalhadores, pelos capitalistas e pelos imigrantes/migrantes, uma poderosa engenharia social e política fará da raça o conceito central da nação. Agora, a língua se torna produto da raça e a reforça; a religião se torna produto da raça e a reforça; o pertencimento à comunidade de origem se torna produto da raça e a reforça. Com a raça produzindo a língua, a religião e a comunidade, está produzida a nação. E, com o nacionalismo virá o racismo, que o exprime como os genitores exprimem a prole.

No entanto, se compararmos o racismo do século XIX e aquele que preside o nazismo com o racismo contemporâneo, as diferenças são grandes e delas é preciso tratar.

Sem dúvida, todos os racismos possuem em comum a idéia da nação una e indivisa no espaço e no tempo; a idéia de raças inferiores e superiores por hereditariedade; o conservadorismo reacionário antidemocrático e autoritário. São ideologias etnocêntricas e xenófobas. São ideologias biológicas, psicológicas e políticas. São nacionalistas e erguem mitos nacionais, operam com a identidade nacional mítica, o caráter nacional mítico. Mas são histórica e conceitualmente diferentes.

Diferença histórica: o racismo nacionalista do século XIX e da primeira metade do século XX exprime o momento de construção, consolidação e plenitude

dos Estados nacionais; o racismo nacionalista do final do século XX exprime a mudança que o capitalismo neoliberal impôs aos Estados nacionais, isto é, sua desaparecimento no mercado mundial transnacional e a formação de conglomerados políticos. Estamos assistindo ao possível término dos Estados nacionais e, por isso, o racismo nacionalista não pode, hoje, exprimir-se como se exprimia ontem.

Diferença conceitual ou ideológica: embora o racismo seja uma ideologia e uma paixão, embora seja essencialmente violento, não opera, hoje, com as categorias que lhe permitiam operar até aos anos 50 de nosso século. A grande mudança ideológica lhe foi dada de presente, afinal, pelo discurso anti-racista dos anos 50 e 60. De fato, o antigo racismo era, fundamentalmente, uma ideologia biológica e uma mitologia dos caracteres hereditários. O discurso anti-racista dos anos 60 e 70 demonstrou que a raça era, na verdade, etnia e que a etnia é um fato e um processo cultural-histórico, algo feito e construído pela ação humana e não um dado da natureza. O atual discurso racista se apropriou da elaboração anti-racista e fez dela sua nova bandeira.



Discurso racista universalista é etnocêntrico e filho bastardo da revolução francesa

Escrevendo sobre o novo nacionalismo racista, Pierre André Taguieff distingue três níveis do racismo e dois grandes tipos de racismo contemporâneo.

Níveis:

- *racismo primário:* fenômeno psico-social emocional ou passional, sem qualquer elaboração ou justificação; corresponde ao que chamo de mito. Há uma mitologia racista que é um estado de espírito passional, irracional, que exprime medo e cólera, terror e ódio;

- *racismo secundário:* fenômeno psico-social mais sofisticado e que consiste no etnocentrismo;

- *racismo terciário:* que usa o vocabulário da raça e desenvolve justificativas científicas - nos séculos XIX e início do XX, a justificativa vem da biologia e da genética; agora, vem da antropologia e da psicologia social.

Esses três níveis de racismo encontram como adversários os argumentos anti-racistas. Que dizem os discursos anti-racistas?

1. raça e racismo não são a mesma coisa, isto é, a raça é um dado natural e o racismo é uma ideologia que usa esses dados com propósitos de discriminação e violência; este argumento divide, portanto, discursos sobre a raça em legítimos (científicos) e ilegítimos (racistas e ideológicos). A fragilidade desse argumento é evidente, na medida em que não discute a própria cientificidade da biologia e da genética quando criam o conceito de raça;



2. para corrigir essa fragilidade, o discurso anti-racista introduz um outro, fornecido pelos geneticistas: a raça é um dado genético comprovado; o racismo, porém, transforma as diferenças de raças em hierarquias entre as raças e, por isso, será melhor encontrar um outro conceito para designar a raça, já que o de raça foi desvirtuado pelo racismo. A fragilidade, também, é evidente, pois, mudado o conceito, bastará mudá-lo também no racismo, que continuará a ter bases científicas para se pronunciar;

**Racismo se apropriou
do discurso
anti-racista: todos
temos o
direito à diferença**



3. os anti-racistas preferem, então, mudar de terreno: raça não é um conceito biológico ou genético, mas um conceito social e político usado para justificar a discriminação, o assassinato e o genocídio; o conceito a ser usado para captar as diferenças sociais e culturais: é a *etnia*. E, é este argumento que permite que, do discurso anti-racista, saia um novo discurso racista.

Dissemos que o discurso racista além de possuir níveis, também, se distribui em tipos. Os dois grandes tipos de discursos racistas - excluído o discurso apavorado e apavorante do racismo como paixão irracional - surgem, na verdade, legitimados pelos discursos anti-racistas. O primeiro é o discurso universalista, o segundo, contrário ao primeiro, é o discurso comunitarista. O primeiro corresponde sobretudo ao século XIX e XX, até os anos 60; o segundo corresponde sobretudo ao final do nosso século. Isto não significa que o primeiro tenha desaparecido, mas ele permaneceu como discurso que corresponde ao do racismo mitológico passional, enquanto o segundo se tornou o discurso racista predominante.

O discurso racista universalista é o filho bastardo da

Revolução Francesa (ou do que os marxistas chamam de revolução burguesa); o discurso racista comunitarista é filho bastardo do pós-modernismo (isto é, do elogio do decentramento e da diferença). Antes de explicitarmos essas filiações, vejamos o que são tais discursos, de acordo com a descrição que deles nos faz Taguieff.

Racismo universalista ou discriminatório: afirma a existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças que vão da mais inferior à superior; afirma a naturalidade da desigualdade e da hierarquia de raças. Este racismo, biológico e etnocêntrico (pois a raça superior é a minha), presidiu a formação dos impérios coloniais, a escravatura, o nazismo e o fascismo. Seus axiomas são: a desigualdade é natural e nós somos os melhores; existe um único e verdadeiro tipo ou raça humana e somos nós. Como diz um autor, os outros pertencem a raças particulares e nós pertencemos e somos o universal. Os outros são não-humanos, semi-humanos ou quase-humanos. Nós somos os humanos e a humanidade. Exterminar o outro é natural e não é eticamente imoral, pois, o outro não faz parte do gênero humano.

Racismo comunitarista ou diferencialista: é o racismo contemporâneo que se apropriou dos pontos centrais do anti-racismo, isto é, que raça não é natureza, mas cultura ou etnia, e que todos temos o direito à diferença. Agora, afirma-se o caráter sagrado da comunidade, a identidade do grupo ou da nação, a obrigação de defender a integridade, a identidade e a especificidade da nação ou comunidade e, portanto, sua diferença. Cada comunidade-nação tem sua tradição, sua história, seus costumes, sua origem, sua língua, sua religião, sua sexualidade - essa diferença tanto pode ser genético-hereditária quanto puramente histórico-cultural, pois o importante não é a causa ou origem dessa diferença e sim sua existência visível (vejo a diferença da cor da pele, da textura da pele e do cabelo, dos gostos culinários, do modo de vestir, do formato dos olhos, dos deuses adorados, das formas de parentesco e de casamento, da música, da dança, da pintura, dos modos de pensar a diferença é um fato dado, o outro é um fato dado). Ora, cada comunidade-nação (por ser tomada como mito e não como criação histórica) tem sua verdade própria, milenar, tem sua língua materna, seus símbolos pátrios, seus costumes. Cada Estado-nação existe, desde todo o sempre, como uma realidade cultural inquestionada. É obrigação de cada um deles preservar sua diferença, sua alteridade, sua autenticidade. Portanto, somos contra a imigração, a migração, a mestiçagem, o sincretismo religioso, o sincretismo nas artes, a importação de idéias, pois tudo isto retira de nossa comunidade nacional sua vida verdadeira. Se os imigrantes, os migrantes, os negros, os índios, os judeus tiverem amor à sua diferença e à sua comunidade, serão os primeiros a concordar conosco. Como a negritude, como a indianidade, como a orientalidade, como o arabismo e o judaísmo haverão de permanecer em sua pureza e integridade, se deixar-

mos imigrações, migrações e miscigenações acontecerem? Para o nosso bem e para o bem dos outros, respeitemos o direito democrático à diferença. Sem dúvida, somos desiguais e ninguém há de negar que alguns são superiores a outros, mas ninguém precisa ser exterminado, desde que não venha contaminar a minha diferença. Os movimentos nacionalistas ganham a tonalidade do fundamentalismo religioso porque a religião é a mais pura e autêntica guardiã da raça - muçulmanos (e suas divisões), católicos (e suas divisões), ortodoxos, judeus, budistas, cada religião exprime a nação e a raça, no mesmo momento em que o Estado nacional está desaparecendo.

Se o discurso racista universalista era etnocêntrico e rumava a escravatura e para o genocídio; o discurso racista comunitarista é xenófobo e prefere formas legais de separação e exclusão, para não ter que chegar à violência do genocídio. Entre a violência física do racismo discriminatório - colonialismo, escravatura e genocídio - e a violência simbólica do racismo diferencialista - segregação e apartheid - o discurso anti-racista tornou-se impotente, vendo o racismo nacionalista apropriar-se de seus argumentos. O discurso racista discriminatório funda-se nos valores mais caros à democracia nascida da Revolução Francesa: o indivíduo e a universalidade; o discurso racista diferencialista funda-se nas armas que as minorias criaram para sua auto-defesa anti-racista: a comunidade e a alteridade. Lembremos, por exemplo, dos trabalhos científicos e filosóficos dos negros africanos ao elaborar a negritude para diferenciá-la do helenismo europeu, ou dos trabalhos dos eruditos judeus para diferenciar a cultura hebraica da greco-romana, ou dos trabalhos dos antropólogos para garantir a diferença indígena, ou dos folcloristas e do cinema novo brasileiro para afirmar a dimensão revolucionária do ser nordestino. Cada um desses esforços anti-racistas dos anos 50, 60 e 70 produziram como contrapartida o neo-racismo do direito à diferença, do qual o movimento separatista que começa a crescer no sul é o último exemplo.

**Separatismo, cruzada
antinordestina
e contra os negros
recrudescem
em São Paulo, 1992**



Não é minha intenção concluir de modo pessimista, dizendo que os racistas sempre serão mais fortes do que o anti-racismo. Mas, também, não poderei concluir com otimismo ingênuo.

Em 1992, quando o neonazismo, o separatismo, a cruzada antinordestina e contra os negros recrudescem em São Paulo, na qualidade de ocupante de um posto na administração pública responsável pela cultura, propus que a SMC (Secretaria Municipal da Cultura) tivesse como tema 500 Anos Depois: São Paulo dos

1000 Povos, diga não ao preconceito, diga sim à solidariedade. Desconfio, aliás, ter sido este o motivo para que a Comissão de Graduação da Faculdade sugerisse como tema para esta aula inaugural "Cultura e Racismo".

Na verdade, minha preocupação com o racismo vem de longa data, tanto por minha participação na Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos - cujos trabalhos, hoje, se desenvolvem na USP no Núcleo de Estudos da Violência - quanto por meu interesse em compreender a sociedade brasileira como sociedade autoritária e violenta, repousando sobre o mito da não-violência, da democracia racial e dos direitos políticos de todos os cidadãos. Sociedade hierárquica, marcada por relações sociais de tutela e relações políticas de favor e clientela, crispada no verde-amarelismo da Seleção canarinho e das Escolas de Samba, a sociedade brasileira, quantos já o disseram e quantos já o demonstraram, é profundamente racista (tanto quanto machista e classista). São Paulo, talvez mais do que outras cidades, é conservadora e reacionária, incapaz de um cotidiano minimamente fundado na idéia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Ainda em 1992, participei de uma comissão contra o racismo e o neonazismo, da qual participavam judeus, negros e nordestinos, que, embora acidentalmente unidos por um perigo comum, manifestavam o racismo entre si, exprimindo o modo como a organização social, as ideologias políticas e as mitologias culturais impregnam mesmo aqueles que têm no racismo seu grande adversário.

Se escolhi, entre vários caminhos possíveis para a aula de hoje, aquele que aponta o modo como o discurso e as idéias anti-racistas acabam operando como espelho para o racismo e oferecendo a este último argumentos para renovar-se e atualizar-se, é porque estou convencida de que as categorias de que dispomos para pensar o Brasil e para pensar o racismo não são suficientes para quebrá-los. Sei, como muitos sabem, que o mundo não se transforma por meio de idéias, nem através de idéias, pois as relações sociais são uma matéria opaca que determina nosso pensar e nosso agir. Mas acredito, também, que se não inventarmos um outro pensamento para os problemas que enfrentamos, não atravessaremos a opacidade da matéria social e nossa ação política e intelectual será cega.

A questão que, muito grosseiramente, procurei abordar aqui, sugere que, talvez, nossa impotência para elaborar um discurso contra o racismo venha do fato de termos sempre elaborado discursos *anti-racistas*, quando talvez fosse o caso de elaborar um discurso *não-racista*. Mas isto é assunto para uma outra aula, numa outra ocasião.

Muito obrigada.

A busca infrutífera do gene de Caim

VERÔNICA M. BERCHT E JOSÉ CARLOS RUY

Pesquisas recentes nos EUA e na Europa sobre a determinação genética do comportamento renovam velhos argumentos de nazistas e conservadores sobre a desigualdade entre os homens

Nos últimos anos a discussão sobre a determinação genética do comportamento humano reapareceu com força. O crime, a violência, a inteligência, o homossexualismo, o machismo (e seu correlato, a "feminilidade") são, cada vez mais, vistos como determinados geneticamente - numa repetição moderna de velhos argumentos aristocráticos do darwinismo social que, no começo do século, eram usados para justificar a superioridade racial dos homens de pele branca e, entre eles, o domínio das massas trabalhadoras por elites privilegiadas e arrogantes.

Essas teses foram reaparecendo aos poucos. Publicado originalmente em 1968, *O macaco nú*, de Desmond Morris, é um marco na vulgarização moderna dessas idéias. Trata-se de uma tentativa suspeita do ponto de vista científico, e bem sucedida do ponto de vista comercial, de apresentar o homem como um primata que, embora um pouco mais evoluído do que seus primos irracionais, continua dominado pelos instintos e pela determinação genética, como eles. Desde então, *O macaco nú* tem tido inúmeras reedições, e uma grande aceitação entre leitores desavisados.

Nos anos 70, surgiu mesmo uma nova "ciência", a sociobiologia, sistematizada pelo etologista Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, uma ideologia biológica que, empenhada em provar que todo o comportamento humano é determinado geneticamente, como nos animais, deu uma roupagem moderna ao velho darwinismo social.

A lista iniciada com *O macaco nú* contém, hoje, livros como *A anatomia do amor: A história natural da monogamia, do adultério e do divórcio*, da antropóloga norte-americana Helen Fisher, para quem há uma lei natural, inscrita em nossos genes, que molda o relacionamento afetivo e o acasalamento entre os seres da espécie humana. Outro livro deste gênero é *Personas Sexuais*, de Camille Paglia, que considera os papéis sexuais, o machismo e a *feminilidade*, decorrentes apenas de nossa natureza biológica, e não, também, das relações culturais,

históricas, estabelecidas entre homens e mulheres; relações condicionadas pelas peculiaridades das épocas e dos lugares onde ocorreram. Em 1985, o norte-americano Richard Herrnstein, psicólogo na Universidade de Harvard, publicou o livro *Crime e natureza humana*, onde expôs a tese de que muitos aspectos do comportamento criminoso decorreram não só de condicionamentos sociais, mas também de características biológicas. Herrnstein é um dos que pensam que os negros são intrinsecamente mais propensos ao crime do que os brancos.



Para o ponto de vista neoconservador, o comportamento entre os homens é programado geneticamente

Pode-se citar, também, nesta relação de neoconservadores, o livro *O apogeu e a queda do terceiro chimpanzé*, do biólogo norte-americano Jared Diamond, que sugere a tese de que a guerra, o estupro, o infanticídio, o racismo e o genocídio fariam parte de nossa carga genética. Seu livro recebeu, em 1992, o prêmio Rhone-Polenc, dado na Grã-Bretanha ao melhor livro de ciência. Por sua vez, biólogos norte-americanos como Michael Raleigh, da Universidade da Califórnia, e Robert Sapolsky, pesquisador da Reserva Nacional Maasai Mara, no Quênia, dizem que a capacidade de liderança entre os macacos (e, por extensão, entre os homens) é determinada pelo nível hormonal e pela presença de substâncias químicas (como a serotonina) elaboradas no cérebro - sugerem, portanto, que a capacidade de liderança é também determinada biologicamente.

Este ponto de vista neoconservador, que procura uma predisposição inata para o comportamento humano, inscrita nos genes de cada um de nós, simplesmente desconsidera o papel de fatores como o meio social, a cultura e a história particular de cada um dos grupos humanos.

O renascimento disfarçado do racismo e do darwinismo social, seja sob a forma da sociobiologia, seja sob a

máscara de pesquisas genéticas do comportamento humano, foi nos anos 60 uma resposta conservadora às lutas sociais que se acentuaram e aprofundaram na Europa e nos EUA. Trabalhadores imigrantes na Europa, negros, mulheres, estudantes, consumidores, ecologistas, lutavam contra “o direito do capital privado de organizar a produção sem levar em conta o bem estar público, e exigiam a regulamentação do processo produtivo pelo Estado”, afirma o biólogo Richard Lewontin, o psiquiatra Steven Rose e o psicólogo Leon Kamin, autores do livro *"Nous ne sommes pas programmés - Génétique, Hérité, Idéologie"* (Não somos programados - genética, hereditariedade, ideologia), uma crítica contundente ao determinismo biológico, em especial à sociobiologia. Esse pensamento se reforçou com a crise dos modelos de organização social, não apenas do Leste Europeu, mas principalmente a crise dos países capitalistas desenvolvidos, onde, nos últimos anos, ela traduz-se no desemprego, no empobrecimento das populações, da degradação das condições de vida.

Muitos vêem o destino escrito nos astros. Outros pensam que ele está na genética



A face visível e incômoda dessa desagregação social é o aumento da criminalidade, de formas anti-sociais de comportamento e ocupação, do uso de drogas, etc.

A tentação de se encarar esses fenômenos como determinados geneticamente, como uma inclinação mórbida inata de muitos indivíduos, é forte. “Toda atividade científica ocorre dentro de um contexto social, e objetividade científica perfeita não passa de uma quimera”, lembra o professor Ricardo Ferreira, pesquisador de biologia quântica na Universidade Federal de S. Carlos. “Nas ciências ligadas ao comportamento humano, porém - linguística, psicologia etc. -, a ideologia do cientista raramente é desprezível e, em alguns casos, pode ser um fator importante em sua atividade científica”, diz ele: “Muitas vezes o cientista não percebe, ou percebe mal, a influência da ideologia em seu trabalho”. Outras vezes, a ideologia do cientista leva-o mesmo à fraude, quando os resultados de suas observações contrariam convicções muito profundas.

Pesquisas norte-americanas recentes que procuram relacionar criminalidade e herança genética encaixam-se num desses casos de deformação da ciência por preconceitos ideológicos. Ao invés de se avaliar criticamente o sistema social, procura-se mudar as pessoas, considerando estas, e não o meio onde sobrevivem, responsáveis por comportamentos tidos como anti-sociais. Recentemente, a revista *Scientific American* registrou iniciativas científicas nesse sentido, apoiadas pelo governo e por universidades. Em 1992, um programa de pesquisas foi idealizado pelo médico negro Louis W. Sullivan, para estudar a violência entre os negros, que tem cinco vezes mais homicídios que os brancos, sendo essa a maior causa de mortes entre jovens negros de 15 a 24 anos de idade. Esse

programa previa a aplicação, em cinco anos, de US\$ 400 milhões para esse tipo de pesquisa; cerca de 5% das verbas iriam para pesquisa “biológica”, incluindo estudos sobre hormônios e neurotransmissores associados a comportamentos agressivos em animais e humanos.



O racismo científico antigo desmoronou com o nazismo ao final da guerra

Ainda em 1992 estava prevista a realização da conferência intitulada “Fatores Genéticos no Crime: Descobertas, Usos e Implicações”, na Universidade de Maryland, cujo prospecto referia-se ao “aparente fracasso do enfoque social para o crime” e sugeria a realização de pesquisas genéticas para o desenvolvimento de métodos capazes de identificar - e tratar quimicamente - criminosos em potencial. A National Academy of Sciences, dos EUA, por sua vez, publicou em novembro de 1992 o relatório “Compreender e Prevenir a Violência”, sugerindo a realização de mais pesquisas desse tipo, incluindo investigações sobre marcadores bioquímicos e tratamentos com drogas para comportamentos violentos e anti-sociais, embora admita a escassez de evidências substantivas para uma propensão ao crime *per se*.

A desenvoltura dos autores de iniciativas desse tipo choca-se, felizmente, com fortes resistências. Frederick K. Goodwin, diretor do National Institute of Mental Health, por exemplo, abriu a polêmica contra a pesquisa proposta por Sullivan. A conferência de Maryland provocou a fúria de lideranças de entidades de defesa dos direitos civis, e os protestos provocaram o adiamento do evento. Peter Breggin, psiquiatra de Bethesda, por sua vez, denunciou que os EUA estão planejando um programa de larga escala para segregar crianças negras e tratá-las com drogas. Nessa linha, uma revista negra, em Washington, assegura que o “governo dos EUA quer sedar os jovens negros”.

Diane B. Paul, cientista política na Universidade de Massachusetts, diz que o debate deve se intensificar com o avanço das pesquisas dessa espécie. “Nós estamos cada vez mais focalizados na genética”, diz ela, lembrando que as recentes descobertas de genes responsáveis por inúmeras doenças podem induzir muitas pessoas a procurarem semelhante origem para comportamentos considerados anti-sociais. Ela é cética sobre as pesquisas associando genes e comportamento. Paul lembra que, no passado, pensava-se que o comportamento fosse determinado pelos astros - e muita gente ainda acredita nisso hoje. Naquela época, essa crença atendia a uma necessidade social de se encarar o comportamento humano como inato, isto é, submetido a leis eternas e invariáveis. Com as descobertas da genética, este papel pode estar sendo atribuído à herança biológica. Como diz James D. Watson, descobridor da dupla-hélice do ADNe, assim, um dos pais da revolução na biologia, e hoje, um dos cabeças do Projeto Genoma Humano, “(...) nós costumávamos a

pensar que nosso destino estava nas estrelas, e agora nós sabemos que ele está em nossos genes”.

O racismo e o darwinismo social ressurgem, na forma de determinismo biológico



No final do século passado, o criminologista italiano Cesare Lombroso ficou famoso com sua teoria do criminoso nato, caracterizado por traços anatômicos, fisiológicos e patológicos. Francis Galton e Karl Pearson, também na passagem do século XIX para o século XX, criaram a teoria da eugenia, promovendo campanhas para a reprodução seletiva dos seres humanos, com o objetivo de impedir a degradação da raça pelo mestiçamento. Um dos resultados práticos dessas idéias foi a aplicação por muitos estados norte-americanos, durante a década de 1930 - com aprovação da Suprema Corte - da esterelização de condenados para reduzir o crime nas gerações seguintes. Esse pensamento “científico” legitimou, também, a tragédia que foi a perseguição, pelo nazi-fascismo, das chamadas raças inferiores.

Na sociedade européia agressiva, expansionista e cindida em classes radicalmente antagônicas daquela época, essas idéias encontravam campo fértil para florescer, e seu status científico era contestado por poucos.

Hoje, a busca do gene de Caim, que poderia ser o responsável pelo comportamento criminoso, da mesma forma como as teses que procuram na biologia explicações para fenômenos que são sociais, não encontra mais aquele ambiente incontestado, sendo recusado por grande parte dos cientistas. Com a derrota do nazismo na II Grande Guerra o status científico do racismo desmoronou, embora não tenha sido eliminado completamente. Muitos cientistas e pensadores proclamaram, desde então, a inconsistência científica das pesquisas que sustentavam o inatismo do comportamento do homem. Descobriu-se que a base de muitos dos principais estudos dessa corrente era formada por investigações fraudulentas. Samuel G. Morton, antropólogo norte-americano, desenvolveu no século passado argumentos “científicos” mostrando que a capacidade craniana - e, portanto, pensava-se então, a inteligência - dos negros, índios e asiáticos, eram menores do que a dos brancos. Foi apenas cem anos depois que o paleontólogo Stephen Jay Gould descobriu que Morton havia fraudado sua experiência. Como os homens tem estatura média maior do que as mulheres, sua capacidade craniana média também é maior. Assim, ele usou metade de crânios masculinos quando mediu os brancos, e apenas um terço de seus crânios masculinos para os negros. Além disso, preencheu os crânios não brancos com sementes de mostarda (que são leves, e por isso não compactam bem, dando como resultado um volume menor). Os crânios de brancos, porém, foram cuidadosamente preenchidos com chumbo de caça. Ao corrigir esses *desvios*, os dados mostram uma capacidade craniana uniforme para todas as raças.

Outro fraudador foi Sir Cyril Burt, autor de pesquisas, que tiveram grande influência no meio científico, “provando” que a inteligência é transmitida hereditariamente; descobriu-se, contudo, que os dados de seu estudo, bem como os próprios pesquisadores e pesquisados, foram inventados por ele.

“O ponto comum a todas as manifestações políticas recentes do determinismo biológico é que elas se opõem diretamente às reivindicações políticas e sociais daqueles que não possuem o poder”, dizem Lewontin, Rose e Kamin. Eles enfatizam, assim, a natureza propriamente ideológica e não científica dessas teses. O determinismo biológico, dizem eles, não morreu, como se viu com a iniciativa norte-americana contra a violência. Ele é “um modo de explicação poderoso para as desigualdades de status, riqueza e de poder nas sociedades capitalistas industriais contemporâneas”. É a expressão, em nível teórico e ideológico, dos mesmos preconceitos que animam o nacionalismo que ressurgem em nossos dias e o racismo que o acompanha.



Reduzir o homem à expressão animal e genética significa eliminar o que caracteriza o ser humano

Ao reduzir o homem à sua expressão animal e genética os deterministas eliminam aquilo que caracteriza propriamente o ser humano, que é resultado da conjunção de cultura e biologia. “A humanidade não pode ser separada de sua própria biologia”, lembram Lewontin, Rose e Kamin. Os traços dos indivíduos humanos não podem existir isoladamente. Sua herança genética, sem o contato social, não poderá jamais ser desenvolvida completamente. Sem o trabalho, a interação com outros homens e o aprendizado, o potencial genético que leva à formação do cérebro humano e ao pensamento nunca se desenvolveria. Por outro lado, a natureza dessa vida social é por sua vez consequência da natureza biológica, animal, genética, que nós, seres humanos, também carregamos. Se fosse possível separar estas duas características (uma biológica e genética, outra cultural e histórica) que se relacionam dialeticamente nos seres humanos, o resultado seria a criação de dois seres hipotéticos que não são humanos, por mais que os deterministas biológicos pensem o contrário.

VERÔNICA M. BERCHT é bióloga e jornalista.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Ricardo, *Determinismo biológico e integridade científica*, Revista da Civilização Brasileira, nº 21, março de 1980.

SACARRÃO, Germano da Fonseca, *Biologia e Sociedade*, Vol. 1, *Crítica da Razão Dogmática*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1989.

The Economist, 26.12.1992 (artigo “Nature or Nurture?”).

Scientific American, fevereiro de 1993 (Artigo “Genes and Crime”).

LEWONTIN, Richard C.; ROSE, Steven; KAMIN, Leon J., *Nous ne sommes pas programmés - Génétique, Hérité, Idéologie*, Editions La Découverte, Paris, 1985 (Original inglês: *Not in our genes. Biology, ideology and human nature*).

Oriente Médio: Uma análise Geopolítica Internacional (*)

LEJEUNE MATO GROSSO DE CARVALHO

Posições estratégicas e reservas de petróleo são os atrativos da região onde agravam-se os conflitos

A região comumente denominada de *Oriente Médio* (ou *Oriente Próximo* do ponto de vista geográfico dos europeus), é uma das mais estratégicas do planeta. A Palestina, cujas terras encontram-se no meio dessa região, desde a antiguidade e durante milhares de anos foi o local de passagem para caravanas de comércio. Nessa grande porção de terras unem-se três continentes: a Ásia, Europa (pelo mar Mediterrâneo) e a África (pelo mar Vermelho).

Há nessa área, porém, alguns pontos em particular, onde é preciso deter-se mais atentamente sobre suas localizações geográficas, para um melhor entendimento do quanto é importante, inclusive do ponto de vista militar, o Oriente Médio. (2)

A primeira delas é o estreito denominado *Bab el Mandeb*. Este fica entre o Estado de Djibuti e a República do Iêmen, no mar Vermelho (bahr ahmar). É também o local onde ocorre o estreitamento do Golfo de Aden, que banha não só o Iêmen, mas toda a costa oeste da Arábia Saudita e a costa leste de vários países da África. O mar Vermelho é a ligação fundamental para se atingir o canal de Suez, no Egito.

Essa porção de mar, representa uma linha de cerca de 50 Km, situada entre o 14° e 15° paralelo e o 12° e 14° meridiano. Por ali passam boa parte dos navios em direção a Europa e norte da África, vindos da parte sul do continente africano e asiático.

Um segundo ponto estratégico da região é o *Estreito de Ormuz*, situado entre os países de Omã e Irã. É o ponto que liga o Golfo de Omã e o Golfo Pérsico-Arábico. A distância em linha reta entre esses dois países é de cerca de 120 Km. Por essa área passam todos os navios para adentrar ao Golfo.



Uma das sete frotas americanas estacionam sempre nas águas do Oriente Médio

Por aí, circulam todos os super-petroleiros das grandes companhias petrolíferas, em especial os da Aramco - Cia Petrolífera da Arábia Saudita - maior produtor de petróleo

(*) O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise mais detida sobre a real situação em que se encontra a região geográfica da Terra, denominada de "Oriente Médio". Não se entrará, aqui, em aspectos culturais, religiosos e históricos dos povos da região.

O trabalho se propõe abordar a região do ponto de vista geopolítico, fornecendo um panorama, ao mesmo tempo, estratégico do ponto de vista estritamente geográfico, bem como do ponto de vista político, internacional e mesmo militar.

Será abordado, ainda que em linhas gerais, aspectos da situação dos países árabes, questões internas dos 21 povos que compõem a nação árabe. O papel da ONU como instituição política de grande importância também é mencionado.

Finalmente, com dados e números, os mais atualizados possíveis, será feita uma análise da geopolítica do petróleo, encarado como energia estratégica da humanidade, pela qual está ainda,

dependerá pelo menos nos próximos 20 anos.

Do ponto de vista metodológico, o presente artigo é uma abordagem essencialmente teórica e bibliográfica, não tendo sido feito nenhuma pesquisa empírica mais sistematizada sobre o assunto.

Encontrou-se dificuldades especiais referentes as bibliografias cotidianas, revistas e jornais, na medida que as poucas disponíveis no mercado editorial brasileiro são importadas nos idiomas inglês, francês, espanhol e árabe, este último de domínio linguístico bastante complexo.

Não há muitas informações disponíveis no país sobre o Oriente Médio, ou pelo menos, não há divulgação de maior amplitude para um público, ainda que leigo, mas interessado. Não há centros de pesquisa e de referência sobre o assunto. Não há revistas especializadas sobre arabismo. (1)



do planeta. Esse ponto fica entre o 26° e 28° paralelo e o 56° e 58° meridiano.

Pelo menos uma, de todas as frotas navais da maior armada do planeta, a dos Estados Unidos, fica permanentemente na região marítima do Oriente Médio, ora nas águas do Golfo de Aden, ora no Pérsico-Arábico ou no mar Vermelho.

O último dos três pontos mais importantes e estratégicos de todo o Oriente Médio é o *Canal de Suez*. Este canal, construído no século passado pelos ingleses e nacionalizados em 1956 pelo ex-presidente do Egito *Gamal Abdel Nasser* (falecido em 1970), é elo, fundamental, de ligação

entre o mar Mediterrâneo e o mar Vermelho.

Tal canal separa o continente africano da região do Oriente Médio, na península do Sinai (região essa ocupada pelo Estado de Israel na guerra dos 6 dias em 1967, mas devolvida ao Egito através dos acordos de paz de "Camp David", de 1979). Sua posição geográfica situa-se entre os paralelos e meridianos 30° e 35°. São cerca de 150 Km de terras e pequenos rios ligados artificialmente por canais e eclusas.

Pelo dados disponíveis no Quadro I, o mundo árabe hoje tem 239.506.000 de habitantes, ou seja, 4,78% de todos habitantes do planeta (de um total estimado de

Quadro I - Caracterização dos países árabes

País árabe	Capital	Área	População	Densidade
Sudão	Cartum	2.503.890	29.971	11,97
Argélia	Argel	2.381.741	26.401	11,08
Arábia Saudita	Riad	2.240.000	15.267	6,81
Líbia	Trípoli	1.757.000	4.447	2,53
Mauritânia	Nuakochott	1.030.700	2.108	2,04
Egito	Cairo	997.739	55.979	56,10
Somália	Mogadício	637.000	7.872	12,35
Iêmen	Sanaaa	531.869	12.147	22,84
Marrocos	Rabat	458.730	26.239	57,20
Iraque	Bagdad	435.052	18.838	43,30
Omã	Mascate	300.000	1.640	5,47
Síria	Damasco	185.180	12.958	69,97
Tunísia	Túnis	154.530	8.143	54,44
Jordânia	Amân	88.946	3.636	40,88
Emirados	Abudabi	77.700	1.989	25,60
Djibuti	Djibuti	23.200	0,557	24,00
Kuwait	Kuwait	17.818	1.190	66,78
Palestina (1)	Jerusalém	11.500	6.270	N.d.
Qatar	Doha	11.427	0,520	45,51
Líbano	Beirute	10.230	2.803	274,00
Bahrein	Manama	691	0,531	768,45
TOTAIS		13.854.943	239.506	17,28

FONTE: "Livro do Ano", 1993. Encyclopaedia Brittanica, SP/Inglaterra.
(1) Considera-se a área Palestina a Cisjordânia e Gaza.

5.003.500.000) e ocupam geograficamente 13.854.943 Km² de terras descontínuas, representado 10,84% de todo o planeta. (3)

A região do Oriente Médio não é estratégica apenas pela sua localização, pela situação como encontram-se os seus mares, terras e canais, mas fundamentalmente pelas suas reservas provadas e inferidas de petróleo.

O planeta continua sendo movido pela energia derivada do petróleo. Ainda que existam energias alternativas e se façam pesquisas sobre a sua substituição - como é o caso do "Programa do Alcool" no Brasil - não há possibilidade deste vir a ser substituído, pelo menos nos próximos 20 anos. Como muitos países industrializados estão com suas reservas praticamente esgotadas, é preciso então, sob a ótica imperialista, controlar o petróleo dos outros.

Sabe-se que o petróleo como fonte de energia deverá estar esgotado, segundo os mais otimistas, nos próximos 35 anos, no máximo. Os mais pessimistas - e defensores de energias alternativas e menos poluentes - acreditam que o esgotamento ocorrerá nos próximos 15 anos. Isso significa, nesta última visão, que a partir do ano de 2008, a humanidade deverá ter que investir na prospecção de tipos de petróleo e seus derivados, mais caros, do tipo não convencional, como xistos, areias betuminosas, óleos pesados, que demandam investimentos de mais de US\$ 100.000,00 por barril/dia, enquanto hoje, a Arábia Saudita extrai petróleo com investimento de no máximo US\$ 10.000,00 por barril/dia. (4)

Segundo *Nicolas Sarkis*, diretor do Centro Árabe de Estudos do Petróleo, as reservas mundias do óleo provadas e inferidas, situam-se hoje (excluindo-se as reservas não descobertas), na casa de 635 bilhões de barris, e os países árabes detêm 62,4% desse total (396 bilhões de barris) e ainda controlam 21% das reservas mundiais de gás natural. (5)

Conforme pode-se observar no Quadro II, os 13 países

mencionados produzem apenas 34,04% de todo o petróleo que consomem. Dos 6,8 bilhões de barris que importam, 1,9 bilhões vem dos países árabes (18,38%). O Brasil está entre os países que importam dos árabes elevadas quantias das suas necessidades (65%), como também a Itália (50%) e a Índia (com 48%). (6)

As grandes empresas petrolíferas existentes no planeta, conhecidas popularmente como "As Sete Irmãs", são na verdade dez grandes empresas. Dessas, 8 são americanas e apenas 2 são inglesas, conforme se pode observar no Quadro III. Tais empresas possuem as "suas reservas" de petróleo e boa parte dessas "reservas" provém de áreas cedidas por alguns países árabes (7).



Texaco obtém 92% de todo o seu petróleo no mundo árabe. Exxon obtém 38%, Shell 29%

As reservas exploradas pelas 10 gigantes petrolíferas são da ordem de 35 bilhões de barris comprovados. De todo esse petróleo, pode-se dizer, que: de cada 4 barris extraído do solo ou do mar, 1 é árabe ou persa e vem do Oriente Médio ou do Norte da África.

Isso traduzido em dólares (com dados de 89), significa que dos 404,8 bilhões de dólares faturados por todas as empresas, US\$ 104,51 bilhões vieram dos países árabes ou persa, significando, ainda, um lucro líquido vindo do Oriente Médio de US\$ 9,233 bilhões. Tal riqueza não fica à disposição dos países exportadores. (8)

Ainda pelo Quadro III, pode-se ver que empresas como a Texaco, obtém 92% de todo o seu petróleo no mundo árabe, assim como a Exxon, 38% do total a Atlantic 32%, a USX, 31% e a Shell, 29%.

Na questão da exploração propriamente dita, entendi-

Quadro II - Produção de petróleo x importação
(Em milhões de barris por ano)

País	Consumo total	Produção própria	Importação total	Importação dos árabes	%
EUA	5.380	2.959	2.421	653	27,00
Brasil	440	234	206	152	65,00
Alemanha(Ocid.)	557	33	526	84	16,00
França	503	20	483	130	27,00
Itália	496	35	461	230	50,00
Holanda	375	23	352	92	26,00
Espanha	349	11	338	68	20,00
Belgica	174	2	172	40	23,00
Japão	1.203	12	1.191	262	22,00
Coréia(Sul)	261	-	261	52	20,00
Singapura	252	-	252	76	30,00
Índia	342	212	130	63	48,00
Filipinas	76	2	74	12	16,00
TOTAIS	10.408	3.543	6.867	1.914	18,38

FONTES: OPEP e ONU, e "Oil & Gas Journal", "International Energy Agency", citados pela Revista "Fortune", Volume 122, nº 6, de 10 de setembro de 1990, págs. 47 a 49.

Quadro III - Empresas petrolíferas x petróleo árabe					
Companhia	País	Faturamento (bilhões US\$)	Lucro líquido (bilhões US\$)	Reservas de Petróleo Administrada bilhões b/d	% de Petróleo Árabe/Persa
Exxon	USA	86,60	3,50	6,60	38,00
Shell	UK	85,50	6,50	9,10	29,00
Mobil	USA	51,00	1,80	2,60	4,00
British	UK	49,50	3,50	4,90	-
Texaco	USA	32,40	2,40	2,30	92,00
Chevron	USA	29,50	0,251	2,80	14,00
Amoco	USA	24,20	1,60	2,70	11,00
USX	USA	17,70	0,965	0,764	31,00
Atlantic	USA	15,90	1,90	3,00	32,00
Philips	USA	12,50	0,219	0,991	18,00
TOTAIS		404,80	22,635	35,755	25,82 (média)

FONTE: "Fortune"- vol. 122 - nº 6 - 10/09/90, págs. 45-46.

do esse termo no sentido de tirar a riqueza de um povo e enviar para outro, também aqui, os países árabes fazem um mau negócio. Especialmente aqueles cujas reservas são exploradas pelas companhias petrolíferas internacionais.

Com a queda acentuada dos preços do óleo desde 1986, e o acréscimo e criação de diversas taxas nos países industrializados, acabaram por acarretar uma maciça

transferência de renda do petróleo dos países produtores para os países consumidores. Estima-se que no período de 1986-1992, foram transferidos cerca de 320 bilhões de dólares. (9)

Segundo o professor *José Walter Bautista Vidal*, são dois tipos de países árabes: "(...) do ponto de vista do controle das reservas do petróleo, podemos classificar os países localizados no Oriente Médio em duas categorias. Na primeira estão aqueles em que as reservas de petróleo são concessões, por longo prazo, a corporações transnacionais de origem norte-americana e inglesa. Entre esses estão o Kuwait, Omã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, entre outros. Na segunda categoria estão os países em que o petróleo é patrimônio de seus povos (...) "(10). Neste último bloco encontram-se países como o Iraque, a Argélia, a Tunísia, o Iêmen, o Sudão, a Líbia, etc.

Pelo Quadro IV, pode-se ter uma noção das reservas petrolíferas comprovadas no mundo, junto com as inferidas e as não-descobertas. Pelos números que se observa, envolvendo 10 países exportadores de petróleo, vê-se que os árabes detêm 466,1 bilhões de barris, o que significa 43,60% do conjunto, ou ainda, 452,59% a mais que os Estados Unidos. Aqui não estão computados ainda as reservas de países árabes menores.

Nessa situação, a ocupação do Kuwait desencadeada por *Saddam Hussein*, em agosto de 1990, sob o argumento de que este país era a sua 19ª província, gerou uma desestabilização na questão do controle das reservas petrolíferas mundiais. O Iraque estaria, assim, controlando quase 20% de todo o petróleo do mundo e poderia expandir-se para os micro-estados árabes do Golfo e mesmo para a Arábia Saudita, podendo, se isso ocorresse, vir a controlar mais de 50% das reservas mundiais.

Prossegue o professor *Bautista Vidal* "(...) como os países árabes controlam acima da metade das reservas restantes do petróleo recuperável do mundo, eles e somente eles, serão capazes de promover, a partir do ano 2000, um aumento proporcional do mercado mundial. Esta foi

Quadro IV - Reservas petrolíferas (em bilhões de barris)		
Países	Reservas provadas, inferidas e não descobertas	
	números absolutos	números relativos
Arábia Saudita	208,6	19,51%
ex-URSS	158,0	14,78%
Kuwait	89,2	8,34%
Iraque	85,7	8,01%
Estados Unidos	84,4	7,89%
Irã	78,1	7,30%
China	58,4	5,46%
Emirados Árabes Unidos	56,7	5,30%
México	55,0	5,14%
Venezuela	54,7	5,11%
Canadá	34,1	3,19%
Líbia	25,9	2,42%
Noruega	22,7	2,12%
Inglaterra	20,5	1,91%
Nigéria	20,2	1,88%
Indonésia	16,7	1,56%
TOTAIS	1.068,9	100,00%

FONTE: José Walter Bautista Vidal, "Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência", Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1991, págs. 125-126.

Quadro V - Governantes árabes

País árabe	Chefe de estado	Cargo	No poder desde
Arábia Saudita	FAHD IBN AL-AZIZ AS-SAUD	Rei	junho de 82
Argélia	ALI KHAF	Presidente	02/07/92
Bahrein	ISSA bIN SULMAN	Emir	02/11/61
Cátar	KHALIFA bIN HAMAD ATH-THANI	Sheik	22/02/72
Djibuti	HASSAN GULED APTIDON	Presidente	12/07/77
Egito	HOSNI MUBARAK	Presidente	06/10/81
Emirados	ZAYED bIN SULTAN AL NAHYAN	Skeik	dezembro/71
Iêmen	ALI ABDULLAH SALEH	Presidente	24/05/90
Iraque	SADAM HUSSEIN	Presidente	16/07/79
Jordânia	HUSSEIN IBN TALAL	Rei	11/08/52
Kuwait	JABER AL-AHMAD AS-SABAH	Emir	31/12/77
Líbano	ELIAS HRAVÍ	Presidente	24/11/89
Líbia	MUAMMAR KADAFI	Presidente	08/09/69
Marrocos	HASSAN II	Rei	03/03/61
Mauritânia	MAAVÍA ULD SID AHMED TAIA	Presidente	13/12/84
Omã	QABUS bIN SAID	Sultão	23/07/70
Palestina	YASSER ARAFAT	Presidente	31/03/89 (1)
Síria	HAFEZ EL-ASSAD	Presidente	13/03/71
Somália	ALI MAHDI MOHAMED	Presidente	09/01/91
Sudão	OMAR HASSAN	Presidente	30/06/89
Tunísia	ZIN AL ABIDIN bEN ALI	Presidente	07/11/89

FONTES: Almanaque Abril, Lisa 1993, e "Livro do Ano" 1993, Encyclopaedia Brittanica, SP/Inglaterra. (1) Data de eleição de Arafat como presidente do Estado Palestino no exílio pelo CNP.

a principal razão da guerra de janeiro/fevereiro de 91, no golfo (...)" (11)

Em todo o planeta movimenta-se por ano 460 bilhões de dólares na remuneração do petróleo produzido. Se acrescentar a isso os derivados e o ramos petroquímico, transporte e toda a comercialização auxiliar, esses valores atingem quase 2 trilhões de dólares ao ano.

Ora, com a aproximação do fim da era do domínio dos Estados Unidos na indústria do petróleo e com o crescimento das empresas estatais (revista "Petroleum & Energy Intelligence", janeiro, 91), editoriais de revistas e jornais internacionais especializados vêm estimulando a privatização do petróleo nacionalizado (revista "Offshore", janeiro, 90). (12)



**Petróleo disponível:
5% estão nos
EUA, 13% na ex-URSS
e 56% nos
países da OPEP**

Com a recente elevação da produção petrolífera da Árabia Saudita para patamar superior a 8,3 milhões de barris/dia, resultando num preocupado editorial da revista "World Oil" (dezembro de 90), quando se pensava que esta só conseguiria atingir 7 milhões, conclui-se que a questão do petróleo é, também, uma questão do poder. "A geopolítica do petróleo é um capítulo da geopolítica da dominação". (13)

Não é objeto do presente trabalho, abordar a questão do

crescimento e influência do islamismo no Oriente Médio e particularmente o aumento de fiéis da corrente denominada "fundamentalismo islâmico" em todo o mundo árabe. (14) Mas, já é uma realidade o ressurgimento do poder dos árabes, "povos de cultura milenar fortemente enraizada e acrescentando-se aí a força religiosa do Islã, de conteúdo marcadamente antiimperialista.

O confronto com as grandes potências industriais-militares é praticamente inevitável". (15)

Com base ainda nos dados do Quadro IV, conclui-se que, de todo o petróleo original recuperável, cerca de 600 bilhões de barris estão disponíveis, sendo que 21% encontra-se do lado ocidental (126 bilhões), e os Estados Unidos detém apenas 5% (30 bilhões), a ex-URSS detém 13% (78 bilhões) e os países da OPEP 56% (ou 336 bilhões). (16)

Pode-se dimensionar a importância estratégica mundial do petróleo, quando se trabalha com cálculo da produção e do consumo mundial. O consumo de um ano de todo o planeta é estimado em 20 bilhões de barris. Pelos números que se tem, as reservas americanas de óleo dariam para abastecer o planeta por apenas 1 ano e 6 meses, as da ex-URSS para 3 anos e 9 meses, enquanto que as reservas da OPEP, o cartel do óleo, *dariam para assegurar o consumo de todo o mundo por 16 anos e 8 meses.*

Os árabes têm se mostrado imensamente superiores aos americanos na questão do petróleo. Isso pode ser medido apenas pelo item da produtividade. Pelos dados disponíveis em 89, a Árabia Saudita possuía apenas 858 super-poços petrolíferos, enquanto que os Estados Unidos tinham 612.448 poços. Cada poço saudita produziu nesse ano uma média diária de 5.668,4 barris/dia, contra apenas 12,5 barris/dia dos poços americanos. As reservas sauditas do óleo são da ordem de 257,5 bilhões, ou seja, 898,06% maiores que dos Estados Unidos. (17)

Em tempo: a questão do petróleo é tão conflitiva, que na decretação do primeiro choque do petróleo em 1973, quando o barril do óleo era comercializado a US\$ 2,70 e pulou para US\$ 11,20 em 74, chegando a US\$ 34,20, (18) chegou a ter início um conflito que poderia ter envolvido os EUA e a URSS. Nos conflitos dos reféns da embaixada americana de Teerã de 79, chegou a haver mobilização dos efetivos militares da OTAN e do Pacto de Varsóvia. (19)

Após a vitória militar americana contra o Iraque na guerra de janeiro de 91, propalou-se que uma nova ordem mundial havia sido instaurada. Que o mundo marcharia para uma época do fim da bipolaridade. Todas as barreiras nacionais e de fronteiras deveriam ser quebradas. Parecia que o planeta agora teria um novo e único "dono".

Ocorre que a ONU, nesse novo contexto, não tem cumprido o papel para a qual foi constituída em 1945, quando os aliados vitoriosos da II Guerra Mundial votaram a "Carta das Nações", uma espécie de estatuto da Organização. Esse texto diz que a ONU deve procurar alcançar a paz entre os povos e respeitar a sua auto-soberania e determinação.

O que se tem visto quando da ocupação do Kuwait pelo

Iraque, é que o seu Conselho de Segurança, em especial com a capitulação da ex-URSS - membro permanente e tem direito a veto às suas decisões - tem servido de instrumento para a política externa americana.

As decisões da ONU sempre foram - e deveriam continuar sendo - recomendatórias e nunca impositivas. A ONU não tem poder de decidir se um país pode ser ou não invadido por tropas de outros países membros, e que o executor de tais decisões será sempre o poderoso exército americano.



Zonas de exclusão relacionam-se à revisão do conceito de soberania absoluta das nações

Nessa conjuntura atual, não faltam estudiosos e analistas que proponham uma revisão profunda dos conceitos clássicos de soberania nacional e auto-determinação dos povos, ou como dizem: "conceito limitado e relativo de soberania".

O prof. *Paul Wilkinson*, diretor do Instituto de Pesquisa para Estudo de Conflitos e do Terrorismo da Inglaterra, afirma: "(...) a criação de zonas de exclusão, embargos decretados pela ONU e envio de tropas de ocupação, podem estar relacionados com tentativa de revisão do conceito de soberania absoluta de um Estado nação (...)". (20)

O correspondente do *Jornal do Brasil* em Londres, *Mário Andrade Silva*, refletindo, talvez, sua opinião pessoal ou tentando constatar a realidade, afirma: "(...) os Estados Unidos, como a maior potência militar, transformaram-se no único herdeiro da confiança mundial depois da guerra fria (...)". (21)

Ainda, nesse mesmo despacho, o correspondente afirmava: "(...) o poder de coação da presença militar americana serve como um eficaz instrumento de paz em muitas regiões do mundo (...)". Tal ponto de vista bélico e intervencionista, chamado de "moderno", desrespeita tudo o que se entende por soberania nacional e autodeterminação de um povo.

Nestes tempos difíceis, após o fim da bipolaridade, a ONU tem procurado formar seu próprio exército, de tal forma que não precise chamar os "irmãos" do norte e seu poderoso exército. Tal força militar, chamada de "Forças de Paz" ou "Capacetes Azuis" já existem e atuam em vários pontos da Terra.

Isso demanda uma despesa imensa. A ONU gastou (somente em 1991), 3,092 bilhões de dólares com a manutenção de um exército de apenas 45.364 homens, espalhados por 12 países. Isso significa um gasto de US\$ 5.679,98 por cada soldado por mês. De todas essas 12 regiões onde atua o exército da ONU, metade delas são regiões árabe-palestinas. (22)

No recente episódio do bombardeio à Bagda, no mês de janeiro de 93, na véspera da mudança de presidente nos EUA, essa situação ficou muito clara. A ONU usa

claramente dois pesos e duas medidas no tratamento com seus países membros. Em 11 de janeiro, *Joe Sills*, porta-voz do Sr. Secretário Geral *Boutros Ghalli*, declarou: "(...) a recuperação de material da base de d'Qum-Qasr, deveria ser feito até 15 de janeiro, em cumprimento às determinações do *Momuk* (Mission d'Observation des Nations Unies pour l'Irak et le Koweit). As autoridades iraquianas aceitaram essas determinações e isso explica as intensas atividades durante o fim da semana de 8 a 10 de janeiro (...)". (23)

As movimentações *exclusivamente civis* desencadeadas pelo Iraque, eram apenas e tão somente para retirar materiais iraquianos deixados na região fronteiriça entre os dois países em conflito, *expressamente autorizadas pela ONU*. Mas a imprensa mundial chamou essa atitude de "invasão" do Kuwait pelo exército do Iraque. Os próprios países árabes, aliados dos Estados Unidos, condenaram com energia o bombardeio à Bagdad. A Liga dos Estados Árabes emitiu comunicado assinado por *todos* os ministros de relações exteriores árabes. Mesmo as potências ocidentais, como França e Inglaterra, também, desaprovaram o ato do governo de *George Bush*.

Os dois pesos e duas medidas adotados pela ONU ficam claros pela impotência da Organização para controlar o conflito étnico na Bósnia-Herzegovina. O mais escandaloso, é a posição da ONU com relação a Israel. São dezenas, para não dizer centenas, de resoluções contra as atitudes dos israelenses - desde 1948 - e todas essas, simplesmente, não são acatadas. São ignoradas e nada se faz. Mais recentemente, em 16 de dezembro de 1992, Israel expulsou para o Líbano 415 palestinos de tendência fundamentalista islâmica ligados ao grupo *Hamas*.

415 palestinos foram deportados por Israel. Resolução da ONU até hoje não foi cumprida



A ONU também condenou a atitude de deportar palestinos. A comunidade internacional também desaprovou. A deliberação unânime do Conselho de Segurança contou, pela primeira vez, com o voto dos Estados Unidos. Mas nada foi cumprido e nada foi feito. Os palestinos continuam no que a imprensa insiste em chamar de "terra de ninguém", uma faixa de 10 Km ao sul do Líbano, ocupada militarmente pelo exército de Israel.

Persistem os problemas e os conflitos na região do Oriente Médio. Não é objetivo do presente trabalho aprofundar a questão palestina, um dos problemas mais centrais da região. No entanto, a expulsão já mencionada no capítulo anterior, alterou os rumos dos acontecimentos.

É lamentável que a deliberação por parte do governo israelense de expulsar palestinos de suas terras, tenha contado inclusive com o apoio de 3 partidos de "esquerda", que possuem 12 deputados no parlamento de Israel (Knesset) e integram a coalizão governista do primeiro ministro *Itzhak Rabin*. Tais organizações participam da

frente denominada "Meretz" e assinaram a ordem de deportação e degredo. (24)

Segundo, ainda, Alain Gresh "(...) a repressão na Cisjordânia e Gaza é a mais sangrenta que jamais se viu (...). A expulsão de 415 palestinos muçulmanos para o Líbano, que não são acusados ou culpados de nem mesmo um crime, é um ato sem precedente desde 1967 (...)" (25)

Mas não são só os problemas palestinos que aumentam. Mesmo entre os países que se alinharam com o Estados Unidos na guerra contra o Iraque, há problemas e divergências. Os micro-estados de Bahrein, Omã, Catar, (integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo), engalfinham-se em conflitos fronteiriços, apesar de serem extremamente pequenos. Segundo um analista político francês, citado pelo "Le Monde Diplomatique", "(...) a região do golfo é hoje mais vulnerável do que antes da invasão do Kuwait (...)". (26)

A propalada democratização que deveria ter ocorrido no Kuwait, após o fim da guerra, não saiu do papel. As eleições realizadas não garantiram o acesso ao voto para a grande maioria da população. A família Al-Sabah, continua dominando todo o emirado. Segundo Gilles Kraemer, "(...) quanto à Lei eleitoral, só tem direito políticos os Kuwaitianos de primeira classe, ou seja, pessoas cujas famílias se instalaram no país antes de 1920 (...)" (27)

De todos os países do mundo árabe no Oriente Médio e Norte da África, 8 são monarquias, todas elas feudais e absolutistas. O modelo de tipo capitalista implementado nesses países, é ainda, incipiente. Praticamente tudo o que se consome é importado dos europeus e dos americanos. Não há indústria de base, de produção de maquinaria pesada. O produto que dita as regras da economia é o petróleo e sua poderosa indústria. Os príncipes, emires, reis e sultões, gastam quase todas as suas riquezas e as advindas do lucro do petróleo, em outros países.

Só para se ilustrar como é pouca a democracia no Oriente Médio, pode-se ver o exemplo da Arábia Saudita, onde o rei *Ibn Saud*, presta conta, se quiser, a um Conselho Consultivo (*majlis ashshura*) integrado em sua maioria por membros da "família real". No Kuwait, a família real que "governa" o país é composta por mais de 2.000 príncipes.

Pela observação do Quadro V, pode-se ter uma noção exata da pouca democracia existente no Oriente Médio, pela longevidade dos chefes de Estado dos países árabes. Mesmo nas repúblicas árabes, os presidentes praticamente não são eleitos pelo voto direto, como nos modelos conhecidos de democracia ocidentais. (28)

Há problemas, ainda, no Oriente Médio com relação à militarização dos países. Com a quebra do poder militar no Iraque, outros países na região cresceram militarmente. No Iraque restaram 382.500 homens, de um total de mais de 1 milhão antes da guerra. Restaram ainda 703 tanques, de um total anterior à guerra de mais de 4.000 sobraram, ainda, 1.403 blindados (50% de antes da guerra) e 340 peças de artilharia (10% anterior à guerra). (29)

Nesse quadro, de país mais militarizado do Oriente

Médio, o Iraque passa a 3º lugar entre os árabes perdendo em termos de tamanho de seus exércitos para o Egito (com 420.000 homens), e para a Síria (com 404.000 homens). Ao todo, no mundo árabe, com base em dados de 1991, existem 2.077.750 homens nas forças armadas, que se pudessem ser considerados como um exército único, seriam o 3º maior exército do planeta, perdendo apenas para a China e os Estados Unidos. (30)

**Paz só virá com a
devolução
das terras árabes
ocupadas pelo
estado de Israel**



Só para se ter uma idéia do índice de militarização dos países árabes, pode-se fazer uma rápida comparação com a maior potência militar do planeta: os Estados Unidos. Nesse país, existe um soldado para cada grupo de 126,22 habitantes. No mundo árabe, o índice de militarização é da casa de um soldado para cada grupo de 107,98 habitantes, ou seja, 16,89% a mais do que os EUA.

Mas, há casos de militarização impressionante, até mesmo para países controlados pelas suas forças armadas. São os casos da Síria (um soldado para 31,01 habitantes), da Jordânia (um para 32,42), dos Emirados Árabes Unidos (um para 44,20). Pode-se dizer que o país menos militarizado é o Sudão, que apesar de seu imenso território, possui um soldado para 407,39 habitantes.

Já o Estado de Israel, possui, hoje, forças armadas com 175.000 homens (1 soldado para cada 29,08 habitantes, o maior índice de militarização de todo o Oriente Médio). Conta ainda com: 3.890 tanques de combate; 5.000 veículos blindados; 2.662 aviões de combate. Isso sem dizer (tudo indica) que esse país detém o controle do ciclo do urânio, já tendo fabricado armamentos nucleares. (31)

O maior problema em toda a região continua sendo o de terra. E Israel sabe que é o centro de todos os conflitos e responsável pelo elevado grau de tensão. Isso porque, este país persiste em ocupar militarmente, não somente as terras palestinas designadas pela ONU - desde o plano de partilha aprovado em 29 de novembro de 1947 -, mas ocupa terras de praticamente todos os seus vizinhos, como Líbano (ao sul, numa faixa territorial de 10 Km), Jordânia, tem problemas com o Egito e com a Síria (ocupa as estratégicas colinas de Golã).

Sobre as colinas de Golã, é importante que se detenha um pouco. Tais colinas estão situadas a cerca de 60 Km da capital administrativa de Israel, que é Tel Aviv.

Sabe-se que a Síria possui hoje mais de mil tanques soviéticos modelos T-62 e T-72, dos mais modernos. Chegam a atingir em linha reta, a velocidade de mais de 100 Km/h e transportam, com conforto, seis soldados, possuem mira a laser, etc. (32)

Israel sabe que, numa situação hipotética, se uma coluna de centenas de tanques perfilarem-se no alto dessa colina e, mesmo que com seus motores desligados, apenas com o embalo do declive geográfico, descessem as

colinas, bastariam a essa fileira de tanques de 15 a 20 minutos para atingir a Capital israelense. Por isso, é pouco provável que Israel devolva Golã para os sírios.

As negociações para a tentativa de paz em toda a região, iniciadas na Conferência de Madrid em outubro de 1991, patrocinada pela ONU, EUA e a então URSS, deverão ter o seu prosseguimento em 20 de abril, em Washington (se não forem suspensas). Todos devem reivindicar as suas terras de volta, tomadas por Israel.

A estratégia israelense é tentar negociar acordos em separado, quebrando uma certa unidade árabe conseguida até o presente momento. Fala-se em acordos bilaterais com a Síria, Líbano, etc, numa tentativa de isolar os palestinos e sua entidade representativa, que é a OLP.

Sejam observadores internacionais idôneos, jornalistas, estudiosos da questão, todos sabem, sem exceção, que a paz só poderá ser estabelecida em toda a região com a concessão feita pelo Estado de Israel. E a paz só virá com a devolução das terras árabes ocupadas.

Por tudo que aqui se viu, as previsões são as mais pessimistas. Em função da posição geográfica da região, em função da quantidade de petróleo nas mãos dos árabes, em função da crescente militarização de toda a área, do crescimento acelerado do fundamentalismo islâmico, do aumento do nacionalismo árabe e dos interesses americanos e imperialistas no Golfo Pérsico-Arábico e oriente Médio em geral, pode-se esperar o pior.

Não são poucos os analistas internacionais que prevêem a eclosão de um novo conflito de grandes proporções no mundo. *Claude Julien*, jornalista francês previa mesmo antes da guerra do golfo de forma taxativa: "(...) mesmo com uma vitória total sobre o Iraque, as perspectivas de paz no Oriente Médio serão as piores do que nunca (...)" (33). E todos acabam sendo unânimes em afirmar que tal conflito deverá passar pelo Oriente Médio, região estratégica do planeta.

LEJEUNE MATO GROSSO XAVIER DE CARVALHO é sociólogo, professor de Métodos e Técnicas de Pesquisas e de Sociologia da Universidade Metodista de Piracicaba, Pós-graduado em Filosofia.

Agradeço ao eng. Antonio Antunes, diretor da Câmara de Empresas Nacionais de Capital Nacional - CEBRACAN, pelas referências bibliográficas sobre o petróleo, fundamentais para este trabalho.

NOTAS

(1) Uma ou outra publicação que se tem são de caráter meramente social, recreativo e cultural da comunidade árabe, como a revista "Chams", de cultura, dirigida por Raul Tarek Fajuri, com o nº 4 editado em agosto de 92; ou a revista "Alvorada", sobre islamismo, editada por Samir El Havek, com o nº 20 - janeiro de 93; ou ainda, a revista "Carta Informativa", de comércio, editada por Omar Haman, com o nº 137 - junho de 92.

(2) A presente caracterização geográfica foi feita utilizando-se o "Atlas Universal", editado em conjunto pelo jornal "Le

- Monde" e "Selection du Reader's Digest", Paris, França, edição de outubro de 1982.
- (3) Dados obtidos a partir das seguintes fontes disponíveis:
a. Revista "Carta Informativa" da Câmara de Comércio Árabe Brasileira nº 137, junho/agosto, 1992. São Paulo, pag. 16-37;
b. Almanaque Abril e Almanaque Lisa 1993; c. Enciclopédia "Larousse Cultural", Editora Circulo do Livro, 30 volumes, São Paulo, 1983; e d. "Livro do Ano", 1993, Encyclopaedia Britannica, São Paulo/Inglaterra.
- (4) Prof. Rogério Cesar de Cerqueira Leite, "O Mito do Petróleo Inesgotável", Folha de S. Paulo, 26/12/92, pág. 3, caderno de Economia.
- (5) L' inquietante Baisse de Revenus du Pétrole", jornal "Le Monde Diplomatique", França, nº 467, ano 40, de fevereiro de 93, pág. 6.
- (6) "Where the Oil Flows", Pesquisa de Shelly Kewdeyer & Deborah Cooper, Revista "Fortune", EUA, volume 122, nº 6, de 10/09/90, pág. 47-49.
- (7) A revista "Fortune" de março de 93, divulga as 25 maiores empresas em faturamento do planeta. A Exxon, como nos anos anteriores, é a segunda em faturamento, perdendo só para a GM. Essa empresa petrolífera faturou em 92, 103,775 bilhões de dólares. Entre as dez maiores, 4 são petrolíferas: Exxon, a Mobil (US\$ 57,39 bilhões), a Chevron (US\$ 37,46 bilhões) e a Texaco (US\$ 37,13 bilhões). Fonte: *Folha de São Paulo*, caderno 2, pág. 9, 31/03/93.
- (8) "Scorecards on the Oil Giants", de Susan Cammini, revista "Fortune", EUA, citada, págs. 45-46.
- (9). Nicolas Sarkis, artigo citado.
- (10) "Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência", Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1991, pág. 126.
- (11) Op. cit., págs. 122-123. grifos nossos.
- (12) A Petrobrás não é objeto do presente estudo. Convém registrar, porém, com base em dados levantados em 88, que: a. a Petrobrás é a 8ª maior companhia refinadora de petróleo do mundo; b. é também a 20ª maior produtora de petróleo da terra; c. é a 12ª maior detentora de reservas de óleo do planeta. Dados de Adiel Gomes de Araújo, em "A Exploração do Petróleo no Brasil", Pr, 1991, mimeo.
- (13) Luiz Alberto C. Faria, engenheiro de Equipamentos da Petrobras, "Petrobras e Monopólio Estatal - Fatos e Dados", Jornal do CREA/RJ, março de 93, pág. 10.
- (14) para isso, recomenda-se à leitura do excelente artigo intitulado "Fundamentalismo e Integrismo: Os Nomes e a

- Coisa", de autoria do prof. Antonio Flávio Pierucci, chefe do Depto de Sociologia da USP, publicado pela "Revista da USP", nº 13, março de 92, págs. 144-156.
- (15) Bautista Vidal, op. cit. págs. 123.
- (16) ibidem, pág. 124.
- (17) "Hostage to Oil", de William Cook & Outros, revista "US News & World Report", EUA, volume 109, nº 14, de 8/10/90, págs. 45-64.
- (18) Nicolas Sarkis, artigo citado.
- (19) Bautista Vidal, op. cit., pág. 125.
- (20) "Soberania: Outro Princípio Revisto", publicado pelo "The Guardian", in OESP, 18/01/93, pág. 8.
- (21) "EUA Assumem o Papel de Único Agente Estabilizador", publicado no "Jornal do Brasil" de 29/11/92, pág. 23.
- (22) fontes da ONU e do "The Economist", publicadas pelo "Jornal do Brasil", artigo de Mário Andrade da Silva, citado.
- (23) "Regais d'Activisme dans le Golfe", de Alain Gresh, in "Le Monde Diplomatique", jornal citado, pág. 3.
- (24) "Expulsão faz Árabe-israelense tomar Posição", de Chris Hedeges, do "The New York Times", In OESP, de 10/01/93, pág. 15.
- (25) artigo citado, pág. 3.
- (26) "Illusoire Sécurité Collective Sans l Irak et l Iran" de Olivier Lage, jornal citado, págs. 4-5.
- (27) "Deux Ans Apres, la Démocratie Reste Balbutiante au Koweit", "Le Monde Diplomatique", citado, págs. 4-5. Ver também artigo de Olivier Lage do mesmo jornal, de janeiro de 89, intitulado "Incertaine Democratisation au Koweit".
- (28) Lejeune Mato Grosso, publicado pela "Classe Operária" de 30 de agosto de 1990, intitulado "As Raízes do Conflito no Golfo".
- (29) Depto de Defesa dos Estados Unidos, in "Números da Guerra do Golfo", OESP de 10/01/93, pág. 13 e Revista "Veja", ano 24, nº 7, de 13/02/81, "O cenário da Guerra", págs. 28-41.
- (30) dados obtidos a partir da compilação de números do Almanaque Abril e Almanaque Lisa, 1993.
- (31) "Livro do Ano", Encyclopaedia Britannica, São Paulo/Inglaterra, pág. 357.
- (32) Jornalista Roberto Godoy, in OESP, 13/01/91, artigo "Armas são as Mais Avançadas".
- (33) "Le Monde Diplomatique", artigo intitulado "Nova Ordem Mundial Ainda Distante", in OESP, pág. 65, de 25/11/90.

BIBLIOGRAFIA

- AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio*, SP, Atual Editora.
- ALENCASTRE, Amilcar. *O Desafio de Israel*, Rio de Janeiro, Editora Leitura S/A, 1968.
- ALVAREZ, Jorge (Editor). *Nasserismo y Marxismo*, Buenos Aires, Argentina, Colección de Política - Concentrada, 1965.
- CATTAN, Henry. *A Palestina e o Direito Internacional - Aspecto Legal do Conflito Árabe-israelense*, Paraná, Editora Grafipar.
- CHALITA, Mansour. *Esse Desconhecido Oriente Médio*, RJ, Editora Revan.
- COLÓQUIO de juristas Árabes. *Los Palestinos y Sus Derechos*, Madrid, España, Editorial Fundamentos, Edición 1978.
- DARWICH, Adel. *Guerra do Golfo*, publicações Europa-América-Portugal.
- DEL PINO, Domingo. *A Tragédia do Líbano - Retrato de uma Guerra Civil*, SP, Clube do Livro.
- FAVROD, Charles Henry. *Os Árabes*, Enciclopédia do Mundo Atual, Publicações dom Quixote, SP.
- FRIEDMAN, Thomas L. *De Beirute a Jerusalém*, RJ, Editora Bertrano do Brasil.

- GIODANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe Medieval*, Vozes, RJ.
- LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*, Paraná Cultural Ltda., Curitiba - PR, Obra em 3 volumes, sem data de publicação.
- LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*, SP, Editorial Estampa.
- LINHARES, Maria Yedda. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*, SP, Brasiliense.
- MAALOUF, Amin. *As Cruzadas Vista Pelos Árabes*, SP, Brasiliense.
- MILLER, Judith & Mylroe, Laurie. *Saddam Hussein e a Crise no Golfo*, Edira Scritta.
- REICHERT, Rolf. *História da Palestina*, Edusp.
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*, SP, Cia. das Letras.
- SARTRE, Jean Paul. (Organizador & Outros) *Dossier do Conflito Israel-Árabe*, Porto, Portugal, Editorial Inova Limitada, 1968.
- SOLIMAN, Loutfallah. *Por Uma História Profana da Palestina*, SP, Brasiliense.

O colapso da modernização

*E os sete anjos que tinham as sete trombetas
prepararam-se para tocá-las.
Apocalipse 8,6*

Uma das razões pelas quais o livro do alemão Robert Kurz, publicado no Brasil no final do ano passado, causa sensação é porque é escatológico. Sim, o autor de "O Colapso da Modernização - Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial" (Paz e Terra) anuncia para breve, nada mais, nada menos, do que o fim deste mundo. Na verdade, fim do mundo e da modernidade historicamente erigidos pelo que ele chama de "sistema produtor de mercadorias baseado no trabalho abstrato".



A obra de Kurz não trata propriamente de assuntos novos. O colapso do capitalismo, por exemplo, foi um dos temas mais debatidos pelos marxistas, desde o final do século passado até, pelo menos, a década de 70 (1). Nem mesmo é novo o enfoque pelo qual ele aborda a derrocada dos países do Leste Europeu, considerando-os como "capitalistas de Estado" (2). Original foi o momento que ele escolheu - pouco depois da derrubada do Muro de Berlim e do anúncio do "fim da História" e da "vitória definitiva do neoliberalismo" - para lançar "O Colapso (...)" contendo três previsões que não deixam de ser surpreendentes. A primeira: o futuro dos países antes chamados socialistas não é suposta bonança dos países capitalistas centrais, mas a miséria do Terceiro Mundo. A segunda: os países capitalistas centrais serão os próximos a serem atingidos pela mesma catástrofe responsável pela derrocada do Leste. A terceira: o que está em crise, e a caminho da derrocada final, é o capitalismo como sistema mundial. O qual deverá ser substituído por um sistema econômico cuja lógica não mais será a produção de mercadorias baseada na exploração do "trabalho abstrato": o comunismo.

Ninguém no Brasil tinha ouvido falar de Robert Kurz até maio do ano passado, quando o professor Roberto Schwartz publicou uma resenha de seu livro na *Folha de S. Paulo*. Sabe-se que Kurz é um autodidata e que trabalhava como motorista de táxi. Ele não se diz e dele não se pode dizer, a rigor, que seja um marxista. Embora, as suas principais teses sobre o colapso do capitalismo estejam baseadas na teoria do trabalho abstrato de Marx, ele próprio faz questão de rejeitar a teoria da luta de classes. Para o autor alemão, o movimento operário estaria prisioneiro da idéia de que as classes foram ontologicamente criadas, idéia esta derivada da razão subjetiva da burguesia iluminista, sendo assim, incompatível com a própria crítica que Marx faz da economia política. Afirma ele:

"Sem dúvida, revela-se aqui um dilema até hoje insuperado no centro da teoria de Marx. A afirmação do movimento operário, por parte de Marx, que nas expressões de movimento dos 'trabalhadores', 'posição do trabalhador', 'posição de classe' etc. atravessa toda a sua obra, é na verdade inconciliável com sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas, sim, como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital". (Pág. 71)

Se não aceita a teoria da luta de classes, evidentemente Kurz não vê sentido na constituição de movimentos ou

partidos por parte da classe operária para superar o atual sistema. Embora não descarte a possibilidade de haver revoluções, ele acha que não "serão daquele tipo no qual uma 'classe' dentro da forma-mercadoria (e constituída por essa) tivesse que 'derrotar' outra 'classe', como sujeito antípoda. A possível violência resultaria unicamente do fato de que um sistema louco e perigoso para a humanidade não será abandonado voluntariamente por seus representantes (os executivos, a classe política, e o aparato de administração e de emergência)" (Pág. 233). Para usar um jargão, diga-se que Robert Kurz tem uma visão muito determinista do colapso do capitalismo, que é gerado, segundo ele, no interior de suas próprias engrenagens.

Defeitos, o livro tem muitos. Os mais graves estão justamente na pretensão muito germânica que o autor tem de "filosofar", mesclando conceitos do marxismo com outros de diversas fontes. Certamente influenciado pelas temáticas da Escola de Frankfurt - a "Teoria Crítica", no entanto, é duramente criticada por ele -, Robert Kurz parece estar familiarizado com o estilo de Theodor Adorno, cujas "formulações provocadoras" e "exageros surpreendentes" faziam o charme de seus textos. Polemista iconoclasta, ele realmente exagera, lança provocações, questiona sem cerimônias as mais diversas correntes políticas e filosóficas. "O Colapso da Modernização" não deve deixar de ser lido por causa de seus defeitos, todavia, desprezíveis diante de seu grande mérito: o de chamar a atenção dos marxistas revolucionários para a necessidade de conhecer melhor as causas da derrocada dos países do Leste Europeu e de recolocar problemas cruciais da teoria do socialismo científico, como a questão do "trabalho abstrato", há muito, ausentes de nossa agenda de debates.

Vamos abrir um rápido parêntese para lembrar o que é trabalho abstrato. Marx, logo no primeiro capítulo de "O Capital", ao estudar o conceito de *mercadoria*, ensinou que o *trabalho* representado nas mercadorias tem um duplo caráter:

"Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso". (3)

Em inglês, como assinalou Engels em nota à 4ª edição de "O Capital", existem até duas palavras diferentes para designar esse duplo caráter do trabalho: "work" é o trabalho que gera valores de uso, e é qualitativamente determinado; "labour", por sua vez, é o trabalho que cria valor, e é medido apenas quantitativamente (4).

Esta questão, segundo Marx, é essencial para a compreensão da Economia Política, muito embora seja uma das mais controvertidas entre os próprios marxistas. O trabalho em geral refere-se ao metabolismo entre o homem e a natureza, ou seja, as diversas maneiras pela qual o homem transforma a natureza em seu proveito. Trata-se, portanto, de uma categoria humana natural, que existiu, existe e existirá em qualquer tipo de sociedade. O "trabalho abstrato", em contrapartida, é uma categoria social e histórica, plenamente desenvolvida, apenas, no capitalismo. Diz Marx:

"Essa abstração do trabalho é apenas o resultado de uma reunião concreta de diferentes gêneros de trabalho. A indiferença para com o gênero de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos facilmente passam de um gênero de trabalho para outro, o que torna sem importância para eles qual a forma particular de trabalho que lhes pode caber. O trabalho torna-se então, não só categoricamente, mas

realmente, um meio de criar riqueza em geral, ao invés de crescer juntamente com o indivíduo para uma finalidade específica. Esse estado de coisas teve seu desenvolvimento máximo na mais moderna das sociedades burguesas, os Estados Unidos. Somente ali a abstração da categoria 'trabalho', 'trabalho em geral', trabalho *sans phrase*, o ponto de partida da moderna Economia Política, torna-se realizada na prática". (5)

O trabalho abstrato, então, é o "sangue e a linfa" do Capital, é a substância do valor, que, ao ser realizado no momento da troca de mercadorias no mercado, transforma o trabalho privado, individual, que as produziu, em trabalho social. Outra de suas características interessantes: não é o trabalho abstrato que utiliza os meios de produção, mas são os meios de produção que utilizam o trabalho. Justamente por isso, os homens, sob o capitalismo, são dominados por "coisas", são vítimas do "fetiche das mercadorias", vítimas de categorias econômicas que escondem sob um véu fetichista as suas relações sociais, as relações de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. (6)

Robert Kurz parte dessas noções, embora sem preocupar-se em destrinchá-las mais extensamente, apresentando-as numa linguagem empolada, "filosófica", para contestar a idéia de que o colapso dos países do Leste Europeu, "as economias de comando estatista", tenham sido derrotadas pelas potências ocidentais. O que ali ocorreu, diz ele, foi o colapso interno, de modelos de "sociedade de trabalho", o mesmo fundamento sobre o qual estão baseados os países capitalistas centrais. Naqueles países, sustenta ele, não teria ocorrido nenhuma revolução socialista, mas sim, uma revolução burguesa de "caráter recuperador" (relativamente ao tempo perdido e à industrialização já realizada pelas potências da época), o que, aliás, explicaria o seu rigor disciplinar, militarização etc.

Kurz acusa o movimento operário e mesmo Lênin de não levar em conta a crítica de Marx ao "trabalho abstrato", que seria visto apenas em sua "reflexão positiva, de forma estranhamente vaga e nebulosa, e não definido como conceito, nas expressões 'contabilidade econômica' e 'mecanismo da direção social da economia', em conexão demasiadamente direta com a 'última palavra técnica baseada no grande capital' e a 'ciência mais moderna' e, por fim, simplesmente como 'organização estatal planejada'". É arremata: "A todos esses conceitos está inerente uma compreensão quase ingênua e cega frente à lógica do capital, que na linguagem atual chamaríamos de social-tecnológica". (Pág. 49)

Ele não aceita também a oposição entre "Estado" e "mercado", para analisar as sociedades de tipo soviético. Ressalta que as economias ocidentais, também, sempre recorreram ao mercado e que a alternância de um e outro, em tempos de crise, sempre se acelerou. A restrição dos mecanismos típicos de mercado nos países do socialismo real, porém, teriam, segundo ele, provocado afeitos negativos tanto na qualidade dos produtos como no crescimento da produtividade. A crise econômica se acentuou naqueles países e determinou que eles entrassem num beco sem saída, porque, participando do mercado mundial, eles já não tinham condições de competir com os seus parceiros - bem mais produtivos.

O extraordinário aumento da produtividade, gerado pela "força produtiva ciência", aliás, é destacado como a principal causa da crise do "sistema produtor de mercadorias mundiais".

A catástrofe que os ex-países socialistas estão vivendo hoje, diz Robert Kurz, catástrofe de cunho econômico, social, ecológico etc, é a mesma que vitimou os países do Terceiro Mundo, como o Brasil e a Índia, e é, também, a mesma que

já corroi as periferias dos países capitalistas centrais, pronta para atingir os seus próprios núcleos dinâmicos. Kurz de fato é apocalíptico, mas é preciso reconhecer que ele descreve um apocalipse já ocorrido há muito tempo nos países que já se constituíram em "casos sociais mundiais", como a Somália, e que está se estendendo pelo mundo afora, invadindo até mesmo os últimos bastiões do capital.

Sobre os povos excluídos, aqueles que já foram chutados para fora do sistema, e dos quais já 18 milhões de pessoas perambulam pelo mundo à procura de asilo em países estrangeiros (7), diz Kurz:

"O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição, a esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração. (...) A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta" (Págs. 194 e 195).

O quadro é ainda muito pior, porque já surgiram respostas bárbaras à barbárie gerada pelo capitalismo, a exemplo dos países que abraçaram o fundamentalismo islâmico, os que são dominados por máfias de drogas ou as repúblicas pós-catastróficas do Leste Europeu, armadas até os dentes (com ogivas nucleares!). "Mesmo depois de desfazer-se de qualquer ideologia alternativa dirigida a determinado fim, poderia acontecer ali, se prosseguir a depauperação e crescer a desesperança, que generais golpistas ou chefes da máfia assumam integral ou parcialmente o poder, metam as mãos em armas intercontinentais e iniciem com elas manobras de chantagem. Poderiam apresentar o argumento tão simples quanto cínico de que os foguetes e as bombas atômicas seriam as únicas coisas que ainda funcionariam em seu país".

Os governos dos países centrais, é claro, não ficarão de braços cruzados. Armarão aparatos estatais de emergência para tentar conter os focos de incêndio. Instalando, por exemplo, uma polícia mundial, para ações como o ataque ao Iraque de Saddam Hussein. A perspectiva que se coloca, diz Kurz, não é a de uma paz eterna, mas sim, a de uma guerra civil mundial!

Como combater a catástrofe que nos ameaça? Robert Kurz diz não dispor de uma cartola de onde pudesse tirar respostas. Seria preciso, diz ele, romper com a "lógica imanente do dinheiro", mas para isso, não se pode contar com as "administrações estatistas de crise e emergência". Seria preciso garantir, pelo menos, o concurso da "crítica social" (a intelectualidade? a esquerda?), que, no entanto, corre o risco de, após "perder toda a orientação prática e teórica, (oferecer-se) aos aparatos de emergência como fornecedora de legitimização, suprimindo assim a si mesma, na função de crítica social, em vez de suprimir a economia fetichista" (Pág. 225).

Kurz entende que a "crítica social radical, renovada e praticada no apogeu da crise do sistema produtor de mercadorias, teria que se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas". Porque, segundo ele, a situação totalmente modificada da sociedade mundial não permitiria que a crise sequer fosse identificada com os antigos recursos da crítica. Em resumo, ele caracteriza assim tais modificações:

"A) Tendencialmente, o capitalismo tornou-se 'incapaz de explorar', isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo, também, em termos absolutos - independentemente do movimento conjuntural - a massa global do trabalho abstrato, produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva.

B) Uma vez que a rentabilidade das empresas somente pode ser estabelecida no nível até então alcançado da produtividade, e isso apenas de acordo com o padrão social mundial, e uma vez que esse nível, em virtude da crescente intensidade de capital, está se tornando inalcançável para cada vez mais empresas, ficam paralisados - em um número crescente de países - cada vez mais recursos materiais; desaparece a capacidade aquisitiva correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se, assim, dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades.

C) A 'força produtiva ciência' gerada cegamente pelo próprio capitalismo criou, assim, no nível substancial-material potências que já não são compatíveis com as formas básicas da reprodução capitalista, continuando-se, não obstante, a encaixá-las forçosamente nessas formas. A consequência é a transformação das forças produtivas em potenciais destrutivos, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas.

D) Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do 'trabalho', da 'classe trabalhadora', ou da 'luta das classes trabalhadoras'. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise".

O autor alemão afirma, ainda, que a Humanidade precisa reconhecer que já "foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e 'técnico'", embora "na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias. Isto é, na forma de um comunismo das coisas, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana". Esse fenômeno, diz ele, não é uma utopia nem um objeto jamais alcançável, mas um fenômeno já presente. Kurz ressalta tratar-se de "uma realidade incompatível com as formas que o sujeito apresenta na superfície". Esse comunismo, prossegue ele, "é dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro, que não pode obedecer a nenhuma lógica de necessidades sensíveis, sentindo os próprios sujeitos humanos o contexto em que se encontram como realidade objetivada e extrínseca, dentro da qual somente podem observar e examinar a atuação das leis próprias, da mesma maneira que aquela dos processos naturais".

Kurz quereria dizer que a lógica da economia impõe-se de forma absolutamente independente em relação à vontade dos homens e que é impossível, dentro deste sistema, conscientizar-se de sua alienação e lutar contra ela e ao mesmo tempo contra o sistema? É por isso que não vê sentido na luta dirigida pelos trabalhadores (sujeito-dinheiro - sem dinheiro)? Seriam esses "sujeitos objetivados" eternamente alienados? Mas por que não, também, aqueles que constituem a "crítica social"? Os críticos sociais estariam imunes ao contágio do sistema? Sem admitir a existência de sujeitos que fazem a História, ainda que não exatamente de acordo com a sua vontade, Kurz, aqui, fica atordoado, confuso, contraditório. Ele próprio é, certamente, um produto desta crise (e produto também das filosofias alemãs), que já derrubou inúmeros marxistas, aqueles que perderam os "paradigmas". Mesmo que ele seja abstruso na linguagem e às vezes descambe para o impressionismo, é preciso reconhecer sua inteligência e a perspicácia da análise que faz da conjuntura internacional.

Sem ter rumos claros, ele é capaz de apontar a necessidade de um "movimento de supressão", formado como força social, o que seria possível mediante a "conscientização, que

o nível intelectual restabelece o contexto perdido e deixa de considerar os fenômenos de destruição em sua mera particularidade, forma em que já não podem ser superados". (As dúvidas: quem vai conscientizar? Quem vai educar o educador?) Ele convoca, também, uma carta "razão sensível", oposta à "razão prática" ou "cínica", já acomodadas "no automovimento abstrato do dinheiro" (tratar-se-ia de um velho "espírito" da filosofia clássica alemã?) Ele admite mesmo, ainda que criticamente, a eclosão de revoluções "jacobinas", segundo a "forma geral das históricas revoluções burguesas, inclusive a Revolução de Outubro", já que a humanidade, é claro, não se entregaria "ao automatismo de uma transformação pacífica do sistema produtor de mercadorias".

Kurz não apresenta saídas mas está convencido, e convence fortemente, que é preciso buscar uma, e que o primeiro passo é a discussão do problema. Não dá para agir como os passageiros do Titanic, que queriam ficar no convés ouvindo a banda tocar, adverte o autor de "O Colapso".

NOTAS

(1) SWEETZ, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio de Janeiro, 3ª edição, Zahar Editores, 1973 (Ver especialmente o capítulo XI, "A controvérsia do colapso").

(2) BETTELHEIM, Charles. Lutas de Classes na União Soviética, Volumes I e II e III, Publicações Europa-América, 1985 (resumido pelo Retrato do Brasil, agosto de 1988, fevereiro e março de 1989).

(3) MARX, Karl. O Capital, São Paulo, Livro I, Cap. I, pág. 53, Abril Cultural, 1983.

(4) idem.

(5) MARX, Karl. Crítica da Economia Política, citado em SWEETZ.

(6) BIANCHI, Marina. La teoría del Valor desde los Clásicos a Marx, Cap. V, Madrid, Alberto Editor Corazón, 1975. (Ver também o verbete "trabalho abstrato" no Dicionário do Pensamento Marxista, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988).

(7) ISTO É, nº 1228, "O cerco dos famintos", de 14 de abril de 1993, págs. 60 e 61.

A privatização das estatais

Alcides Ribeiro Soares, "Formação histórica e Papel do Setor Estatal da Economia Brasileira, 1930-1989". Lume Editora, 1991.

A privatização das estatais vem pondo na ordem do dia a discussão sobre a questão do papel do capital estatal na nossa economia e a quem servem as estatais no Brasil.

Este livro do prof. Alcides Ribeiro de Castro é interessante do ponto de vista de apresentar muitas informações históricas sobre a criação e atuação das estatais no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entretanto, não traz uma contribuição efetiva para a compreensão do papel atual e futuro que esse instrumento representa na economia e sua necessária correlação com as classes sociais, especialmente a burguesia brasileira.

O autor identifica corretamente o papel histórico das estatais, a partir da década de 30, como fundamental na reprodução ampliada do capital, pelo desenvolvimento de setores "(...) de uso coletivo pelos próprios capitalistas, e onde a composição orgânica do capital é muito elevada, sua rotação



é lenta e a taxa de lucro tende a declinar, ou até mesmo, ser negativa (...)"

Demonstra, também, como este papel de propiciador da acumulação do capital, inicialmente, destinado a burguesia nacional - e por isso hostilizado pelo capital imperialista - foi sendo, especialmente na década de 70, também direcionado em proveito do capital multinacional. Esta modificação coincide, então, com a mudança de postura das multinacionais para com as estatais naquela década: "(...) a hostilidade daqueles em relação a este (o capital estatal) metamorfoseou-se, em parte e temporariamente, numa forma de convivência relativamente pacífica (...)".

Este período de convivência foi melhor representado pela forma de associação conhecida, no Governo Geisel, como o tripé capital transnacional, estatal e privado nacional.

Neste ponto, no entanto, o autor não se detém numa análise mais profunda do significado que esta mudança no processo de desenvolvimento, agora associado, representou no caráter da burguesia brasileira. E isto parece-me de importância fundamental no entendimento da fase de encruzilhada histórica que vivemos.

Mas o livro prossegue sua análise, atribuindo a mudança de atitude do capital perante as estatais, expresso agora na campanha de privatização, ao "capital monopolista transnacional e brasileiro" por razões de "interesse em se apropriar dos setores produtivos estatais" ou de caráter "essencialmente ideológicos".

Assinalando, em passant, que a posição da burguesia "considerada em seu conjunto" é, neste caso, "contraditória e de grande complexidade".

Ora, é exatamente esta posição "contraditória" e "complexa" que precisa ser investigada, para que possamos esclarecer a que setores da burguesia interessa as estatais e em que condições. Sem uma análise objetiva desta situação da classe burguesa brasileira fica, a meu ver, difícil adotarmos uma estratégia consequente, tanto para enfrentarmos a questão das estatais como da própria questão nacional que lhe é subjacente.

Quanto a questão central, embora corolária, das razões do apoio às estatais, o autor advoga a tese de que o controle estatal de setores estratégicos concede governabilidade à economia nacional. Decorrendo disto o "fortalecimento das forças democráticas e progressistas" e o "desenvolvimento econômico-social" para as "massas trabalhadoras".

Esta perda de governabilidade se daria porque se entregaria decisões econômicas estratégicas às leis de mercado, "diminuindo o poder regulatório da economia nacional". O que ocasionaria, também, dificuldades na "suavização dos efeitos das crises cíclicas características da sociedade capitalista" (pág. 54).

Embora se possa considerar intuitivamente corretos estes argumentos, para nós, marxistas, isto é, insuficiente. Uma estratégia baseada em intuição pode levar a graves enganos. Ela necessita da análise de classe, já referida, para lhe servir de substrato, dando-nos certeza sobre o efetivo interesse das forças envolvidas.

Em resumo, o questionamento que se levanta, diz respeito ao fato de que as substanciais mudanças sofridas pela burguesia brasileira - que alcançaram tanto a monopolista como a média burguesia, resultado do processo de desenvolvimento associado adotado desde a década de 50 - possam vir a inviabilizar a continuidade da atividade das estatais, tal como se deu historicamente. Isto é, que as estatais continuem a desempenhar o papel de contribuir para um desenvolvimento autônomo da economia nacional em relação ao sistema capitalista mundial.

Explicando melhor o problema: é necessário investigar as condições de existência do capital estatal e da burguesia nacional para se entender e solucionar a questão nacional. Primeiro, é preciso fazer a afirmação tautológica de que não existe capital estatal sem a existência de uma burguesia a qual sirva. Segundo, para avaliarmos o papel da burguesia nacional numa revolução nacional, seu conceito não pode ficar restrito apenas àquela que domicilia seu centro de decisões dentro das fronteiras de um país. Seu papel na questão nacional dependerá de sua inserção no sistema imperialista e de suas aspirações objetivas na repartição do mercado mundial (inclusive aí, seu próprio mercado nacional) com as demais burguesias, seja na disputa da hegemonia seja como associação, igual ou subalterna.

Isto é o fundamental: se nossa burguesia escolheu definitivamente o caminho do desenvolvimento associado dentro do sistema capitalista mundial, nossa abordagem da questão nacional muda totalmente e, com ela, a própria estratégia da revolução.

O grau de associação do capital nacional e sua atuação em diversos fatos políticos recentes, como o fim da reserva da informática, eliminação das proteções alfandegárias, a mudança na legislação de patentes e perante a própria campanha de privatização, envolvendo não só o setor considerado monopolista, mas também setores médios e estratégicos, de tecnologia de ponta; só indicam a confirmação deste caminho de desenvolvimento associado.

E para investigar esta questão o livro do prof. Alcides nos é de pouca ajuda.

Lécio Moraes

Vida de lutas populares

A vida de Irineu Luís de Moraes, combativo militante do PCdoB, com 81 anos, acaba de ganhar justo reconhecimento público. Com o título de *Lutas Camponesas no interior paulista - Memórias de Irineu Luís de Moraes*, a Paz e Terra editou a obra de Cliff Welch (da Grand Valley State University e Sebastião Geraldo (ex-operário metalúrgico da região de Ribeirão Preto, com pós-graduação na ECA-USP em jornalismo).

Num estilo despojado, inteiramente apoiado na prodigiosa memória de Irineu, o livro é uma biografia do velho "Índio", como é conhecido até hoje Irineu, desde os primórdios de sua luta na década de 30, quando ingressa no Partido Comunista do Brasil. Desfilam pelas páginas do livro parte da história de lutas do interior paulista, onde Irineu joga papel de grande ativista, dirigindo greves, organizando sindicatos, ajudando nos primeiros passos do sindicalismo rural. Vida combativa que não prescindiu de momentos de heroísmo, como quando foi preso e torturado até praticamente a morte, nos fins da década de 60.

O depoimento de Irineu chama a atenção pela força como despreza o reformismo, que tomou conta do PCB a partir de meados da década de 50 e busca resistir no caminho revolucionário. O livro, cujo depoimento foi tomado até 1990, tem como último parágrafo a afirmação de Irineu de que enquanto viver será comunista: "Se eu encontrar um dia um partido revolucionário de fato, vou me engajar nele". Tendo ajudado na atuação da ALN de Marighela, na década de 70, o "Índio" ingressa no PCdoB, em 1991, integrando a direção municipal de Ribeirão Preto até hoje, sempre firme e coerente com a necessidade de um partido político da classe operária, revolucionário e marxista.



Walter Sorrentino



Faça agora sua assinatura

Consciência e espontaneidade na rebelião dos *cara-pintadas*. A Gênese da corrupção e a heresia de Galileu. O programa dos bolcheviques e os dilemas da volta ao capitalismo na terra de Boris Yeltsin. A automação "faz a cabeça" do trabalhador? O marxismo acerta suas contas com a emancipação feminina, a engenharia genética, a questão ambiental e sua vertente malthusiana... O que há de *neo* no liberalismo. Tiradentes morreu quantas vezes? O PCdoB faz 70 anos engajado no socialismo aqui e agora. "Nova Ordem Mundial": há ordem nesta loucura?



Princípios tem tudo isso e muito mais. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas. É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, ainda que irreverentes e subversores. É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas do nosso país e do nosso tempo. Queira ou não queira, você está no centro deste debate. Leia, discuta, assinie **Princípios**.

- Às Portas de Moscou (Alexandre Bek) - 300 págs.
- 30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea) - 300 págs.
- Marx e os Sindicatos (D. Losovski) - 216 págs.
- Estratégia e Tática (Coletânea) - 172 págs.
- Em Defesa do Socialismo Científico (J. Stálin) - 172 págs.
- Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (J. Stálin) - 100 págs.
- A Política Revolucionária do PCdoB (Documentos) - 244 págs.

Números disponíveis para a venda avulsa ou assinatura de apoio: 4, 9, 11, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 - preço 100.000,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Cidade _____

CEP _____ Estado _____ Telefone _____

Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº 29

maio 650.000,00 junho 800.000,00 julho 950.000,00

Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas)

maio 950.000,00 junho 1.100.000,00 julho 1.300.000,00

Assinatura Anual para o exterior - 50 dólares Assinatura de Apoio: 75 dólares

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Fone: (011) 35-8150

PROMOÇÃO:

Em qualquer assinatura escolha 1 livro ou 1 Princípios da relação acima como brinde.



Homenagem da "Principios" ao centenário de nascimento de nascimento do grande artista espanhol Joan Miró (1893-1993)